UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA

Rosária Aparecida Dias Eugênio Resende

ESCOLA NORMAL MUNICIPAL DE BARBACENA – MINAS GERAIS (1893-1913)

Belo Horizonte
2023

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA

Rosária Aparecida Dias Eugênio Resende

ESCOLA NORMAL MUNICIPAL DE BARBACENA – MINAS GERAIS (1893-1913)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana da Universidade do Estado de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.
Linha de pesquisa: Trabalho, História da Educação e Políticas Educacionais
Orientadora: Profa. Dr. Vera Lúcia Nogueira

Belo Horizonte

2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa desde que citada a fonte.

R433e

Resende, Rosária Aparecida Dias Eugênio.
Escola Normal Municipal de Barbacena - Minas Gerais (1893-1913) [manuscrito] / Rosária Aparecida Dias Eugênio Resende. – 2023.
131 f. , enc. : il.; 31 cm

Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana, 2023.
Orientadora: Profª Drª Vera Lúcia Nogueira.

Bibliografia: f. 99 - 108.

1. Instituição Escolar. 2. Educação – Minas Gerais. 3. História da Educação. 4. Formação de Professores. I. Nogueira, Vera Lúcia. II. Universidade do Estado de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana. III. Título

CDU: 37(091)
CDD: 370.9

Bibliotecária responsável: Tavnara Camila de Barros Fonseca – CRB – 6/3727

FOLHA DE APROVAÇÃO

Rosária Aparecida Dias Eugênio Resende

Escola Normal Municipal de Barbacena – Minas Gerais (1893-1913)

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais como requisito para o título de Mestre.

Área de concentração: Educação e Formação Humana

Dissertação defendida e aprovada em: 25 de maio de 2023.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Vera Lúcia Nogueira – UEMG

Prof. Dr. José Rubens Lima Jardilino - UFOP

Prof. Dr. Jardel Costa Pereira - UEMG

Dedico a presente dissertação, à minha mamãe (*in memoriam*), meu papai, meu marido, meu filho, e minha filha, que sempre acreditaram na minha capacidade, me fortalecendo diariamente, e a todos os professores por esperançarem na luta por uma educação de qualidade.

AGRADECIMENTOS

Chegou a hora de agradecer.

Nesse momento, nos vem à mente a sensação de que mesmo com tantas dificuldades foi possível chegar até aqui. No entanto, a caminhada tão atribulada pela correria do dia a dia não foi solitária, por isso tenho tanto a agradecer. Se cheguei até aqui, foi porque várias pessoas acreditaram que eu seria capaz, assim sigo acreditando que o amor, as amizades, o carinho, a atenção e o apoio foram essenciais para que minha caminhada fosse mais leve, com menos tropeços.

Selma, amiga, companheira de profissão, nas horas de lamentação sempre com palavras para me impulsionar. Rita, outra amiga e companheira de profissão, também sempre acreditando no meu potencial, me encorajando e me fazendo crer que era possível. Vera, minha orientadora, só tenho a agradecer pelos ensinamentos, pelos momentos que passamos juntas, me fazendo refletir, vibrando comigo por cada descoberta, me conduzindo com maestria, me mostrando a importância das pesquisas no âmbito da História da Educação, disciplina que leciono há 18 anos.

Meus agradecimentos, também, aos professores que compuseram as bancas de qualificação e defesa, com contribuições essenciais para que eu pudesse finalizar esta dissertação.

Aos meus alunos, em especial àqueles que aceitaram o desafio de, por meio do Programa de Ensino em Monitoria Acadêmica – PEMA, organizar, juntamente comigo, o acervo documental da Escola Estadual “Embaixador José Bonifácio”, com o objetivo de preservar a sua memória institucional. Compreendemos que os documentos de arquivos escolares representam não só a memória histórica e cultural, como também o caráter científico, sendo o arquivo escolar um espaço para pesquisa, que proporciona o desenvolvimento científico e tecnológico.

Aos profissionais da Escola Estadual “Embaixador José Bonifácio” e do Arquivo Histórico Municipal Altair Savassi – AHMAS, que tão gentilmente se dispuseram a me ajudar na busca pelos documentos que foram fundamentais para a produção desta dissertação, meus sinceros agradecimentos.

Agradecer à minha mamãe (*in memoriam*) e ao meu papai é dizer o quanto sou feliz por existirem em minha vida, por me ensinarem o respeito, a responsabilidade e a fé. Pessoas que na simplicidade souberam me indicar o melhor caminho, porque sempre

acreditaram que sem a educação, direito que lhes foi negado, eu não conseguiria ser a pessoa que sou hoje.

Agradeço aos meus filhos, Alexandre e Ana Paula, e ao meu marido Dudu, ao meu lado em todos os momentos, suportando minha ansiedade, minha angustia e até meu furor, sempre me motivando, me lembrando de outros momentos difíceis que passei e consegui superar.

Posso dizer que essa caminhada realmente foi mais uma vitória: trabalhar em dois turnos, cuidar de casa, cuidar do meu papai, estar sempre disponível para os que de mim precisaram, foi um esperançar constante que me fez crescer ainda mais, me tornar ainda mais humana, mais fraterna, acreditando que o ser e estar com os outros é imprescindível para nosso crescimento pessoal e profissional.

Ao finalizar agradeço a todos(a) que, de uma forma ou de outra, contribuíram para que mais esse sonho pudesse ser realizado, e principalmente a Deus que sempre me abençoou, guiando meus passos, e a Nossa Senhora Auxiliadora, todos os dias intercedendo por mim.

Muito obrigada!

RESUMO

A presente dissertação apresenta a pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana (PPGEDUC) da Faculdade de Educação (FaE) da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), na linha de pesquisa "Trabalho, História da Educação e Políticas Educacionais". Esta pesquisa trata da história da Escola Normal Municipal de Barbacena (ENMB), criada na última década do século XIX. Ao propormos um trabalho sobre a história dessa Instituição Escolar, tivemos como objetivo compreender o processo de criação e instalação da Escola Normal Municipal de Barbacena, no recorte temporal de 1893, ano de sua criação, até 1913, quando a direção da Escola é assumida por uma figura feminina, pela primeira vez. Ao procurar evidenciar as primeiras aproximações com a temática da presente pesquisa, realizamos um levantamento da produção científica empreendendo uma busca por trabalhos que fizessem referência à Escola Normal, no Brasil, Minas Gerais e em Barbacena. Nesse percurso, descobrimos que vários trabalhos se referem à Escola Normal Municipal de Barbacena, porém não dão visibilidade ao processo de criação dessa Instituição, não tomando-a como objeto de investigação, como se propôs nesta pesquisa. Em seguida, realizamos o levantamento e análise de informações do acervo escolar e da imprensa, disponíveis no Arquivo Público Estadual e Municipal. A análise das fontes proporcionou uma visão mais específica do período de criação e instalação dessa instituição, manifestada pelo "espírito accentuadamente progressista" dos lentes e professores do Internato do Gynnásio Mineiro e a comunidade local. Inscrita no campo da História das Instituições Escolares, esta pesquisa se orientou pelas ideias de Justino Magalhães, Décio Gatti Júnior, Demerval Saviani, entre outros. Este não é apenas um trabalho que busca tratar da Escola Normal Municipal de Barbacena, da criação de uma instituição escolar, dos sujeitos que a idealizaram, mas uma tarefa que busca retomar uma história, conhecer o ambiente social e político e as ações de diferentes sujeitos que assumiram a luta pela criação de um espaço para a formação de professores, atendendo, assim, aos anseios da população de Barbacena. Foi possível compreender o processo, o contexto e as motivações que levaram à proposição de se criar a Escola Normal para formação de professores na cidade de Barbacena, bem como a sua importância para a sociedade naquele momento. Constatamos que ela foi parte do projeto social de uma elite com forte projeção política e econômica, ao analisarmos a trajetória pessoal e profissional de seus diretores, professores e alunos. Observamos, ainda, que a trajetória da Escola Normal Municipal de Barbacena destoa dos processos de interrupção e funcionamento intermitente como ocorreu com as várias Escolas Normais de Minas Gerais. Mesmo diante de vários obstáculos e dificuldades, como a redução dos recursos, a falta de um espaço próprio, ela permaneceu funcionando, graças ao seu corpo docente que não mediu esforços e àqueles que cederam espaços para a instalação da Escola.

Palavras-chave: Instituição Escolar, História da Educação, Formação de Professores.

ABSTRACT

This dissertation presents the research developed in the Graduate Program in Education and Human Training (PPGE) of the Faculty of Education (FaE) of the State University of Minas Gerais (UEMG) in the line of research "Work, History of Education and Educational Policies," This research deals with the history of the Escola Normal Municipal de Barbacena (ENMB), created in the last decade of the 19th century. By proposing work on the history of this School Institution, we aimed to understand the process of creation and installation of the Escola Normal Municipal de Barbacena, the time frame of 1893, the year of its establishment, until 1913, when the School leadership, assumed by a female figure for the first time. In seeking to highlight the first approaches to the theme of the present research, we surveyed the scientific production, commencing a search for works that referred to the Normal School in Brazil, Minas Gerais, and Barbacena. Along the way, we discovered that several studies refer to the Escola Normal Municipal de Barbacena but do not give visibility to the creative process of this Institution, not taking it as an object of investigation, as proposed in this research. Then, we applied a survey and analyzed information from the school collection and the press, available at the State and Municipal Public Archives. The study of the sources provided a more specific view of the period of creation and installation of this Institution, manifested by the "strongly progressive spirit" of the lecturers and teachers of the Internato do Gynnásio Mineiro and the local community. Inscribed in the History of School Institutions, this research was guided by the ideas of Justino Magalhães, Décio Gatti Júnior, Demerval Saviani, among others. The present is not just a work that seeks to deal with the Municipal Normal School of Barbacena, the creation of a school institution, and the subjects who idealized it, but a task that pursues to resume a history, to know the social and political environment and the actions of different constituents. Who took up the struggle to create a space for teacher training, thus meeting the wishes of the population of Barbacena. It was possible to understand the process, context, and motivations that led to the proposal to create the Normal School for teacher training in Barbacena and its importance to society at the time. We found that it was part of the social project of an elite with strong political and economic projection when analyzing the personal and professional trajectory of its principals, teachers, and students. We also observed that the path of the Escola Normal de Barbacena differs from the processes of interruption and intermittent operation, as occurred with the various Escolas Normais in Minas Gerais. Even when facing several obstacles and difficulties, such as the reduction of resources and the lack of its own space, it remained functioning thanks to its teaching staff, who spared no effort, and to those who provided an area for the installation of the School.

Keywords: School Institution, History of Education, Teacher Training.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Total de trabalhos Encontrados

Quadro 2 – Turma de formandos da Escola Normal Municipal de Barbacena -1897

Quadro 3 – Jornais municipais consultados para a pesquisa

Quadro 4 – Escolas Normais na Província de Minas Gerais séc. XIX

Quadro 5 – Primeiros professores e as respectivas disciplinas – ENMB (1893-1898)

Quadro 6 – Diretores da Escola Normal Municipal de Barbacena (1893 – 1913)

Quadro 7 – Disciplinas ministradas nas Escolas Normais em Minas Gerais- 1892

Quadro 8 – Trabalhos que fazem referência às Escolas Normais de Minas Gerais

Quadro 9 – Artigos, Dissertações e Teses com as palavras-chave: Escola Normal, Barbacena

Quadro 10 – Leis e Regulamentos para Escola Normal – Minas Gerais (1854-1912)

Quadro 11 – Publicações de doações feitas para a ENMB

Quadro 12 – Resultado de alguns exames publicados no jornal A Folha (1893-1897)

Quadro 13 – Professores da ENMB nomeados entre 1893 e 1898

Quadro 14 – Levantamento de dados sobre professores da ENMB

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Pesquisa realizada no jornal Leste de Minas
Figura 2 – Ata da Congregação da ENMB (1893-1912)
Figura 3 – Processo de limpeza dos livros
Figura 4 – Prédio de instalação ENMB em 1893
Figura 5 – Praça da Intendência (1842)
Figura 6 - 2º Prédio de instalação da ENMB
Figura 7 – Prédio do Banco do Brasil
Figura 8 – Escola Estadual “Embaixador José Bonifácio” - 2023
Figura 9 – Francisco Mendes Pimentel
Figura 10 – José Bonifácio de Andrada e Silva
Figura 11 – Padre João Pio de Souza Reis
Figura 12 – Deputado Estadual Pe. João Pio de Souza Reis
Figura 13 – Alberto André Feijó Delpino
Figura 14 – Desenho dos trabalhos do Gynnásio Mineiro, Escola Normal, Liceu e alunos particulares – Alberto Delpino (1897)
Figura 15 – Desenho dos primeiros diplomados da ENMB (1897)
Figura 16 – Maria Lacerda de Moura
Figura 17 – José Cypriano Soares Ferreira
Figura 18 – Livros de Maria da Conceição Jardim (Conceição Garden)
Figura 19 – Maria da Conceição Jardim
Figura 20 – As normalistas
Figura 21 – Publicação da Lei nº 20 de 17 de janeiro de 1893
Figura 22 – 1ª Ata da Congregação da ENMB, 07/05/1893
Figura 23 – Regulamento da ENMB (Parte 1)
Figura 24 – Regulamento da ENMB (Parte 2)
Figura 25 – Matéria sobre a ENMB

LISTA DE SIGLAS

AHMAS – Arquivo Histórico Municipal Altair Savassi

ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

APM – Arquivo Público Mineiro

BDALMG - Biblioteca Digital da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

COPI - Diretoria de Cooperações Internacional

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ENMB – Escola Normal Municipal de Barbacena

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IHGMG –Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais

RBPG -– Revista Brasileira de Pós-Graduação

SARS-COV-2 – *Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus* 2

SCIELO – *Scientific Electronic Library Online*

UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais

UFU – Universidade Federal de Uberlândia

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 14

CAPÍTULO 1 – QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO 24

1.1 Os estudos sobre as escolas normais: o que nos dizem as pesquisas 24
1.2 Enfoque teórico para a construção da pesquisa 30
1.3 Metodologias e fontes 34
1.3.1 Os jornais como fontes privilegiadas 35
1.3.2 Arquivos escolares 37
1.3.3 As fotografias e desenhos como preservação da memória 40
1.3.4 A legislação mineira e as Escolas Normais 41

CAPÍTULO 2 - A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM MINAS GERAIS 44

2.1 As Escolas Normais: espaço singular para formação de professores 44
2.2 O movimento de renovação presente na formação de professores 50

CAPÍTULO 3 - A ESCOLA NORMAL MUNICIPAL DE BARBACENA 57

3.1 “Data brilhante dos annaes da vida municipal de Barbacena” 58
3.2 A busca pelo auxílio e reconhecimento 62
3.3 Espaços escolares 65
3.4 O Regimento 71
3.5 Sujeitos escolares 71
3.5.1 Os lentes e professores 72
3.5.1.1 Francisco Mendes Pimentel (1869-1957) 75
3.5.1.2 José Bonifácio de Andrada e Silva (1871-1954) 78
3.5.1.3 Padre João Pio de Souza Reis (1860-1932) 80
3.5.1.4 Alberto André Feijó Delpino (1864-1942) 82
3.5.1.5 Maria Lacerda de Moura (1887-1945) 86
3.5.2 Os diretores da ENMB (1893-1913) 88
3.5.2.1 José Cypriano Soares Ferreira (1860-1942) 89
3.5.2.2 Maria da Conceição Jardim - A primeira mulher à frente da direção [s.d.] 91
3.5.3 Alunos e alunas 93
3.5.3.1 O Currículo 93

3.5.3.2 O uniforme 95
3.5.3.3 Atitudes e comportamentos 97
3.5.3.4 Os(as) alunos(as) que “preencheram dignamente a tarefa que lhes foi confiada” 100
CONSIDERAÇÕES FINAIS 102
REFERÊNCIAS 106
FONTES 116
ANEXOS 119
APÊNDICES 123

INTRODUÇÃO

Esta dissertação apresenta a pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana (PPGEDUC), inserida na linha de pesquisa "Trabalho, História da Educação e Políticas Educacionais", que trata da História da Escola Normal Municipal de Barbacena – ENMB, criada na última década do século XIX, em Minas Gerais. Ao propormos um trabalho de recuperação da História dessa Instituição Escolar, tivemos como objetivo compreender o processo de criação e instalação da Escola Normal Municipal de Barbacena, no recorte temporal de 1893, ano de sua criação, até 1913, quando a direção da Escola é assumida por uma figura feminina, pela primeira vez. Essa Escola Normal é uma importante instituição de ensino do município, que, até os dias atuais, forma professores em nível Médio para atuarem na Educação Infantil, além de Ensino Fundamental II, Médio Técnico e Educação de Jovens e Adultos (EJA), atualmente sob a denominação de Escola Estadual "Embaixador José Bonifácio".

Esta é uma pesquisa documental, situada no campo da História da Educação e que foi realizada com base, inicialmente, numa pesquisa bibliográfica sobre as Escolas Normais, objetivando conhecer o que já havia sido produzido sobre o tema, seguida por uma pesquisa documental fundamentada na leitura de várias fontes (leis, jornais, documentos institucionais da Escola, relatórios de presidentes do Estado de Minas Gerais, entre outras). As fontes foram analisadas com as orientações e princípios da História das Instituições Escolares, com destaque para o conceito de cultura escolar, e fundamentada nos trabalhos de Justino Magalhães, Décio Gatti Júnior, Dermeval Saviani, entre outros. De acordo com Justino Magalhães:

> A história da educação é um discurso científico sobre o passado educacional, nas suas diversas dimensões e acepções, tendendo para uma história total, mas é também memória e paradigma. É memória educacional enquanto preservação, organização e comunicação de materiais museológicos e arquivísticos, e enquanto repositório de recordações e representações verbais (orais e escritas), emocionais, afetivas, fisiológicas, organizadas quer em quadros biográficos e grupais, quer tomando por base referentes institucionais e sócio comunitários. (MAGALHÃES, 2004, p.97/98)

Os estudos sobre as Escolas Normais, apontaram que a trajetória histórica da Educação, nessas instituições, foi acompanhada de representações positivas, como constatam Buffa e Nosella (2002, p. 74), marcando "profundamente a memória brasileira"

e conferindo destaque aos espaços que lhes abrigaram. Muitas vezes, ao se falar sobre essas Escolas, as lembranças tornam possível a reconstrução daquelas cenas e o reconhecimento de sujeitos escolares que contribuíram para que a instituição escolar fosse criada e contribuísse com a formação de professores.

De acordo com Le Goff (1990, p.20), "a história é bem a ciência do passado, com a condição de saber que este passado se torna objeto da história por uma reconstrução incessante". No que se refere a esse pensamento, faz-se necessário destacar a história e memória da Escola Normal Municipal de Barbacena, pois essa reconstrução permite que situemos o presente objeto de estudo histórico no passado, sem o desassociar do presente e do futuro. Se possibilitamos a elucidação de narrativas que se apresentam, por interlúdio de memórias, no cenário educacional de Barbacena na segunda metade do século XIX e início do século XX, permitimos que se amplie a compreensão sobre a história da educação do município de Barbacena, proporcionando que a Escola Normal Municipal de Barbacena - ENMB, se beneficie do registro de narrativas históricas, ao refletirmos sobre seu processo de criação e instalação e os desafios educacionais vivenciados no recorte temporal que estabelecemos. Segundo Febvre (1949, p. 438) "A história recolhe sistematicamente, classificando e agrupando os fatos passados, em função das suas necessidades atuais. [...] Organizar o passado em função do presente: assim se poderia definir a função social da história" (*apud* LE GOFF, 1990, p. 20), ou seja, o historiador ao se debruçar sobre o passado, assume um papel social, quando efetivamente estabelece uma conexão com o presente.

Buffa e Nosella (2002) afirmam que a Escola Normal, marcou a memória do país, que não existe nenhum lugar, onde foi criada e instalada uma Escola de formação de professores, que não se orgulhe desse feito, que:

> As normalistas, de azul e branco, permanecem na memória de muitos. Também são lembradas a erudição e a seriedade dos professores, os eventos culturais que animavam a escola, as solenidades a formatura, a rica biblioteca, os laboratórios, o extenso currículo a incluir estudos de latim e francês. (BUFFA e NOSELLA, 2002, p.74)

O papel das figuras femininas que se fizeram presente, inicialmente como normalistas, que buscavam uma profissionalização, num campo até então notadamente marcado por figuras masculinas, também se insere nessa dissertação. A oportunidade de ter uma profissão parece ser um dos fatores que fazia com que as mulheres optassem pela

carreira do magistério. Com base nos registros de matrícula, observamos que, com o passar dos anos, o número de alunas foi aumentando em relação ao número de alunos e algumas se tornaram professoras da instituição. De acordo com Arruda (2015, "n. p."), "ser professora assegurava às mulheres uma certa liberdade de movimentos, externando sinais de uma formação intelectual e de uma atuação profissional, o que lhes atribuiria um certo status social, conferindo-lhes dignidade e distinção." Portanto, a investigação e o estudo sobre as instituições escolares se fazem necessárias para resgatar, também, a presença marcante de mulheres que lutaram por seu espaço no mundo do trabalho.

Refletindo com Magalhães (2004) acerca do estudo sobre as instituições escolares, percebemos que:

> Compreender e explicar a realidade histórica de uma instituição escolar, [...], é integrá-la de forma interativa no quadro mais amplo do sistema educativo, nos contextos e nas circunstâncias históricas implicando-a na evolução de uma comunidade e de uma região, seu território (MAGALHÃES, 2004, p.134)

Foi nessa direção e pensando na importância histórica da Escola Normal Municipal de Barbacena, sobre os sujeitos que ali trabalharam e estudaram, que este estudo se consolidou ao longo do Curso de Mestrado.

Meu ingresso, no curso tão sonhado, se deu em abril de 2021. Esse foi um ano difícil para todos nós, professores e alunos, pois as aulas tiveram que ser realizadas de forma remota, devido à Pandemia do Coronavírus SARS-CoV-2[1], que já se estendia desde março de 2019. Tivemos que nos adaptar, aprendendo a lidar com o distanciamento, com

[1]"O contexto pandêmico se anunciou em 29 de dezembro de 2019, num hospital em Wuhan, na China, quando se admitiu que quatro pessoas estavam com pneumonia causada por um vírus até então desconhecido. Em poucas semanas, o número de casos aumentou, na China, e o vírus desconhecido foi identificado como SARS-CoV-22, responsável por uma modalidade de gripe acompanhada pela Síndrome Respiratória Aguda Severa (SARS). SARS-CoV-2 é o nome oficial dado ao novo coronavírus, que significa "*severe acute respiratory syndrome coronavirus* 2" (síndrome respiratória aguda grave de coronavírus 2). Ele recebeu essa nomenclatura por possuir grande semelhança com o vírus SARS-CoV, agente causador da pandemia de SARS, em 2020. Diante dos vários casos identificados fora da China, o mundo se via às voltas com uma ameaça de pandemia e, sob a orientação Organização Mundial de Saúde (OMS), vários países adotaram procedimentos de combate à propagação do vírus. No Brasil, em 03 de fevereiro o governo brasileiro declara Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN); em 11 de março de 2020, a OMS declarou Pandemia do novo coronavírus – Covid-19". No Brasil, assim como em várias partes do mundo, Estados e Municípios brasileiros começaram a tomar medidas emergenciais para conter a propagação do vírus, levando ao isolamento e ao distanciamento social. (RABELLO, 2022, p. 12).

as aulas pela plataforma colaborativa *Microsoft Teams*[2] (software de colaboração utilizado pela UEMG para aulas síncronas)[3], porém percebíamos no olhar de cada um a falta da convivência, do estar com o outro, do aperto de mão, do abraço nas horas mais turbulentas.

A respeito da pesquisa, vale destacar que o projeto inicial versava sobre o Conselho Municipal de Educação de Barbacena, porém em janeiro de 2022, a professora responsável por minha orientação, se desligou do Programa; foi assim que iniciei uma nova jornada. Com uma nova orientadora, após muitas discussões e reflexões optamos por aproximar a pesquisa do meu campo de atuação profissional, já que, como professora de História da Educação eu poderia começar uma trajetória de pesquisa na área, aprendendo ainda mais a lidar com as investigações historiográficas, o que contribuiria com a minha formação, com o enriquecimento de minha atuação na Universidade e com a formação de professores do Curso de Pedagogia no qual atuo, pois ministro a disciplina de História da Educação, desde 2006, no Instituto Superior de Educação "Dona Itália Franco" - Unidade de Barbacena - da Universidade do Estado de Minas Gerais.

Com a aprovação do Projeto de pesquisa, dediquei-me a conhecer um pouco mais sobre a história das Escolas Normais. Observei que a criação das Escolas Normais, no Brasil, tem início no século XIX, durante o período imperial. Em 12 de agosto de 1834, é feita uma alteração na Constituição Política do Império (1824), nos termos da Lei nº 16, conhecida como Ato Adicional de 1834, transferindo a responsabilidade pela instrução pública e Ensino normal para os Estados, exceto no município da Corte. Em relação à estrutura da Escola Normal e do Ensino Primário, essa permanece durante todo o Império, portanto, a cargo das Províncias.

Em Minas Gerais, a primeira Escola Normal é criada por meio da Lei nº. 13 de 28 de março de 1835, na capital da Província, Ouro Preto. Nos termos dessa Lei, tem-se que caberia ao governo "estabelecer o quanto antes uma Escola Normal para a instrução

[2]O Microsoft Teams é um software desenvolvido para controlar, organizar e desenvolver trabalho individual ou de grandes e pequenas equipes. Ele funciona como um ambiente de trabalho virtual, onde todos podem conversar, fazer reuniões, ligações, lecionar e colaborar a partir de um local seguro.

[3] Conforme estabelecido pela Portaria/UEMG nº 034, de 17 de março de 2020, que regulamenta a suspensão das aulas presenciais no âmbito da Universidade do Estado de Minas Gerais, conforme Deliberação do Comitê extraordinário COVID-19 de nº 01, de 16 de março de 2020, e dá outras providências. (MINAS GERAIS, 2020)

primária e para as quatro escolas especiais pelo método mais expedito e ultimamente descoberto e praticado nos países civilizados". (MINAS GERAIS, 1835).

Após a criação da primeira Escola em Minas Gerais, observa-se que será a partir da década de 1870, como destacado por Veiga, que a província mineira verá um movimento crescente de expansão dessas Escolas, chegando a abrigar mais dez Escolas até o final do século XIX, conforme expresso no Art. 159 da Lei nº 41, de 03/08/1892. Contudo, conforme Jardilino e Pedruzzi (2016, p.28) "os primeiros institutos de formação docente estabelecidos no Brasil tiveram um início difícil e conturbado, com sucessivas crises, fechamentos e reaberturas".

Relativamente sobre a instabilidade no funcionamento das Escolas Normais no século XIX, a necessidade de expansão das escolas para a população e inevitabilidade de proporcionar a criação de espaços de formação de professores, preocupação veemente nos discursos que circulavam no país, Faria Filho (2011) lembra que:

> Na busca da construção de uma escola pública de qualidade para todos – e não apenas para os "filhos dos outros" – uma das principais estratégias indicadas por todos os sujeitos que, individualmente e/ou em grupo, intervêm no debate é a necessidade de uma boa formação de professores. Esse não é, no entanto, um consenso novo: pelo menos desde a década de 1830, no interior de um intenso debate sobre a necessidade de expandir a escolarização no Brasil, a formação dos professores vem sendo colocada como um entrave à qualidade da escola. Não por acaso, exatamente nesse momento foram criadas no Brasil as primeiras escolas normais. (FARIA FILHO, 2011, p.01)

Porém, apesar de haver um consenso da necessidade de expansão da escolarização no país, o Ato Adicional de 1834, ao atribuir competência às Assembleias Legislativas, reforçando a autoridade da Província, desconsidera a governabilidade do município sobre a educação.

Ao que parece, a Constituição de 1891, primeira a ser promulgada após a Proclamação da República, em 1889, também não atribuiu muito espaço aos municípios, apenas no Art. 68 estabelece em relação aos municípios que "os Estados organizar-se-ão de forma que fique assegurada a autonomia dos municípios em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse." De acordo com Neto (2009)

> Apesar de se fazer referência explícita à autonomia municipal, o que se percebe é o encaminhamento da decisão sobre a efetivação ou não dessa

> prerrogativa ao âmbito dos estados, que poderão livremente sobre ela decidir nas discussões das constituições estaduais. Além disso, ao não se esclarecer o que seria o "peculiar interesse", deixa este ponto perigosamente em aberto, podendo comportar diversas justificativas cerceadoras. A simples menção desta expressão denota a aceitação por parte do Congresso Constituinte, do direito dos estados de estabelecerem restrições à autonomia municipal, pois se isto não fosse verdade seria dispensável a sua inclusão (NETO, 2009, p.168, grifo do autor).

Assim, é possível verificar que a autonomia do município no Brasil não se consolidou após a Proclamação da República. Foi um período em que as Câmaras Municipais não dispunham de completa autonomia, não podendo deliberar sobre ações necessárias para implementar um projeto educacional que atendesse a realidade municipal, ficando a responsabilidade circunscrita ao governo provincial, que também não efetivou suas atribuições, conforme estabelecido na legislação, deixando as Escolas Normais sem assistência, assim muitas foram obrigadas a interromper o atendimento à população, por vários momentos.

Porém, na Província de Minas Gerias, a promulgação da Constituição Mineira em 15 de junho de 1891, delega maior autonomia aos municípios ao estabelecer no art. 75, parágrafos II e IV que:

> II. A administração municipal inteiramente livre e independente em tudo quanto respeita ao seu peculiar interesse, será exercida em cada município por um conselho eleito pelo povo, com a denominação de Câmara Municipal.
> IV. O orçamento municipal, que será annual e votado em época prefixada, a polícia local, a divisão districtal, a creação de empregos municipaes, a instrucção primaria e profissional, a desapropriação por necessidade ou utilidade do município e alienação de seus bens, nos casos e pela fôrma determinada em Lei, são objecto de livre deliberação das câmaras municipaes, sem dependência de approvação de qualquer Outro poder, guardadas as restricções feitas nesta Constituição[4]. (MINAS GERAIS, 1891)

Nesse sentido, alguns municípios buscaram organizar a instrução pública, criando Escolas Normais, estabelecendo condições para admissão dos professores, distribuição das matérias, dizendo sobre a obrigatoriedade dos exames prestados pelos alunos, matrícula, ordenado dos professores, inspeção das escolas pelas Câmaras Municipais,

[4]Nessa dissertação optou-se por manter a grafia original.

buscando cumprir o que estava estabelecido na Constituição de 1891 e suprir as necessidades municipais.

Em Barbacena, a união de vários professores e a comunidade local, convictos da necessidade da instrução pública, e embalados por ideias de construção de um novo país, desencadeou no município a luta pela criação de uma instituição educativa que preparasse os professores para atuar no ensino elementar.

É nesse cenário, portanto, de mudanças em busca do novo, que a criação da Escola Normal Municipal de Barbacena começa a ser pensada e articulada pela comunidade local, encabeçada por vários professores que lecionavam no Internato Gynnásio Mineiro com sede em Barbacena.

O Internato do Gynnásio Mineiro, foi uma importante instituição criada em Barbacena. Segundo Teixeira, (2004, p.5) para "habilitar alunos para as academias e estudos superiores da República". Em 1890, já no Brasil República, o prédio e as terras foram doados para o governo de Minas Gerais, que ali instalou o Gynnásio Mineiro, o qual funcionou até 1913, quando o espaço foi transferido para o governo federal instalar o Colégio Militar de Barbacena. Em 1949, o Ministério da Aeronáutica instalou a Escola Preparatória de Cadetes do Ar – EPCAR – que permanece até os dias atuais. De acordo com a mesma autora "o Internato do Ginásio Mineiro em Barbacena também necessita ser pesquisado com mais profundidade e outras fontes exploradas." (TEIXEIRA, 2004, p. 19)

Barbacena é um município de Minas Gerais, localizado na microrregião do Campo das Vertentes, conhecida como 'Cidade das rosas', 'Cidade dos loucos'[5], (GODOY, 2014, p. 04, grifo do autor). Segundo Savassi (1991):

> Esta Barbacena que hoje vemos tão decantada, brilhando intensamente no concerto das comunas mineiras, imortalizada pela denominação sugestiva e formosa de PRINCESA DOS CAMPOS, tem sido, desde os longínquos tempos coloniais, sentinela avançada das liberdades públicas, e já "nesses tempos de constrangimentos e premência política do povo", teve ensejo, a golpes de ousadia e virilidade de seus habitantes, de dar demonstrações inequívocas de acendrado civismo, de

[5]Barbacena [...] era conhecida como uma cidade produtora de rosas, vindo mesmo a ser conhecida como "cidade das rosas". A partir da inserção de um hospício em seu território, Barbacena virá com o passar do tempo a ser nomeada como a "cidade dos loucos". Tal estigma se concretiza após a instituição do Hospital Colônia de Barbacena. (FASSHEBER, 2009, p.36)

> intenso amor à liberdade e de invejável espírito de independência. Parte integrante, outrora dos territórios de São João Del Rei e São José Del Rei (hoje Tiradentes), conhecida, então, simplesmente por "Parada da Borba", pertenceu, judiciariamente, desde a criação das três primeiras Comarcas em Minas (em 1709, ou antes, mas somente confirmada pelo Alvará de 6 de abril de 1714), ao termo de São João e pouco depois, ao termo de São José Del Rei, da Comarca do Rio das Mortes – cujas divisas iam até Guaratinguetá, quando Minas e São Paulo formavam uma só Província. (SAVASSI, 1991, p.27, grifo do autor)

De acordo com Guimarães (2016, p.41), no final do século XIX, Barbacena "era passagem estratégica para todos os que se dirigiam da capital brasileira – o Rio de Janeiro – ao interior de Minas, tornando-se importante rota comercial". O censo de 1900, registrou uma população de 8.663 habitantes, e mesmo com uma população pequena, segundo Ribeiro (2012) a cidade:

> Já se destacava em diversos setores sociais e econômicos com a Estação Sericícola, indústria-escola destinada à disseminação da cultura da seda natural no Brasil, com a chegada do cinematógrafo e as experiências com o cinema sonoro, e, também com a consagração da região como pioneira da indústria de laticínios no país. (*apud* GUIMARÃES, 2016, p. 41).

Em notícia n'A Folha, o redator já destacava o "progresso" da cidade:

> Facto a prova cabal de que o progresso de Barbacena não era resultado fictício das miragens do encilhamento[6]. A animação que se nota por toda a parte – o grande número de elegantes prédios em construcção, a imigração de abastados fazendeiros e capitalistas, e extraordinária valorização dos terrenos, a exploração de novas indústrias, o foro tornando-se movimentado, tudo isto significa o engrandecimento de Barbacena (A FOLHA, 1893, p. 1).

Foi nesse cenário, de progresso da cidade, que a criação da Escola Normal Municipal foi se consolidando, num contexto de transformações que vislumbravam a necessidade de instrução pública, no alvorecer da República. Havia, na esfera municipal, expectativas de que a República promovesse o progresso que as elites tanto almejavam para o país. Nesse sentido, Barbacena dava seus primeiros passos desenvolvendo um

[6] "Designação para o episódio de euforia especulativa e crise financeira em torno da criação e negociação de ações e debêntures de novas companhias na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro e seus arredores, que teve lugar durante a transição da Monarquia para a República e também nos primeiros anos do novo regime. O Encilhamento ocupa lugar de destaque na composição do imaginário referente às novidades modernizadoras trazidas pela República, pois foi onde as promessas de progresso foram as mais mirabolantes e de onde se originaram as crises no câmbio, nos bancos e nas finanças públicas que o país experimentou durante a primeira década do regime republicano.": Disponível em: https://atlas.fgv.br/verbetes/encilhamento . Acesso 28 abril 2023

projeto de criação e instalação de uma Escola, por iniciativa popular, colaborando para aumentar o clima de euforia em relação ao futuro do município. A esse respeito comentou Mendes Pimentel:

> A Lei nº 41 de 03 de agosto de 1892, reorganizando a instrução pública primária neste Estado, no acertado intuito de preparar caminho, do ensino secundário, autoriza em seu art. 248, as Câmaras Municipais criarem estabelecimentos de ensino, segundo o plano das escolas normaes, competindo ao governo reconhecê-los e equipará-los em vantagens e prerrogativas, aos similares do Estado, desde que pela idoneidade do corpo docente, pelos programas apresentados e pelas condiccçoes, de viabilidade de que cerquem, mostrarem-se merecedores de tal favor (A FOLHA, 1893, p.01).

Ao propor este estudo, sobre a criação e instalação da ENMB, preconizada nos termos da Lei nº 41, também se fez necessário pensar os sujeitos escolares, para além de sua historicidade, e refletir não somente sobre o momento específico que este trabalho propõe, mas sobre a formação contemporânea, assim como a relação entre, passado, presente e futuro, suas rupturas e continuidades, investigando elementos que possibilitem a análise crítica dessa instituição criada para a formação professores.

Segundo Carvas e Azevedo (2015):

> No período republicano, o projeto educacional do País firma-se na ruptura com uma situação anterior de suposta ausência de uma política de instrução que se inauguraria com a nova ordem". Se até então não havia uma política de instrução concreta no que tange à formação de professores, o que se percebe neste momento (início do período republicano) é uma nova postura assumida pelos governantes. Ainda segundo esses autores, "a progressiva legitimação do papel das escolas normais na formação docente significará, com o passar dos anos, o investimento na sua ampliação, com aumento significativo do número destas escolas. (*apud* GOUVÊA e ROSA, 2000, p. 24).

Pensando nesse reconhecimento do papel das Escolas Normais, buscou-se conhecer como se deu o processo de criação e instalação da Escola Normal Municipal de Barbacena, no período de 1893 a 1913. Procurou-se, ainda, conhecer os sujeitos que assumiram esta tarefa no contexto de sua criação.

Para apresentar os achados da pesquisa, esta dissertação foi estruturada da seguinte forma: além desta Introdução e das Considerações Finais, consta de três capítulos. O primeiro tem como título "Quadro teórico-metodológico", e seu objetivo é o apresentar o resultado do estudo da produção científica sobre o tema, bem como o

referencial teórico e os caminhos metodológicos da pesquisa. O segundo capítulo, que tem como título “A formação de professores em Minas Gerais”, objetiva discorrer sobre o papel histórico da Escola Normal enquanto instituição educativa e o movimento de renovação presente na formação de professores. E, por fim, no último capítulo, intitulado a “Escola Normal Municipal de Barbacena” apresentamos os resultados da investigação sobre a história dessa longeva instituição de formação de professores de Minas Gerais.

CAPÍTULO 1 – QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO

O objetivo deste capítulo é apresentar o resultado do estudo da produção científica sobre o tema, bem como o referencial teórico e os caminhos metodológicos da pesquisa. Para isso, foram organizadas três seções: na primeira trazemos a revisão da literatura; na segunda o referencial teórico e, por fim, a abordagem metodológica e as fontes utilizadas. Optamos por abrir o primeiro capítulo com o Quadro Teórico-Metodológico, porque de acordo com Barros (2015, p. 16) é um capítulo "que busca concentrar referências a aspectos fundamentais, verdadeiros alicerces mentais que nortearão as ações e as escolhas feitas pelo pesquisador".

1.1 Os estudos sobre as Escolas Normais: o que nos dizem as pesquisas

Realizar uma revisão de trabalhos científicos é essencial para o desenvolvimento de trabalhos acadêmicos. A revisão de literatura nos permite observar possíveis lacunas nos estudos realizados; desenvolver estudos que possibilitem novas contribuições para o campo científico; sugestionar temas, problemas, hipóteses e metodologias inovadoras de pesquisa; beneficiando o campo científico, instituições e a sociedade.

Segundo Alves-Mazzotti e Gewandsznajder,

> A produção do conhecimento não é algo isolado. É uma construção coletiva da comunidade científica, um processo continuado de busca, no qual cada nova investigação se insere, complementando ou contestando contribuições anteriores dadas ao estudo do tema. (ALVES-MAZZOTTI e GEWANDSZNAJDER, 2004, p.181)

Ao procurar conhecer a literatura já produzida sobre o tema, realizamos uma busca por artigos, dissertações, teses e livros que fizessem referências às Escolas Normais, no Brasil, Minas Gerais e em Barbacena. Inicialmente, nossa investigação se concentrou nas produções da Revista Brasileira de Pós-Graduação (RBPG), no GT2 de História da Educação, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Revista Brasileira de Pós-Graduação (RBPG) e *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO).

Utilizando a palavra-chave “Escola Normal”, encontramos um volume considerável de trabalhos, no entanto, como não seria possível analisar todos, fomos refinando a pesquisa, por tipo, ano, Grande Área e Área de Conhecimento, encontrando, ao final, 177 trabalhos; porém, após refinarmos ainda mais nossa consulta, utilizando a palavra-chave “Minas Gerais”, descartamos 151, restando, assim, 27 trabalhos para serem analisados, conforme expresso no Quadro 1.

Quadro 1 -Total de trabalhos encontrados

Nº	**Produções**	**Nº trabalhos encontrados**	**Nº trabalhos descartados**	**Nº trabalhos analisados**
01	ANPED	09	06	03
02	CAPES	128	117	11
03	RBPG	01	0	01
04	SCIELO	40	28	12
Total		178	151	27

Fonte: Elaboração própria autora – 2022

Dos 27 trabalhos selecionados, temos dezoito artigos, cinco dissertações e quatro teses. Passamos, então, a fazer uma busca mais refinada para localizar, dentre os 27 trabalhos selecionados, os que fizessem referência à Barbacena e à Escola Normal Municipal de Barbacena. Verificamos que quatorze artigos se referem à Escola Normal, especificamente, em Minas Gerais e os outros treze trabalhos (quatro artigos, cinco dissertações e quatro teses) fazem referência à Barbacena e à Escola Normal Municipal de Barbacena.

No quadro 8 (Apêndice A), apresentamos, primeiramente, os quatorze trabalhos que selecionamos com a palavra-chave “Minas Gerais”, e que não mencionam Barbacena e/ou a Escola Normal Municipal de Barbacena. Após análise desses artigos, contatamos que Seraphim-Pedruzzi e Jinzenji (2021), utilizaram como fontes, jornais, Relatórios da Assembleia Legislativa Provincial, certidões de casamento, óbito e educacionais, livros de matrícula de professores, termos de posse e afastamentos, para analisar a trajetória escolar e profissional de quatorze homens que estudaram na Escola Normal de Ouro Preto. Por meio da interpretação microhistórica da análise onomástica, as autoras procuraram conhecer o perfil dos professores, e as atividades que desempenharam após a conclusão do curso, sendo constatado que a maioria destes professores atuaram na docência no nível elementar e secundário, porém à medida que crescia o número de professoras normalistas, os homens iam sendo substituídos paulatinamente. Este aumento do número de professoras também é possível observar no estudo sobre a ENMB. Na

primeira turma de formandos, em 1897, temos cinco concluintes do sexo feminino e três concluintes do sexo masculino, conforme o Quadro 2.

Quadro 2 - Turma de formandos Escola Normal Municipal de Barbacena - 1897

	Formandos ENMB 1897	
Nº	**Sexo Feminino**	**Sexo Masculino**
1.	Ambrozina Diniz	Álvaro Meniconi
2.	Albertina Carneiro Diniz	João Augusto Campos
3.	Alice Afonso	Heitor Ferreira Paes
4.	Maria Madalena de Oliveira	-
5.	Regina Paes	-
Total	05	03

Fonte: Elaboração a própria autora *apud* Figura 15 Alberto André Delpino - 2023

Sousa e Rocha (2018), Neto e Carvalho (2018), Souza e Santos (2017), Moreno; Segantini; Fernandes e Jesus (2012), Jinzenji (2011), Veloso (2009) e Rosa (2003), objetivaram compreender a formação de professores, do século XIX até metade do XX, utilizando, cada um de acordo com seu objeto, fontes de arquivos públicos, periódicos, jornais, manuais, relatórios e ofícios. A leitura desses trabalhos foi muito importante, pois, se por um lado esclareceu parte das dúvidas sobre a formação de professores naquele período, por outro nos instigou algumas indagações: quem eram os professores da ENMB? Qual era a formação dos professores que lutaram pela criação e instalação da ENMB? Como foram escolhidos?

Jardilino e Pedruzzi (2016), Carvas e Azevedo (2015), Lage (2005), Oliveira (2004), procuram desvendar o processo histórico de desenvolvimento de Escolas Normais de Minas Gerais, nos séculos XIX e XX, servindo-se de documentos do acervo das escolas normais, legislação educacional e jornais. O estudo dos trabalhos desses autores além de nos permitir dimensionar a importância da história das Escolas Normais, no contexto da história da educação do Estado de Minas Gerais, contribuíram ao indicar a necessidade de novos estudos e pesquisas.

Veiga (2014, p. 209), em sua investigação, utilizou a legislação e impressos, para discutir a organização da Escola Normal na Primeira República no "contexto de demandas por reformas educacionais concernentes às necessidades de formação do cidadão", ampliação do ensino elementar," e de "definição da cidadania republicana", observando que muito embora as "demandas por reformas no ensino" fossem se organizado na perspectiva de "homogeneização cultural", a meta não se consolidou, sendo possível observar a "oferta escolar desigual pelos tipos de escola primária e de

níveis de formação docente". Este estudo nos faz pensar sobre o contexto educacional à época da criação e instalação da ENMB, "o papel representado pelas escolas normaes na elaboração da civilização de um povo [...], cuja missão será alhanar o caminho do progresso, diffundindo a instrução por todas as camadas sociais". (A FOLHA, 1893, ed. 02, p.1)

Gatti, Filho e Gatti Júnior (2006, p. 123), ao realizarem o estudo sobre "a relação entre urbanização e escolarização a partir do exame dos resultados de investigações que tomaram como objeto as instituições escolares mais antigas da cidade de Uberlândia, criadas e em funcionamento desde as primeiras décadas do Séc. XX", utilizaram as seguintes fontes: "bibliografia pertinente (dissertações, livros escritos por historiadores e memorialistas); artigos que abordam a questão da história local e regional; a documentação impressa, manuscrita e iconográfica existente nos arquivos da escola, no arquivo público municipal, no Centro de Documentação em História da UFU e em diversos arquivos particulares; documentos construídos por meio da recolha de depoimentos orais junto a antigos dirigentes, professores e alunos (concluintes e que evadiram)." (GATTI; FILHO; GATTI JÚNIOR, 2006, p.123). Nesse artigo, os autores, concluem, que o ensino privado, de caráter confessional prevaleceu como iniciativa da sociedade civil, no Triângulo Mineiro, até a década de 1940. Em nossos estudos sobre a ENMB, constatamos que em Barbacena foi uma iniciativa da sociedade civil de caráter público: "Art. 4 º Serão approveitados com anuência do Governo do Estado as diversas cadeiras da Escola Normal – os professores do Internato do Gynnásio Mineiro, desta cidade que gentilmente se offerecem gratuitamente." (A FOLHA, 4 ed., p.3)

Outros treze trabalhos identificados, ao inserirmos o termo "Barbacena e Escola Normal Municipal de Barbacena", tratam especialmente, sobre o Professor Francisco Mendes Pimentel e a Professora Maria Lacerda de Moura, como se pode constatar na relação apresentada no Quadro 9, Apêndice B.

O Professor Francisco Mendes Pimentel lecionou na Escola Normal Municipal de Barbacena em 1893, ano de sua criação, mais tarde foi nomeado vice-diretor e no mesmo período foi editor do jornal "A Folha" do município de Barbacena. Já a Professora Maria Lacerda de Moura, foi aluna da Escola Normal Municipal de Barbacena e, após se formar, lecionou na escola durante algum tempo.

Para melhor entendimento dos trabalhos selecionados, teceremos alguns comentários, com o propósito de evidenciar as aproximações e distanciamento desses estudos em relação à pesquisa que foi desenvolvida, apontando, assim, lacunas dessas produções, que buscamos preencher com a pesquisa realizada.

Do conjunto de artigos analisados sobre Maria Lacerda de Moura, constatamos que Silva (2009) fala sobre sua infância e juventude em Barbacena, apresentada no documentário pela historiadora Miriam Moreira Leite. Martins e Costa (2016), investigam as cartas que foram enviadas, entre 1920 e 1922, por Maria Lacerda de Moura a Bertha Lutz, tentando "revelar, traços, pistas e sinais" (MARTINS, COSTA, 2016, p. 211), sobre a história individual e coletiva dessas duas mulheres e a sociedade em que viveram. Guimarães (2022) faz um recorte para investigar a trajetória de Maria Lacerda de Moura, na cidade de Barbacena, sobre suas ideias em relação à psicologia experimental, sendo este artigo relacionado à sua tese publicada em 2016. Essas autoras utilizam várias fontes documentais, dentre elas estão: publicações de Maria Lacerda, documentos da Escola Normal onde ela lecionou, correspondências, alguns jornais de Barbacena, como matéria prima para desenvolver o tema e o problema de pesquisa que se propuseram.

Os estudos de Miranda (2006), Ferreira (2012), Lima (2016) e Livério (2021), têm como foco a Professora Maria Lacerda de Moura, e se debruçam sobre sua atuação, seu pensamento político e intelectual; suas publicações em revistas e o livro Lições de Pedagogia, utilizando como fonte obras e publicações da professora, documentação encontrada no Arquivo Edgard Leuenroth da Universidade de Campinas - UNICAMP, no Centro de Cultura Social de São Paulo, na Biblioteca Pública Municipal de São Paulo e no Dicionário Histórico-Biográfico do(s) Anarquismo(s) no Brasil.

As teses de Bueno (2019), Castro (2019) e Madeira (2022), estão relacionadas ao movimento feminista presente no ideal de mulher de Maria Lacerda de Moura. Os autores utilizaram atas, teses, relatórios e pareceres, fotografias, conferências, cartas, artigos de jornais, e obras como fonte documental.

Silva (2010) investigou a trajetória de Francisco Mendes Pimentel, procurando destacar sua atuação e pensamento educacional em Minas Gerais entre os anos 1893 e 1910, enquanto, jurista, professor, jornalista e político. A Folha e o Diário de Minas,

criados e dirigidos por Mendes Pimentel na década de 1890, e o Jornal do Povo foram fontes de pesquisa. A autora relata a trajetória de Mendes Pimentel em Barbacena e comenta sobre sua atuação na Escola Normal. Já em seu artigo "Sob a pena de um publicista: disputas políticas e imprensa mineira pela atuação de Mendes Pimentel na primeira década republicana", publicado em 2014, Silva relata como Francisco Mendes Pimentel atuou no início da República (1869-1967), ao participar "de intrigas, polêmicas e conchavos criados, divulgados ou alimentados" (Silva, 2014, p. 338), por meio de jornais como: A Folha, Diário de Minas e Jornal do Povo. Destacamos aqui que o jornal A Folha foi criado em Barbacena por Mendes Pimentel e, em sua segunda edição de 22 de janeiro de 1893, é notícia de primeira página uma reportagem sobre a importante Resolução da Câmara Municipal de Barbacena de criação da Escola Normal.

Ao realizar a pesquisa e o estudo dos artigos, dissertações e teses, elencando como categorias as palavras: Minas Gerais, Barbacena, Escola Normal, buscamos alguns elementos que nos ajudaram a delimitar melhor nosso objeto de estudo, problema de pesquisa, fazer um recorte temporal para encaminhamento do nosso trabalho. Nesse percurso descobrimos que vários trabalhos se referiam à Escola Normal Municipal de Barbacena, porém não davam visibilidade ao processo de criação dessa Instituição, não tomando-a como objeto de investigação.

Ao discutir sobre a importância das pesquisas científicas, Alves-Mazzotti e Gewandsznajder, (2004, p.159) firmam que "a significância de um estudo pode ser demonstrada indicando sua contribuição para a construção do conhecimento"**.** Nesse sentido, a análise da produção científica sobre o tema "Escola Normal", e, em especial, sobre a Escola Normal Municipal de Barbacena, evidencia algumas lacunas que a pesquisa buscou preencher com vistas a ampliar o conhecimento do campo da Educação acerca da história dessa importante Instituição para o município de Barbacena. A exemplo, como apontado anteriormente, destacaram-se a ausência de estudos que tomassem o processo de criação da Escola, iniciado no ano de 1893, alvorecer da República, como objeto de investigação.

Além disso, a escolha da Escola Normal Municipal de Barbacena como objeto de pesquisa se justificou por ser a primeira escola de formação de professores no município e, mais ainda, porque foi nessa escola que estudei durante doze anos e me formei professora. Os estudos dos referenciais teóricos e a investigação também me

proporcionaram uma melhor qualificação para atuar como professora regente das aulas de História de Educação.

Desse modo, a presente dissertação se tornou um fragmento do itinerário dessa pesquisadora não somente por fazer parte de sua caminhada, mas também porque no desenrolar de sua construção, houve muito aprendizado na busca pela compreensão do objeto proposto. Este não é apenas um trabalho que trata da Escola Normal Municipal de Barbacena, da criação de uma instituição escolar, dos sujeitos que a idealizaram, mas uma tarefa que buscou retomar uma história, conhecer o ambiente social e político e as ações de diferentes sujeitos que ousaram lutar pela criação de um espaço para a formação de professores, atendendo assim os anseios da população de Barbacena.

Após a leitura dos artigos, dissertações e teses, que selecionamos, verificamos que não havia, nas bases consultadas, trabalhos que problematizasse nosso objeto, a Escola Normal Municipal de Barbacena, encontrando nesse primeiro momento vestígios e pistas para prosseguirmos com a pesquisa e desenvolver essa dissertação. Assim, mediante tais considerações, o trabalho investigativo buscou responder à seguinte indagação: como ocorreu o processo de criação e instalação da Escola Normal Municipal de Barbacena, no período de 1893 a 1913?

Para responder a essa questão, tivemos como objetivo geral, compreender o processo de criação e instalação da Escola Normal Municipal de Barbacena, no período de 1893 a 1913, e foram propostos os seguintes objetivos específicos: discutir sobre o contexto e as motivações que levaram à constituição da Escola Normal Municipal de Barbacena; compreender o papel social de criação da Escola Normal Municipal de Barbacena no período de 1893 a 1913; identificar algumas personalidades envolvidas no processo de criação dessa instituição.

1.2 Enfoque teórico para a construção da pesquisa

As discussões que são propostas pela História Cultural nos ajudaram a estabelecer uma abordagem para além das fontes pesquisadas, possibilitando inserir uma nova perspectiva de análise, aperfeiçoando nosso olhar sobre a investigação no campo da História da Educação.

A escolha por abordar a história cultural se justifica pois, conforme Julia:

> Poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos, normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). (*apud* SOUZA, 2001, p. 10, destaque no original).

Portanto, a abordagem da histórica cultural, presente nessa dissertação, buscou incorporar a temática das representações e práticas escolares no recorte temático da história da ENMB. Consoante com Magalhães (2004, p.113), a reflexão que autoriza a construção da instituição educativa como objeto epistêmico estrutura-se a partir de entradas fundamentais na historiografia da escola e da escolarização.

Conceituar representação em relação à cultura escolar também foi muito importante para que pudéssemos entender o sentido dos espaços (local, edifício), os diretores, professores (recrutamento, profissionalização; formação, mobilização, história de vida, itinerários) e os alunos (cultura, forma de estimulação e resistências). De acordo com Chartier (1988, p.17), "as representações constituem - esquemas intelectuais, que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado."

Julia relata que os professores exerciam um papel importante na cultura escolar:

> Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e demais professores. (*apud* SOUZA, 2001, p.10-11)

Partindo desse enfoque e inscrita no campo da História das Instituições Escolares, a presente dissertação se guiou pelas ideias e orientações teórico-metodológicas de autores como Magalhães, (2004) Gatti Júnior (2007), Saviani (2005), e outros.

De acordo com Oliveira e Gatti Júnior (2002, p.73), há uma grande necessidade de se "rever o conceito de história institucional, levando em consideração a problematização das instituições na sua relação com a comunidade envolvente." O pesquisador precisa se preocupar com as interpretações sobre as instituições educativas, no sentido "de apreender elementos que possam conferir às mesmas, um sentido histórico no contexto

social de sua época, bem como suas influências até os nossos dias" (OLIVEIRA e GATTI JÚNIOR, 2002, p.73).

Segundo Magalhães (2004, p. 133), "Compreender e explicar a história de uma instituição escolar", contextualizá-la de acordo com sua época, "é integrá-la de forma interativa no quadro mais amplo do sistema educativo, nos contextos e nas circunstâncias históricas, implicando-a na evolução de uma comunidade e de uma região, território, seus públicos e zonas de influência." (MAGALHÃES, 2004, p.133) Ainda, de acordo com o autor,

> A narrativa historiográfica deve refletir, em síntese, como um processo investigativo de complexificação e integração, compreendendo e explicando a evolução institucional no quadro da realidade histórica sociocultural envolvente e inscrevendo-a no plano sistêmico, mas deve sobretudo apresentar de forma inteligível a história, uma realidade institucional, sua identidade e na sua evolução. (MAGALHÃES, 2004, p.142)

Saviani (2005) começa sua linha de raciocínio nos fazendo refletir sobre o termo "instituição", seus significados, e nos faz perceber o rigor que a palavra expressa, principalmente quando se refere ao lugar onde se legitima o aprender a ser/fazer/conviver, a instituição escolar. Para Saviani (2007), é necessário levar em consideração as condições sociais em que as instituições educativas emergiram, seu contexto histórico, geográfico e político. A Escola Normal Municipal de Barbacena, objeto dessa dissertação, foi criada em 1893, final do século XIX, período em que se acreditava, segundo Júnior (2003, p.25), "que as escolas normais apesar de não estarem estruturadas numa visão moderna – em comparação com as escolas europeias – eram reduto de uma instrução moderna."

Oliveira e Gatti júnior (2002, p.73) argumentam sobre a necessidade de "rever as transformações pelas quais tem passado nos últimos tempos as investigações no campo da História da Educação" e nos conduz a uma reflexão sobre as "singularidades e particularidades" dos espaços sociais destinados à educação escolar.

De acordo com Saviani (2007), reconstruir a história das instituições escolares brasileiras implica reconhecer a existência de tais instituições que, pelo seu caráter durável, têm uma história que nós não apenas queremos como necessitamos conhecer. Para ele:

> [...] a palavra "instituição" guarda a ideia comum de algo que não estava dado e que é criado, posto, organizado, constituído pelo homem. Mas essa é ainda uma ideia muito geral, pois as coisas que o homem cria são muitas e dos mais variados tipos e nem todas podem ser consideradas como instituição. Assim, além de ser criada pelo homem, a instituição apresenta-se como uma estrutura material que é constituída para atender a determinada necessidade humana, mas não qualquer necessidade. Trata-se de necessidade de caráter permanente. Por isso a instituição é criada para permanecer. Se observarmos mais atentamente o processo de produção de instituições, notaremos que nenhuma delas é posta em função de alguma necessidade transitória, como uma coisa passageira que, satisfeita a necessidade que a justificou, é desfeita. Para necessidades transitórias não se faz mister criar instituições. (SAVIANI, 2007, p.18)

As instituições escolares não se constituem como algo pronto e acabado, elas mudam de acordo com a época em que se constituem. Sendo assim, é importante que pesquisas sejam realizadas para reconstituir a história, confrontando as condições sociais e políticas em que foram criadas, com contextos históricos contemporâneos.

Como categorias de análise, os estudos de Justino Magalhães (2004) e Décio Gatti Júnior (2007) destacam as mais utilizadas[7] nas investigações sobre as Instituições Escolares e que servem para "se estruturar os roteiros e estabelecer os procedimentos investigativos" (GATTI JÚNIOR, 2007, p.184)

De acordo com Magalhães (*apud* GATTI JR, 2005, p.79-80), o pesquisador que pretende investigar a história das instituições escolares, os acontecimentos do interior das escolas, buscando um conhecimento mais aprofundado do espaço destinados à formação de professores, ao longo da busca por apreensão de elementos, pretende conferir identidade à instituição, ou seja, aquilo que lhe fornece um sentido único no cenário social. Sendo assim, durante a pesquisa procuramos explorar as fontes documentais, os espaços escolares e os sujeitos escolares, como categorias de análise.

Selecionamos algumas categorias, que serão descritas no decorrer desta dissertação, para "dar conta dos vários sujeitos envolvidos no processo educativo"

[7] Espaço (local/lugar, edifício, topografia); Tempo (calendário, horário, agenda antropológica); Currículo (conjunto das matérias lecionadas, métodos, tempos etc. ou racionalidade da prática); Modelo Pedagógico (construção de uma racionalidade complexa que articula a lógica estruturante interna com as categorias externas que a constituem — tempo, lugar e ação); Professores (recrutamento, profissionalização; formação, organização, mobilização, história de vida, itinerários, expectativas, decisões, compensações); Manuais Escolares; – Públicos (cultura, forma de estimulação e resistências); – Dimensões (níveis de apropriação, transferências da cultura escolar, escolarização, alfabetização, destinos de vida). (*apud* GATTI JÚNIOR, 2007, p. 184).

GATTI JÚNIOR, 2007, p.184), além de possibilitar uma entrada no interior da Escola Normal:

> [...] gerando um conhecimento mais aprofundado destes espaços sociais destinados aos processos de ensino e de aprendizagem, por meio da busca da apreensão daqueles elementos que conferem identidade à instituição educacional, ou seja, daquilo que lhe confere um sentido único no cenário social do qual fez ou ainda faz parte, mesmo que ela tenha se transformado no decorrer dos tempos. (GATTI JÚNIOR, 2007, p.184).

Foi nessa perspectiva do conceito de cultura escolar, dentro do recorte temático da História das Instituições Escolares, trabalhando no campo de investigação da História da Educação que desbravamos o suporte teórico, com objetivo de alcançar os objetivos aqui propostos.

1.3 Metodologias e fontes

O primeiro procedimento metodológico que realizamos para responder à questão: como ocorreu o processo de criação e instalação da Escola Normal Municipal de Barbacena, no período de 1893 a 1913, foi a pesquisa documental. Para Cellard (2008), um documento escrito possui uma fonte preciosa para o pesquisador, porque em muitos casos ele é insubstituível para reconstituir os vestígios de uma época distante.

Seguido nesse debate Galvão e Lopes (2010) afirmam:

> Com a ampliação dos temas abordados pela história da educação os pesquisadores, foram, aos poucos intensificando o uso das fontes. Tal como ocorreu em outros domínios da história os historiadores da história da educação incorporaram a ideia de que a história se faz com base em qualquer traço ou vestígio deixados pelas sociedades passadas. Afinal em muitos casos, as fontes oficiais são insuficientes para compreender muitos aspectos. (GALVÃO; LOPES, 2010, p.68)

Nesse sentido houve a necessidade de buscar mais de um tipo de fonte, e "qualquer traço ou vestígio" (GALVÃO; LOPES, 2010, p.68), para esclarecer nosso objeto de pesquisa. Segundo Barros (2012, p.130), fontes históricas são "tudo aquilo que, produzido pelo homem ou trazendo vestígios de sua interferência, pode nos proporcionar um acesso à compreensão do passado humano." Sendo assim, coletamos diversos tipos de documentos institucionais e legais, além de jornais, revistas, fotografias, desenhos, etc,

em arquivos públicos, bibliotecas digitais e na Escola Estadual "Embaixador José Bonifácio."

Segundo Ragazzine:

> As fontes permitem encontrar e reconhecer: encontrar materialmente e reconhecer culturalmente a intencionalidade inerente ao seu processo de produção. Para encontrar é necessário procurar e estar disponível ao encontro: não basta olhar, é necessário ver. Para reconhecer é necessário atribuir significado, isto é: ler e indicar os signos e os vestígios como sinais. (*apud* VIEIRA, 2001, p. 14)

Para Magalhães (2004, p. 157) "uma forma de memória são os registros escritos e vivenciais, itinerários e biografias de agentes, patronos e mecenas das instituições educativas, mas também de alunos e outros atores". Para ele, essas fontes são importantes, por serem "registros cujas linhas de orientação, ritmo e conteúdo se cruzam, identificam e traduzem o cotidiano e o percurso histórico das próprias instituições – itinerários de vida que sugerem um sentido e uma evolução." (MAGALHÃES, 2004, p. 157)

Abaixo tecemos algumas reflexões, que consideramos importante, sobre as fontes utilizadas.

1.3.1 Os jornais como fontes privilegiadas

Os Jornais têm sido usados, em História da Educação, como fonte rica em informações que são veiculadas em suas páginas, entendidas como produtos culturais carregados de significações podendo revelar importantes elementos para a compreensão do contexto histórico a ser investigado. De acordo com Oliveira (2007 p.15), "o jornal impresso é parte de uma estrutura midiática de enorme impacto e, cada vez mais, diversificada ação política e cultural".

Iniciei a busca por jornais que fizessem referência ao decurso delimitado para a presente dissertação desenvolvida no período temporal, 1893 a 1913, no Arquivo Histórico Municipal Altair Savassi - AHMAS[8]. A figura 1, a seguir, apresenta um dos

[8]O Arquivo Histórico Municipal Professor Altair Savassi criado em Barbacena no anos de 2003, guarda cerca de 30 mil documentos do Poder Judiciário (inventários, testamentos, sesmarias, processos cíveis e criminais), 276 livros do Manicômio Judiciário Jorge Vaz, mais de 300 títulos de jornais locais da coleção de Altair Savassi, 12 livros do Setor de patrimônio da Câmara/Prefeitura Municipal de Barbacena (séculos XVIII a XX), dentre outros.

momentos em que estivemos no AHMAS, para realizar a pesquisa. No jornal analisado, Leste de Minas (Figura 1), não encontramos nada que fizesse referência à ENMB.

Figura 1 - Pesquisa realizada no jornal Leste de Minas

Fonte: A própria autora - 2022

Ao realizar a pesquisa com os diferentes jornais, de relevante circulação em Barbacena-MG, foi necessário fazer uma classificação e a categorização das informações de modo a identificar as opiniões expressas pela população daquela época. Nesse percurso, percebemos que muitas pessoas eminentes procuravam participar e se fazerem presentes na luta pela modernização da cidade e pela instrução pública colaborando no projeto de criação da ENMB. É preciso salientar que, ao desvendar as páginas de cada documento disponibilizado pelo AHMAS, foi possível constatar alguns dos ideais presentes, àquela época, em âmbito local, de criação de escolas como uma ação necessária para a instrução pública da população. Segundo Oliveira (2007):

> A imprensa permite uma ampla visada da experiência citadina: dos personagens ilustres aos anônimos, do plano público ao privado, do político aos econômico, do cotidiano ao evento, da segurança pública às esferas cultural e educacional. Nelas encontramos projetos políticos e visões de mundo e vislumbramos, em ampla medida, a complexidade dos conflitos e das experiências sociais. (OLIVEIRA, 2007, p. 13)

Assim, foram mapeados os jornais locais, presentes no AHMAS, conforme especificado no Quadro 3.

Quadro 3 - Jornais municipais consultados para a pesquisa

Nº	Jornal	Período pesquisado
1.	A Folha	1893 a 1894
2.	Folha de Barbacena	1893 a 1895
3.	O Popular	1897 a 1890
4.	Cidade de Barbacena	1898 a 1913
5.	O Mensal	1897

Fonte: Arquivo Histórico Municipal Altair Savassi – AHMAS - Elaboração a própria autora - 2022

Os documentos disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro, na Biblioteca Digital da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e a legislação educacional disponível no Arquivo Público Mineiro (APM) também foram utilizados, dentre eles contam os Annaes da Assembleia do Estado de Minas Gerais; Relatórios do Senado Mineiro, Leis, Decretos.

Foi preciso uma análise cuidadosa dessas fontes, ao cruzarmos as informações obtidas com outras fontes documentais para extrair dados relacionados com o objeto de estudo proposto, escolhendo uma metodologia adequada para analisá-los. Os jornais pesquisados apresentaram um emaranhado de notícias sobre a criação e instalação da escola, doações, editais de matrículas, de exames, nomeações, formaturas, "figuras ilustres"[9], dentre outras notícias, com inúmeros anúncios sobre serviços variados.

Segundo Ragazzini (apud Vieira, 2001, p.16), "é preciso revelar claramente todas as relações que compõem a cadeia que leva do sinal do passado ao signo, à significação, à interpretação da história". O pesquisador precisa ter atenção e cuidado ao estudar as fontes, recortando e delimitando o objeto de investigação para se aproximar da realidade.

As informações contidas nos arquivos públicos, por meio dos jornais impressos foram muito importantes para os estudos acerca de temáticas sobre a história da educação no munícipio de Barbacena, mais especificamente sobre a ENMB, pois eles nos possibilitaram um retorno ao passado, intermediado pelos olhares de seus redatores. As folhas desgastadas pelo tempo nos apresentaram as milhares de notícias que ali, naquele período histórico circularam, nos instigando a buscar mais e mais, às vezes nas lacunas, algo que nos ajude a desvendar o objeto da pesquisa.

1.3.2 Arquivos escolares

De acordo com Chartier (1988, p.14) a história cultural surgiu "da emergência de novos objetos no seio das questões históricas como as formas de sociabilidade, as modalidades de funcionamento escolar, entre outros", estendendo assim o campo de abordagens dos historiadores, já que os acontecimentos e os sujeitos esquecidos nas análises históricas começaram a ser estudados.

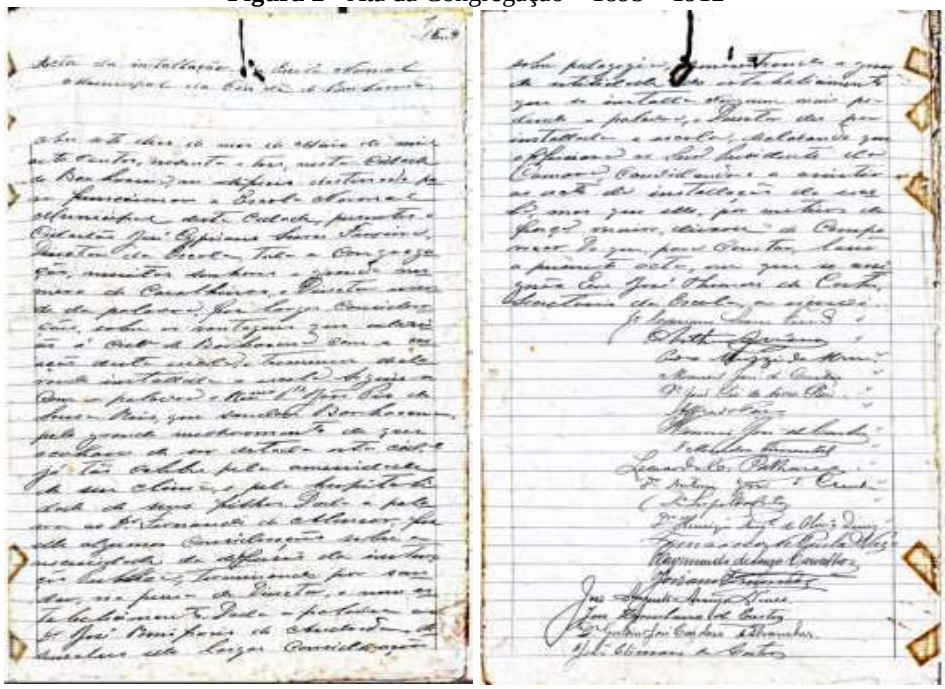
[9]Grifo nosso para destacar como os jornais da época se referiam aos lentes e professores.

Portanto, foi num contexto de ruptura com as velhas tradições de pesquisa que as investigações acerca das instituições escolares possibilitaram um novo olhar para os arquivos escolares e abriram espaço na historiografia educacional brasileira. Segundo Cunha (2015):

> Objetos e documentos frutos da cultura material da escola, presentes nestes acervos escolares criam, preservam e salvaguardam lugares de memória transpassados por continuidades e descontinuidade e, ao mesmo tempo, abrem diferentes possibilidades para o estudo das relações entre escola, alunos, professores, diretores a partir de múltiplas materialidades. São, igualmente, campo de apropriações e criação, podendo conjugar espaço à memória, tanto escolar, quanto pessoal e familiar, construídas em múltiplas temporalidades. (CUNHA, 2015, p. 294)

Depois de várias visitas à Escola Estadual "Embaixador José Bonifácio", e conversa com os funcionários, que nos receberam muito bem e com disposição para nos ajudar, conseguimos localizar alguns documentos de escrituração escolar, como as Atas da Congregação da Escola Normal Municipal de Barbacena, dos períodos de 1893 a 1913 (essa fonte contempla o recorte até 1963); Atas de exames do curso da Escola Normal Municipal de Barbacena de 1909 até 1912; e o Livro de registro de diplomas de 1909 a 1918. Foi necessário vasculhar vários lugares e armários para encontrá-los, infelizmente os documentos, fontes importantes que foram utilizadas nessa pesquisa, não estão bem preservadas (Figura 2) e em local apropriado.

Figura 2 - Ata da Congregação – 1893 – 1912



Fonte: Escola Estadual "Embaixador José Bonifácio"

Com os documentos em mãos, verificamos que estavam com muito caruncho, precisando de higienização para proteção e garantia da história e da memória documental. Antes de iniciarmos a leitura do material foi necessário fazer uma limpeza dos carunchos e possíveis fungos que causaram danos ao material, para evitar uma maior decomposição do acervo (Figura 3), e assim iniciar a leitura cuidadosa.

Figura 3 - Processo de limpeza das dos Livros

Fonte: A própria autora - 2022

Após o processo de limpeza, nos dedicamos aos estudos das Atas da congregação da Escola Normal Municipal de Barbacena, 1893/1912, 1913/1963, Atas de exames do curso da Escola Normal Municipal de Barbacena, 1909-1912, e Livro de registro de diplomas 1909/1918, fazendo a categorização do material. Segundo Magalhães (2004, p.100), "a construção científica manifesta-se numa narrativa historiográfica que seja simultaneamente construção e representação do objeto epistêmico". Silva (2017) lembra que:

> A memória escolar liga-se às ações de preservar e de restaurar para que possam perpetuar e transmitir como legado, por meio do (bom e correto) acondicionamento, a história de sociedades e de instituições, bem como sua cultura educacional produzida em forma de métodos e modelos, de pensamentos e pedagogias e, sobretudo, das produções culturais dos sujeitos no interior da escola. (SILVA, 2017, p. 834)

A ação de restauração pressupõe a preservação da memória de instituições educativas, seu modo de ser e estar no passado, produzindo conhecimentos que serão determinantes para o devir de uma sociedade. Deste modo nos comprometemos, a partir deste trabalho, contribuir para a restauração, preservação e organização dos documentos históricos que compõe o arquivo da ENMB, desde que autorizado pelos gestores.

1.3.3 As fotografias e desenhos como preservação da memória

As fotografias e desenhos também foram fontes privilegiadas nesta pesquisa, à medida que procuramos utilizá-las sistematizando suas informações, analisando seus conteúdos e a realidade que as originaram. Manini (2011, p.80) diz que a "definição mais antiga de fotografia – após o significado etimológico, escrita com a luz – diz ser ela um recorte de espaço da realidade num determinado momento (tempo)." Que a fotografia descreve um dado histórico, que se insere "instantaneamente na categoria de objeto de memória." Segundo Kossoy (1993):

> Uma verdadeira revolução cultural patrocinada pela elite da sociedade brasileira tem lugar no apagar das luzes do Império e do século XIX. É interessante refletirmos como as recentes inovações da ciência e da técnica, mais especificamente no campo das comunicações, são assimiladas pela sociedade e pelo poder nos anos que se seguem à Proclamação da República. Porém, principalmente como a fotografia, enquanto registro expressivo de um cenário urbano, arquitetônico e social em processo de mutação, se vê utilizada pelos meios de comunicação impressa da época, e em que medida se refletirão nessas imagens os anseios da modernidade daquela elite. Existe, nos primeiros anos do novo regime, uma necessidade imperiosa de exaltação do conteúdo simbólico da ordem e do progresso. (KOSSOY, 1993, p.17-18)

Podemos verificar no relato de Kossoy, que a fotografia surge como uma revolução cultural, e a partir desse momento começa a fazer parte do cotidiano, registrando momentos específicos, solenidades públicas, casamentos, aniversários. De acordo com Marinho (2014):

> A fotografia ganha estatuto de fonte histórica no rastro de uma nova história, esta identificada como um fenômeno pós-moderno. Essa, para alguns autores instituída após as duas grandes Guerras Mundiais, é caracterizada pela crítica à racionalidade, a objetividade no fazer ciência posto pela modernidade, e indica mudança na sociedade capitalista, sendo a burguesia ameaçada enquanto centro de um sistema econômico. Nessa perspectiva, a fotografia como fonte histórica pode ser entendida como um documento/monumento, como preservação de uma memória do ponto de vista de seu produtor e/ou seu acumulador. (MARINHO, 2014, p.676)

A palavra desenho, segundo Martins (2007, p.1), "deriva da italiana *disegno*, que deu origem aos provincianismos usados em outras línguas tais como *dessein*, em francês, *diseño*, em espanhol, *design*, em inglês e o nosso, desenho."

O desenho também é um importante registro para a história cultural. Barbosa (2012) utiliza uma citação de Veras, expressando que o "texto é sutil e sedutor, tão sedutor quanto o próprio desenho".

> O desenho é um dos instrumentos mais raros para a anotação daquela ideia que irrompe de imediato, urgente, como se brotasse de repente, do nada.
> O desenho é um dos meios mais propícios para a construção daquela ideia que se delineia milimetricamente, passo a passo, como algo que se engendra aos poucos, seguindo um plano que se estabelece no ato mesmo de riscar a linha [...]
> O desenho – generoso – se presta a gestos dispares, à primeira vista contraditórios. Possibilidades como essas, e ainda outras, são exploradas na pesquisa Desenho, gestos e pensamento: procedimentos gráficos e outras mídias...
> O desenho [...] registra ideias, constrói ideias e as irradia. O desenho detona conflitos e busca soluções. O desenho funda novas realidades. (*apud* BARBOSA, 2012, p.12)

Nesse trabalho optamos por utilizar desenhos e fotografias, porque entendemos haver ali uma possibilidade de recurso histórico-documental. Por meio dessas fontes foi possível, observar alguns elementos que fizeram parte do contexto histórico da ENMB, como a fotografia dos prédio da ENMB, dos professores, das normalistas e desenhos feitos pelo Professor Alberto André Delpino, retratando, trabalhos de alunos, imagens dos gestores e dos primeiros alunos que se formaram.

1.3.4 A legislação mineira e as Escolas Normais

Apresentamos aqui uma análise da legislação relativa à organização e funcionamento das Escolas Normais em Minas Gerais, devido a importante relevância para compreendermos o processo histórico legal, vigente à época.

Para Saviani (2004), a legislação educacional, constitui-se em fonte histórica imprescindível de pesquisa. Utilizar a legislação como fonte requer selecioná-la adequadamente, com criticidade, procurando compreender a informação, o conteúdo, de tal forma que seja possível interpretar os conflitos, apontar saídas. Segundo o autor:

> [...] não se trata de considerar as fontes como origem do fenômeno histórico considerado. As fontes estão na origem, constituem o ponto de partida, a base, o ponto de apoio da construção historiográfica que é a reconstrução, no plano do conhecimento, do objeto histórico estudado. Assim, as fontes históricas não são a fonte da história, ou seja, não é delas que brota e flui a história. Elas, enquanto registros, enquanto testemunhos dos atos históricos, são a fonte do nosso conhecimento

> histórico, isto é, é delas que brota, e nelas que se apoia o conhecimento que produzimos a respeito da história. (SAVIANI, 2004, p.5-6)

Dessa forma, o estudo da legislação educacional nos proporciona um retorno ao passado, ao mesmo tempo que nos permite construir um novo entendimento no presente, para que um novo conhecimento seja construído. Ainda segundo Saviani (2004), construir e reconstruir o conhecimento histórico, apoiado em dados e fatos históricos, possibilitando o reconhecimento de personagens invisíveis na história, dignifica o trabalho do historiador. O estudo da legislação foi muito importante para a pesquisa sobre a ENMB, proporcionando informações sobre a instrução nas escolas públicas, as condições para exercer o magistério, regulamentos, reformas do ensino, entre outros.

De acordo com Ragazzini (2001) a história de determinada:

> [...] escola se escreve, também a partir da análise dos dados parlamentares, da legislação, das normas e da jurisprudência, da administração pública, dos balanços econômicos, enfim, de um conjunto de fontes que provém muito mais da história legislativa, do direito, da administração pública, da economia, do Estado, dos partidos políticos, que da história da escola e da educação. (RAGAZZINI, 2001, p.19)

O Quadro 10 (Apêndice C), apresenta as Leis e os Regulamentos para as Escolas Normais, vigentes no Estado de Minas Gerais entre 1835 e 1912, que foram consultadas. Essa legislação que ratificou e organizou a instrução pública e a formação de professores foi muito importante para a construção dessa dissertação. De acordo com Jinzenji (2011):

> A formação das professoras e a educação das meninas, mais especificamente os cuidados com a distinção entre meninos e meninas se apresentava como uma das principais preocupações presentes tanto na legislação quanto na organização dos mecanismos de instrução na primeira metade do século XIX. (JINZENJI, 2011, p.172)

A busca pela legislação que amparava a formação de professores e a instrução pública, nos permitiu identificar um conjunto de Leis e Decretos referentes à Escola Normal em Minas Gerais e à ENMB. Porém, este estudo não ficou restrito somente à legislação, cercou-se de outras fontes para se chegar a uma compreensão mais ampla do processo, para que fosse possível investigar o contexto emergente da criação da ENMB, sempre interrogando e questionando, possibilitando melhor interpretação acerca do objeto.

Vejamos, no capítulo a seguir, a reflexão que nos possibilitou adentrar a História da Educação no que se refere à formação de professores em Minas Gerais.

CAPÍTULO 2 - A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM MINAS GERAIS

Segundo Lourenço Filho (2001, p.17) “a preparação cultural dos mestres deve ser a melhor possível, nas escolas normais, e continuada depois pela existência.” Procuramos, neste estudo, pensar a formação de professores no processo de criação e institucionalização das Escolas Normais em Minas Gerais. Assim, fundamentando-nos na história da educação, buscamos com esse capítulo refletir sobre o processo pelo qual se constituiu as Escolas Normais como espaço de formação de professores, bem como de que modo a formação de professores foi sendo legitimada pelo Estado. Esse percurso possibilitou uma melhor compreensão da Escola Normal Municipal de Barbacena como instituição formadora de professores. O capítulo está divido em duas sessões: inicialmente discute como se deu a formação de professores das Escolas Normais em Minas Gerais, em seguida trata do movimento de renovação marcados pela instabilidade na política educacional à época.

2.1 As Escolas Normais: espaço singular para formação de professores

Ao pensar a formação de professores em Minas Gerais, nos permitimos o desafio de organizar um relato sobre as Escolas Normais, no período histórico que compreende o Império até os anos iniciais da República, pois nesse espaço de tempo nos deparamos com a criação e instalação de Escolas Normais no país, apresentando-se como um momento privilegiado de preparação de professores, para atuar no ensino primário, visando uma transformação da educação. Segundo Gonçalves e Nogueira (2018):

> Em Minas, assim como em outras unidades da federação brasileira, não era raro encontrar essa ideia de que a educação era instrumento transformador da sociedade, mesmo porque essa correlação estava presente nos discursos dos políticos desde o início do século XIX. (GONÇALVES e NOGUEIRA, 2018, p.05)

O Jornal A Folha (1893) ao se referir à ENMB, registra que “o papel da Escolas Normais na elaboração da civilização de um povo será tido em grande monta desde que se attentar no fim a que se destinam – a formação de mestres inteligentes, hábeis e instruídos.”

Nesse sentido, ao rememorar a história, verificamos que a partir de 1822, início do período imperial, o processo de independência do Brasil ainda não permitia uma

completa mudança estrutural na educação. Toda a característica de uma sociedade escravocrata, excludente e de intenso privilégio das elites, continuava após a independência. Em 1823 formou-se a Assembleia Constituinte para redigir a primeira Constituição brasileira. Durante os debates inspirados pelos ideais da Revolução Francesa[10], alguns deputados chegaram a propor um modelo político educacional para o Brasil, porém a assembleia não prosseguiu, sendo fechada sob as ordens de Dom Pedro I. Segundo Chizzotti (2005) "a constituinte de 1823, com todos os arrazoados patrióticos e exultantes, em seis meses de trabalhos produziu mais discursos veementes e oradores esfuziantes sobre a instrução que diretrizes fundamentais para a educação nacional." (*apud* SANTOS, 2016, p.93). Em 25 de março de 1824, Dom Pedro I outorga a primeira Constituição Brasileira, estabelecendo em relação a instrução pública, unicamente, a sua gratuidade para todos os cidadãos, em seu Artigo 179:

> A inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual e a propriedade, é garantida pela Constituição do Império, pela maneira seguinte: [...] XXXII - A instrução primária e gratuita a todos os cidadãos. (CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA, 1824)

O Ato adicional de 1834, em seu Art. 10, em relação à instrução pública, estabeleceu que seria competência de cada Assembleia legislativa provincial legislar:

> [...] 2º) Sobre instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-la, não compreendendo as faculdades de medicina, os cursos jurídicos, academias atualmente existentes e outros quaisquer estabelecimentos de instrução que, para o futuro, forem criados por Lei geral. (MINAS GERAIS, 1843)

A partir de então, é criada, pelo Decreto nº10, de 10 de abril de 1835, a primeira Escola Normal do Brasil, na cidade de Niterói, Capital da província do Rio de Janeiro, pelo, então Presidente, Joaquim José Rodrigues Torres. De acordo com esse Decreto:

> Artigo 1º. Haverá na Capital da Província do Rio de Janeiro huma Escola Normal para nella se habilitarem as pessoas, que se destinarem ao magistério de instrução primária, e os Professores actualmente existentes, que não tiverem adquirido a necessária instrução nas Escolas

[10]A Revolução Francesa é considerada pelos Historiadores da Educação, como o marco da época contemporânea. Cambi (1999, p.377) destaca deste momento as transformações na estrutura das relações sociais de produção e consequentemente uma nova superestrutura jurídico-política, que alcançou sua forma hegemônica num processo secular: "A época contemporânea nasce – convencionalmente – em 1789, com a Revolução Francesa, já que é com aquele evento crucial que caem por terra os seculares equilíbrios sociais, econômicos e políticos [...]"

> de Ensino na conformidade da Lei de quinze de outubro de mil oitocentos e vinte sete, Artigo quinto. (RIO DE JANEIRO, 1835)

De acordo com Oliveira (2018), começam a surgir as primeiras Escolas Normais no país:

> [...] para formarem professores normalistas incumbidos de promover o ensino das primeiras letras país a fora, a elas também competia licenciarem muitos dos mestres que já atuavam no magistério público e privado sem a devida autorização do Estado. (OLIVEIRA, 2018, p.57)

Tem-se assim, na sequência, a criação das escolas normais, "em 1836 na Bahia, em 1845 no Ceará e em 1846 em São Paulo" Martins (*apud* OLIVEIRA, 2018, p.57). Caracterizadas por "uma trajetória incerta e atribulada, submetidas a um processo contínuo de criação e extinção" Tanuri (*apud* OLIVEIRA, 2018, p.58). De acordo com Veiga (2014),

> A historiografia da profissão docente apresenta indicadores de que em geral o funcionamento das escolas normais se fazia de modo muito precário. Contudo, é possível observar alguns avanços a partir da década de 1870, como por exemplo, aumento do número de alunos, ampliação dos anos de estudos (para dois ou três anos), diversificação do currículo, preocupações com métodos de ensino. (VEIGA, 2014, p. 216)

Em Minas Gerais, a formação do professor inicia-se associada à necessidade de preparar os professores para ensino primário. De acordo com SAVIANI (2005, p.12) "a questão do preparo de professores emerge após a independência, quando se cogita da organização da instrução popular". O Quadro 4 nos mostra, assim, esse movimento de criação das Escolas Normais na Província de Minas Gerais.

Quadro 4 - Escolas Normais na Província de Minas Gerais séc. XIX

Nº	**Cidade**	**Criação**
1.	Ouro Preto	1835
2.	Campanha	1871
3.	Diamantina	1878
4.	Montes Claros	1879
5.	Paracatu	1880
6.	Uberaba	1881
7.	Sabará	1881
8.	São João Del Rei	1883
9.	Juiz de Fora	1884

Fonte: Biblioteca Digital da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Elaboração a própria autora – 2023

A Lei Provincial nº 13, estabelecida em Minas Gerais, em 28 de março de 1835, regulava a criação das cadeiras de instrução primária, o provimento e os ordenados dos professores. No art. 2º definia que o governo estabeleceria "Escolas Públicas do 3º grau nas Cidades e Vilas, em que o julgar conveniente; e do 1º em todos os lugares, em que, atenta a população, puderem ser habitualmente frequentadas por vinte quatro alunos ao menos".

Uma das determinações da Lei, em seu art. 11, é que somente as pessoas livres poderiam frequentar as Escolas Públicas, e que estas estariam sujeitas aos Regulamentos. Estabelecia também que, poderiam ser professores, cidadãos brasileiros, estrangeiro, com mais de dezoito anos, que tivessem os conhecimentos exigidos por Lei e que fossem reconhecidos por bom comportamento, conforme a determinação legal:

> Art. 16 O bom comportamento se provará por documentos fidedignos, em que não só se declare expressamente que o pretendente é de vida regular, e próprio para o ensino da mocidade; mas também onde residiu os quatro últimos anos, e que durante este tempo não foi condenado pelos crimes mencionados no § 2º do Artigo precedente. E provando-se a todo o tempo que o Professor por fatos anteriores, ou posteriores ao seu Magistério está compreendido em alguma das disposições dos parágrafos do Artigo precedente, será demitido. (MINAS GERAIS, 1835)

A proposta de criação da Escola Normal também se fez presente na Lei Provincial nº 13, em seu art. 7º: "O Governo estabelecerá quanto antes uma Escola Normal para a Instrução primária do Artigo 1º, e para a do Artigo 6º, pelo método mais expedito, e ultimamente descoberto, e praticado nos Países civilizados." Nos artigos seguintes, a mesma Lei, estabelecia a forma de frequência de professores à Escola Normal:

> Art. 19 O Governo poderá permitir, que frequentem a escola normal os Professores atuais, que forem conservados, e expressamente o ordenará aos que forem classificados no 2º grau.
>
> Art. 20 Os Professores no caso do Artigo precedente vencerão seus ordenados, durante o tempo que a frequentarem; mas não poderão deixar as Escolas de que estiverem encarregados, sem provê-las de substitutos, pagos a sua custa, e aprovados pelos Delegados.
>
> Art. 21 Ao Governo compete nomear, suspender, remover, e demitir os Professores pela forma prescrita nesta Lei. (MINAS GERAIS, 1835)

Os artigos acima demonstram que a Província estabeleceu condições para regular a contratação e pagamento de professores. Por outro lado, a "Lei coagia" os professores

que resolvessem deixar as escolas em que lecionavam, ao mencionar que estes deveriam providenciar substitutos, além de pagá-los e, no art. 25, estipulava multas e prisão de cinco dias caso abandonassem as escolas, sem prévia informação ao governo. Há ainda, nessa mesma Lei, no art. 25, uma menção importante, em relação ao salário das mulheres, "as professoras vencerão o mesmo ordenado que os professores do 2º grau". No entanto, de acordo com Alves Durães (2007), havia uma discriminação entre os salários dos professores e professoras, e as vantagens que estes recebiam. Segundo ela:

> É possível identificar algumas controvérsias que estiveram presentes nos discursos dos governantes e nos embates com o funcionalismo público. Algumas delas diziam respeito à diferenciação que o governo mineiro fazia entre o trabalho docente exercido por homens e mulheres, o grau de ensino e o piso e teto salarial. (ALVES DURÃES, 2007, p. 153)

Foi nesse cenário que a formação de professores, em Minas Gerais, passou a ser discutida de forma mais intensa a partir 1835, com a criação da Escola Normal de Ouro Preto, numa conjuntura:

> [...] de muitas e significativas mudanças no Brasil e, também, na Província mineira. Em âmbito nacional, o Império vivia um momento conturbado e de conflitos internos. Com a abdicação de Dom Pedro I ao trono e o seu retorno a Portugal, a nação contexto passava pelo período regencial, altamente descentralizador. (JARDILINO e PEDRUZZI, 2016, p. 681-682)

Nesse período, a formação de professores para atuar nas Escolas Normais também teve uma relação direta com o Ensino Primário, pois caminharam juntos estando, ambos, sob a responsabilidade dos governos provinciais.

Ao analisarmos os acontecimentos relativos à formação de professores durante o período imperial em Minas Gerais, percebemos que surgiram muitas propostas para que as Escolas Normais se instituíssem, porém muitas tentativas de criação, instalação e permanência dessas escolas não foram bem-sucedidas. De acordo com Jardilino e Pedruzzi (2016):

> [...] a Escola Normal de Ouro Preto, criada pela Lei provincial nº 13 em 1835, só foi estabelecida realmente no ano de 1840, cinco anos após a sua criação legal. No entanto, o centro formador ouro-pretano teve funcionamento efêmero em sua primeira fase, fechando suas portas dois anos após a sua instalação. (JARDILINO e PEDRUZZI, 2016, p.696)

Essa não foi a realidade apenas dessa escola. Criada pela Lei Provincial nº 1769 de 1871 a Escola Normal de Campanha, segunda a ser instalada na Província de Minas Gerais, começou a funcionar em setembro de 1873 e encerrou suas atividades em 1905, Lage (2005), relata em seus estudos que:

> O repasse de verbas do Estado para as Escolas Normais nunca foi suficiente. Em um artigo de jornal de 1898 critica-se as péssimas condições de salários dos professores mineiros pois existem nesta época 15 Escolas Normais no Estado, que habilitam muitos professores que jamais se dedicarão ao ensino. Reivindica então ao governo mineiro a diminuição do número de escolas públicas. (LAGE, 2005, p.2)

Esse processo de criação e encerramento de Escolas Normais foi concomitante em Minas Gerais, na metade do período Imperial e início da República, e ocorreu na Escola Normal de Diamantina, 1878-1905 (SOUZA, 2021); Montes Claros, 1879-1905 (NETO; CARVALHO, 2018); Paracatu, 1880-1906 (NETO, 2017); Uberaba, 1881-1905 (GUIMARÃES, 2016); Sabará, 1881-1938 (FERNANDES; JINZENJIP; 2020), São João Del Rei, 1883-1906, Gaio Sobrinho (*apud* FONSECA, 2013). Este não é um fato restrito à Província de Minas Gerais, Tanuri (2000) relata que "em todas as províncias as escolas normais tiveram uma trajetória incerta e atribulada" e a consolidação das Escolas Normais somente foi possível a partir do momento que começaram a se estabilizar "as ideias de democratização e obrigatoriedade da instrução primária, bem como de liberdade de ensino" (TANURI, 2000, p.14)

Quando analisamos esses acontecimentos em torno das Escolas Normais, verificamos que se caracterizaram por propostas que não se perpetuaram, e aquelas Escolas que conseguiram se reerguer, também não foi por muito tempo. Segundo Faria Filho, isso se justifica porque "as autoridades republicanas consideravam que era necessário que a municipalidade e a população participassem do esforço e da educação de seus filhos, cedendo espaço e móveis para o funcionamento da escola" (FARIA FILHO, 2000, p.29).

Será que as autoridades sabiam dos problemas que as Escolas enfrentavam, porém não estavam dispostas a disponibilizar verbas para o bom funcionamento, o que dificultou que as escolas normais conseguissem permanecer funcionando? Durante a pesquisa foi possível constatar que a ENMB contou com doações dos lentes, professores e comunidade para manter suas atividades. No jornal "A Folha", consta que "diversos

cavalheiros acudindo ao appelo que lhes foi dirigido pelo digno diretor da Escola Normal dessa cidade tem remetido livros destinados a biblioteca pedagógica dessa escola". (A FOLHA, 1983, ed. 42, p. 01, c. 01).

No Quadro 11 (Apêndice D) apresentamos as publicações que localizamos de doações que foram feitas à escola, diversas obras para a biblioteca e donativos em dinheiro. Observamos que a EMNB contou com várias espécies de donativos, que foram utilizados vários meios para se conseguir materiais e recursos. Em 30 de abril de 1894, véspera de sua inauguração, o jornal A Folha publica: "folgamos noticiar que a Escola Normal de Barbacena já está provida de material escolar e mobília excelentes, tudo adquirido com a Kermesse realizada no Jardim Público." (A FOLHA, 1894) A quermesse era uma festa beneficente, com leilão e venda de prendas, muito utilizada em Portugal e no Brasil oitocentista, como forma de angariar fundos para as instituições.

Na Ata da Congregação, nº 27, de 17 de setembro de 1889, o diretor e professores discutem sobre a "supressão de subvenção anual para as escolas normaes por parte do Estado" e que, para não fechar a ENMB, muitos professores estavam resolvidos a lecionar gratuitamente. Apesar das discussões em torno da formação de professores terem surgido num momento em que se verificava a necessidade de profissionais preparados para lecionar no ensino primário, percebemos que o empenho das autoridades para que as Escolas Normais permanecessem funcionando não foi suficiente. Porém, para que a ENMB fosse criada e permanecesse funcionando não houve impedimento, graças a persistência dos professores do Internato do Gynnásio Mineiro e da comunidade.

Na sessão seguinte buscamos compreender como se deu o movimento de renovação presente na formação de professores.

2.2 O movimento de renovação presente na formação de professores

A formação de professores foi marcada pela instabilidade na política educacional em todo o território nacional e em Minas Gerais não foi diferente. Os desacordos existentes entre a elite local, os administradores e o Poder Central geraram conflitos, uma vez que a Proclamação da República representava a oportunidade de romper com o centralismo imperial. Por esse motivo, os primeiros anos da República foram marcados

por uma intensa discussão e necessidade de transformação, no âmbito educacional. Segundo Nogueira e Gonçalves:

> O nascimento da República coloca em cena várias demandas ocasionadas pela necessidade de produção da nova organização política e social de Minas Gerais, dentre as quais, a educação, cujo objetivo era possibilitar a construção das bases da nova sociedade e, consequentemente, do novo sujeito social, requerido para a consolidação dos ideais dos republicanos mineiros que se encontravam no lugar dos produtores das políticas educacionais do Estado. (NOGUEIRA E GONÇALVES, 2015, p.205)

Nesse cenário reforçam-se os movimentos de expansão das Escolas Normais, com o objetivo de construir uma nova organização para a Instrução Pública e uma nova sociedade moldada pela base republicana. Concomitante a essa defesa encontram-se os interesses de vários intelectuais na formação de professores com o propósito de erradicar o analfabetismo para atingir o tão sonhado progresso. Nesse período, o Brasil vivia uma efervescência da ideologia liberal[11] na luta por uma nova mentalidade cultural e por políticas educacionais para atender as camadas menos favorecidas. Segundo Veiga (2014):

> Nos relatórios de governo do período 1889-1906, predominou o debate sobre a necessidade de uma total reforma educacional no Estado de Minas Gerais, isso implicaria a redefinição de sua administração, a modernização de seu espaço, e a racionalização dos procedimentos de ensino. (VEIGA, 2014, p.220)

Em 1893 há um debate no Senado Mineiro, em que o Sr. Kubitscheck discute a revogação da Lei nº 3.412 de 27 de julho de 1887, que estabeleceu em seu artigo único, que "os indivíduos que provassem com certidão terem sido matriculados nos cursos superiores do Império, poderão ser promovidos nas cadeiras de instrucção, primária, igualados os seus direitos, aos dos professores normalistas." Era importante para o Senador aprovar um novo projeto, porque, para ele, não deveria ser possível que o Estado conferisse o diploma de normalistas aos concluintes do curso de Farmácia, já que para a matrícula nesse curso, a Lei nº 41 exigia a oferta "unicamente" das matérias de

[11]No que tange à educação, o liberalismo parte do pressuposto de que se os indivíduos ingressarem na escola, mesmo os que têm menos condições econômicas, e aproveitarem os ensinamentos, ou melhor, a mínima instrumentalização, haverá melhoria em sua condição. Entende-se, nessa filosofia, que todos recebem as mesmas oportunidades e direitos, sem privilégios, pois cada um tem suas potencialidades respeitadas e seu desenvolvimento possibilitado. Igualdade, nesse caso, não é relativo a condições materiais, pois os homens não são naturalmente iguais, mas são legalmente iguais, atribuição do Estado. (ZANLORENZI; NASCIMENTO, 2021, p. 6)

“português, francêz, arithimética, geometria e álgebra elementares”. Argumentando que a soma de conhecimento exigido para alunas da Escola Normal era muito maior, que além das matérias exigidas no curso de Farmácia era necessário cursar:

> Litteratura nacional, geografhia geral, do Brazil e especial de Minas, história geral, história do Brazil, cosmografhia, sciencias físicas e naturaes, hygiene escolar, agricultura, agrimensura, economia política, pedagogia, instrucção moral e cívica, desenho, música, gynnastica, licções de cousas, legislação do ensino. [...]
> Será possível que o Estado continue a conferir direitos de normalistas a indivíduos em condições tão diferentes?
> Parece-me sr. Presidente, que isto não é justo. (Apoiados) (SENADO MINEIRO, 1893, p. 155)

Para Kubitscheck, a mudança era necessária:

> A fim de que não se illudam os fins a que se destinam as Escolas Normaes, para que os indivíduos que não possuem a mesma preparação para o desempenho de importantes educadores da infância não possam concorrer com aqueles que recebem um diploma depois de um longo curso de 4 annos em estabelecimento cujo nível o Estado tem procurado elevar, para que possam bem preencher os seus fins. (SENADO MINEIRO, 1893, p. 155)

Em outra discussão os senadores, Sr. Kubitscheck e Sr. Mello Franco, concordam que o Estado deveria oferecer uma subvenção de 15.000$ (quinze mil reis) às Escolas Normais de Três Pontas e Barbacena, criadas pela municipalidade. O Sr. Mello Franco diz que concorda porque aquelas municipalidades não eram obrigadas a criar o ensino normal, mas os professores e a comunidade certos da necessidade se uniram, conseguindo realizar esse empreendimento, e que é dever do Estado amparar essas escolas. Porém, o Sr. Carlos Alves vota contra o auxílio, argumentando que não havia necessidade de tantas Escolas Normais, bastando somente uma na Capital do Estado, que se as câmaras não pudessem manter as escolas, que não as criassem.

No relatório da Estado de Minas Gerais de 1893, o Presidente Dr. Afonso Augusto Moreira Penna, também manifesta sua preocupação em relação à qualificação dos professores:

> É minha opinião que a principal medida para levantar o nível do ensino primário entre nós é o emprego de maior escrúpulo na escolha do pessoal docente, banindo-se de vez o hábito antigo de patronato, que tantos males tem causado aos créditos da administração. Nasce desse vício administrativo a crença que tolos são aptos para tudo, desde que disponham de boa proteção, por outro lado é preciso dar ao professor

> garantia da que não será removido, ou punido, seguindo os caprichos de quem quer que seja nas localidades. O professor só deve recuar ou esperar dos seus próprios atos e não ficar dependente dos vai-e-vem da política. (MINAS GERAIS, 1893, P. 31)

Afonso Augusto Moreira Penna, critica o costume de troca de favores na política, defendendo uma escolha qualificada de professores. Segundo Carvalho no:

> Fim do Império início da República, a distribuição de favores governamentais tinha o nome de patronato e filhotismo. O meio pelo qual se exercia o patronato era o empenho, ou seja, o pistolão, o pedido, a recomendação, a intermediação, a proteção, o apadrinhamento, a apresentação. (CARVALHO, 2000, p. 1)

Chrispim Jacques Bias Fortes, Presidente do Estado de Minas Gerais, em 1895, diz em seu Relatório que havia dez Escolas Normais criadas, mantidas pelo Estado, e que além dessas, existiam algumas criadas pelas Câmaras Municipais, sendo uma delas a de Barbacena, em funcionamento há três anos e que a Câmara Municipal de Barbacena havia solicitado reconhecimento para ela. Após verificar que aquela Escola estava de acordo com as condições exigidas pelo Regulamento a que se refere o Decreto nº 607, que normatiza as Escola Normais, Planos e Métodos de Ensino, o presidente do Estado expediria, em breve, um Decreto para que a escola gozasse das mesmas comodidades das Escolas Normais reconhecidas pelo Estado. Comentou também, que algumas Escolas funcionavam em espaços que não lhes conferiam "nenhum conforto ou condição de higiene" e que seria muito bom a decretação de verba para que as localidades pudessem construir gradualmente os prédios e instalar-se adequadamente.

Nos anos que se seguiram, até 1898, Chrispim Jacques Bias Fortes, enquanto Presidente do Estado de Minas Gerais, continuou manifestando sua preocupação com a educação, quando mencionava a necessidade de professores concursados para substituir os professores provisórios, já que estes nem sempre possuíam uma habilitação necessária. Falou sobre precariedade do salário dos professores, inclusive sobre proporcionar aos lentes e professores das Escolas Normais a gratificação estabelecida pela Lei nº 221, de 14 de setembro de 1897, aos professores primários.

No entanto, o Decreto para que a ENMB fosse reconhecida pelo Estado e sua instalação em prédio próprio não se concretizou até o término de seu cargo como Presidente do Estado de Minas Gerais.

Entre 1899 e 1901, Francisco Silviano de Almeida Brandão, Presidente do Estado de Minas Gerais, nesse período, também expressa sua preocupação com a formação dos professores para atuarem no magistério, a falta de visita para inspeção por parte das autoridades literárias, e a necessidade de uma reforma para as Escolas Normais:

> Cujo plano de ensino deverá também ser simplificado, reduzindo-se o curso a três anos, suprimindo o ensino de algumas matérias desnecessárias para o fim da instituição, anexando-se algumas cadeiras a outras, e mesmo reduzindo o número de escolas, excessivo e sem justificação. Em 1891 despendia-se com a manutenção e custeio das escolas normais a quantia de 91:990$000; hoje despende-se a quantia de 668:650$000, inclusive as subvenções a escolas municipais, na importância de 75:000$000.
>
> Até hoje tem-se despendido com as Escolas Normais do Estado a quantia de 5.651:686$568; dessas escolas tem saído, segundo dados, aliás não rigorosos, o número de 671 professores normalistas: - donde conclui-se que cada um desses professores tem custado ao Estado a quantia de 8:422$781. (RELATÓRIO PRESIDENTE DO PRESIDENTE DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 1899, p. 20)

Nesse discurso do Dr. Francisco Silviano de Almeida Brandão parece não haver uma preocupação com a melhoria da qualidade do ensino praticado nas Escolas Normais, ao propor a simplificação do plano de ensino, sugerir que o tempo escolar fosse reduzido para três anos, restringir o número de disciplinas e ainda limitar o número de escolas.

O Sr. Bias Fortes, na 7.ª sessão preparatória de 23 de julho de 1905, anunciou que "o Ensino Normal foi suspenso pela Lei nº 396 de 23 de dezembro do ano passado, e suas disposições postas em execução pelas instrucções aprovadas pelo Decreto 1.778 de 31 de janeiro deste anno" (MINAS GERAIS, 1905, p. 14), e prosseguiu dizendo que os legisladores deveriam ter uma atenção especial para com o Ensino Normal, pois este precisava ser reorganizado em novos moldes, já que dele dependia a formação dos professores para resolverem os problemas advindos do ensino primário. Anunciou, também, que a ação do Estado deveria ser direta e exclusiva para a formação dos professores. Informou, ainda, que continuavam funcionando no Estado "três Escolas Normaes equiparadas às officiais e mantidas pela municipalidade de Barbacena, Três Pontas e Minas Novas". (MINAS GERAIS, 1905, p. 14)

Na ata da sessão solene de instalação para a 4ª sessão da 4ª legislatura, em 28 de junho de 1906, sob a presidência do Sr. Antonio Martins, a ENMB é novamente citada, por estar entre os três estabelecimentos onde permaneciam funcionando o Ensino Normal,

e que estes “foram equipados por Decreto do Governo, mediante prévio exame, por pessoa competente, nas condições exigidas para sua instalação e funcionando nos termos da Lei” (MINAS GERAIS, 1906, p. 26) e que aqueles estabelecimentos estavam equipados para o Ensino Normal, sendo administrados com sucesso, “supprindo a perfeitamente a falta do ensino official” (MINAS GERAIS, 1906, p. 26).

Ao observar as discussões que foram sendo suscitadas no início da República, na Província de Minas Gerais, percebemos que havia a preocupação, por parte de alguns legisladores, para que as Escolas Normais fossem, gradativamente, se ajustando ao novo Regime político e se alinhando às necessidades de cada localidade, e que muitos professores, como os da ENMB, estavam cada vez mais convencidos da necessidade de instrução pública para atender as necessidades da população local. Porém, apesar dos anseios de renovação, estimulados pelo Regime Republicano, gerando um breve entusiasmo pela educação, no intuito de preparar professores para o ensino primário, percebemos que houve muito mais uma continuidade do que uma ruptura com as iniciativas tomadas ao final do Império, referente ao desenvolvimento institucional do Ensino Normal. Como observa Tanuri:

> Apesar das modificações no plano formal-jurídico, o advento do novo regime não trouxe alterações significativas para a instrução pública, nem inaugurou uma nova corrente de ideias educacionais, tendo significado simplesmente o coroamento e, portanto, a continuidade do movimento de ideias que se iniciara no Império, mais precisamente nas suas últimas décadas. (TANURI, 2000, p.67)

Entendemos que nesse decurso, a instrução pública, apesar de se fazer presente no palco de debate em torno da educação, não teve uma reestruturação condizente com o que se vislumbrava com o novo Regime. A partir do momento que o regime vai se estabilizando, as Escolas Normais vão se orientando pela estruturação, adotada pelo Estado. Segundo Tanuri:

> [...] a atividade normativa ou financiadora do Governo Federal no âmbito do ensino normal e primário não chegou a se concretizar na Primeira República, de modo que os estados organizaram independentemente, ao sabor de seus reformadores, os seus respectivos sistemas. (TANURI, 2000, p.68)

Minas Gerais buscou, por meio de reformas, reestruturar a instrução pública. No que se refere à formação de professores, todos os que se propuseram a lutar pela

instituição escolar contribuíram para a construção e consolidação de uma instituição pública de formação. Ainda de acordo com Tanuri:

> Para essa transformação, concorreria a continuidade do movimento de renovação desenvolvido na década anterior. Graças à atuação dos profissionais da educação, mediante publicações, conferências, cursos, debates e inquéritos, divulgavam-se ideias da escola renovada e formava-se uma nova consciência educacional, relativa ao papel do Estado na educação, à necessidade de expansão da escola pública, ao direito de todos à educação, tendo em vista seu alcance político e social, à importância da racionalização da administração escolar, à necessidade de implantação de uma política nacional de educação (TANURI, 2000, p. 72).

Em Barbacena, esse movimento de criação de uma Escola que fosse voltada para a formação de professores começou por iniciativa de parte dos professores do Internato do Gynnásio Mineiro. Mendes Pimentel (1893) um dos primeiros idealizadores e professor da ENMB assim expressa:

> Quem não conhece o conceito do profundo pensador que affirmava mudar a face do mundo desde que lhes dessem bons mestres? Os modestos funcionários encarregados da instruccção pública deixam infelizmente muito a desejar em nosso país, para elles que são os imediatos responsáveis pelo progredir da nação devem voltar-se a nossa atenção e o nosso estudo.
> A Escola Normal recém fundada cooperará para a educação do mestre, procurando dar ao ensino nella distribuído caracter prático habilitando o portador do diploma por ella conferido a preencher dignamente a tarefa que lhe confia a sociedade – o preparo do seu futuro. (A FOLHA, 1898, ed.02, p.01)

Esse espírito de renovação e "acentuado espírito progressista" (A FOLHA, 1893, ed.27, p.1) ajudou para que a ENMB, fosse criada e contribuísse com a formação de professores, "capazes de moldar o novo cidadão republicano." (A FOLHA, 1893, ed.27, p.1)

O capítulo seguinte apresenta resultados da investigação documental que realizamos a respeito da história da ENMB situando-a num contexto mais amplo da educação no município de Barbacena e da formação de professores no país.

CAPÍTULO 3 - A ESCOLA NORMAL MUNICIPAL DE BARBACENA

Neste capítulo, procuramos conhecer a história da Escola Normal Municipal de Barbacena, investigando o cotidiano dessa Escola de formação de professores. Nas páginas que se seguem, conheceremos o cenário que permitiu a criação e instalação da Escola, o corpo docente e administrativo, o alunado, no recorte temporal de 1893 a 1913.

A história das instituições escolares se constrói por meio de memórias depositadas em documentos, fotografias e desenhos que ficaram guardados e/ou arquivados; ou por intermédio de pessoas que ainda conseguem relatar o que e como viveram, viram ou ouviram os acontecimentos de uma época distante. É partindo desse domínio do conhecimento de várias fontes de informação que o historiador consegue apresentar as ações educativas numa abordagem historiográfica, com foco numa especificidade teórico-metodológica. Magalhães (2004), entende que:

> As instituições educativas são organismos criativos, na sua vivência interna, construtivos no que se refere a relação com a comunidade e com os públicos a que se destinam. A construção da identidade institucional ganha sentido e materialidade mediante uma hermenêutica e uma heurística que entrelaça nexos entre tais memórias e ou arquivos (locais, regionais, nacionais) e pelo cruzamento de planos sincrônicos e diacrônicos, internos, externos e relacionais. (MAGALHÃES, 2004, P. 127, 128)

Nesse sentido, procurando analisar situações ocorridas em momentos específicos e, ao longo do tempo que delimitamos, optando por uma abordagem que perpassa a história da educação em Barbacena, período de instituição da instrução popular e necessária formação de professores pelas Escolas Normais por todo o país. No intuito de consolidar essa proposição, adotamos algumas categorias para estruturar a presente dissertação: espaços escolares que "materializam em cada elemento de sua composição as opções, as concepções, valores e preocupações humanas de sua época" (OLIVEIRA e GATTI JÚNIOR, 2002, p.74); sujeitos escolares, procurando "mergulhar na interioridade da instituição a ser investigada, tentando construir uma historiografia que explique melhor os fenômenos e a realidade educativa, ou seja, dê conta dos vários atores envolvidos no processo" (OLIVEIRA e GATTI JÚNIOR, 2002, p. 74).

Este capítulo está dividido em três seções, a primeira trata da criação da Escola e as notícias que circularam na cidade sobre o grande acontecimento; a segunda procura

apresentar os espaços que abrigaram a Escola; a terceira seção é dedicada aos sujeitos escolares, que acreditaram e tornaram possível a criação dessa instituição e os que buscaram ali se formar.

3.1 "Data brilhante dos annaes da vida municipal de Barbacena"[12]

No alvorecer da República, embalados pelos novos ares de modernização da nação brasileira, a elite política e intelectual do município de Barbacena acompanhava de perto os debates entorno da necessidade de se educar o povo. Nesse sentido, o jornal A folha, de 1893, registra a mobilização, a repercussão e o entusiasmo com que foi criada a Escola Normal Municipal de Barbacena, confirmando uma preocupação decisiva da comunidade pela instrução popular municipal:

> Conhecem todos a brilhante história desse commettimento tão honroso para nossa sociedade a ideia de creação desse estabelecimento de ensino secundário e profissional foi recebida com enthusiasmo; por toda a população, a Câmara Municipal representando mais uma vez a vontade popular consagrou em Lei a aspiração dos seus munícipes, (...) abrindo uma subscripição, que com o produto da festa realizada em benefício da Escola dotou-a dos meios de prompta instalação, sem dispêndio algum para o cofre municipal.
>
> Cercada de tanta animação por parte do povo, representando a satisfação de necessidade que se fazia sentir em uma cidade onde falhavam os meios de ensino secundário para meninas, affirmação brilhantíssima da aptidão d'essa parte do território mineiro para viver a vida desassombrada dos municípios autônomos, a Escola Normal há de manter-se, crescendo sempre no conceito público pela grande cópia de benefícios que advirão do seu funcionamento regular.
>
> Para nós, mais que qualquer outra significação, tem a inauguração da Escola Normal a de patentear o nosso preparo para comprehendermos e nos aproveitarmos das vantagens da descentralização resultante do novo regime político. O povo que aprende a prover por si mesmo, às suas necessidades que não annulla a sua autonomia tudo esperando no poder central, há de fatalmente progredir e muito, porque é forte e enérgico, porque está emancipado da tutela asfixiante do cento.
>
> E por isso dissemos que a data de hoje há de figurar entre as mais brilhantes dos annaes da vida municipal de Barbacena. (A FOLHA, 1893, ed. 26 p.1)

[12] A expressão "Data brilhante dos annaes da vida municipal de Barbacena", foi utilizada pelo jornal A Folha, em uma reportagem sobre a Escola Normal Municipal de Barbacena, em 07/05/1893, ed. 26, p.01, c. 01.

Dentre os entusiastas que idealizaram a ENMB estão: José Cypriano Soares Ferreira, primeiro diretor[13] a assumir a gestão da Escola, os professores, Antonio José Cunha, Alfredo Ferreira Paes, Arthur Joviano, Francisco Mendes Pimentel, Padre João Pio, José Nicodemos, Leonardo Carlos Palhares, Henrique Augusto de Oliveira Diniz e José Bonifácio de Andrade e Silva. Na cidade circulou a notícia de que os professores que atuavam no Internato do Gynnásio Mineiro, e outros professores interessados na criação e abertura da Escola, se ofereceram para lecionar gratuitamente para que a população fosse presenteada com uma Escola de formação de professores.

Em 22 de janeiro de 1893, Francisco Mendes Pimentel, redator do jornal A Folha, destaca, em notícia de primeira página, a resolução da Câmara Municipal de Barbacena, de criação da Escola Normal Municipal de Barbacena, modelada pela Escola Normal de Ouro Preto, então capital da Província de Minas Gerais. Mendes Pimentel menciona que a Lei nº 41, de 03 de agosto de 1892, estabeleceu nova organização à instrução pública do Estado de Minas Gerais, e prossegue dizendo que:

> Quem não conhece o conceito de profundo pensador que affirmava mudar a face do mundo desde que lhe dessem bons mestres? Os modestos funcionários públicos encarregados da instrução primária deixavam infelizmente muito a desejar em nosso país para elles que são os imediatos responsáveis para o progredir da nação devem voltar-se a nossa atenção o nosso estudo. (A FOLHA, 1893, ed. 2, p.1)

A notícia de criação (Figura 21, Anexo A) da ENMB repercutiu em toda cidade, já que era grande a necessidade de formação de profissionais habilitados para o exercício do magistério. No mês seguinte foi lançado o primeiro Edital de matrícula para alunos candidatos ao 1º ano informando a documentação exigida (certidão de idade, certificado e aprovação nas matérias do curso primário, atestado médico, atestado de moralidade). O Edital, assinado por José Thomaz de Castro, então secretário da Escola Normal, informava também que a qualquer pessoa seria permitido solicitar licença para assistir às aulas como ouvinte, sendo responsabilidade do diretor conceder ou não.

No mesmo mês, A Folha publica as disciplinas para os 1º, 2º, 3º e 4º anos da ENMB, constando de: Caligrafia, Desenho, Música, Ginastica, Português, Aritmética,

[13] Nomeado para o cargo de diretor o distinto lente José Cypriano Soares Ferreira (A Folha, 1893, ed. 02, p.1)

Geografia, Francês, Geometria, Ciências Físicas, Pedagogia, História e Economia Política. O redator assim descreve:

> Como se vê da enumeração que acabamos de fazer é um curso de ensino secundário, não completo, pelo menos de grande importância, não só pelo número de matérias de que se compõe como ainda pelo methodo a seguir-se no seu Estado.
>
> Além disso fazia-se sentir a necessidade de um estabelecimento de instrução secundária para meninas, e a Escola Normal vem preencher esse vácuo. Os grandes inconvenientes do internato, denunciados por quase todos os pedagogistas e hoje tão patentes que não podem mais ser disfarçados, são evitados com a instalação do ensino normal nesta cidade.
>
> Se em geral é de tão grande utilidade a abertura da Escola Normal, sobe ella de importância ao inquirirmos os benefícios que trará às classes menos favorecidas, às famílias pobres do munícipio. Poderão facilmente educar seus filhos e, a par de regular instrução, deixar-lhes o diploma de professores normalistas com o qual terão conquistado um meio de vida independente e uma profissão nobre e respeitada. (A FOLHA, 1893, ed. 13)

O redator seguiu lembrando que a Lei e o Regulamento da instrução pública alusivos às Escolas Normais, no Estado, estabeleceram que os professores diplomados receberiam melhores salários que os não diplomados e teriam prioridade para nomeação e remoção, que as crianças pobres poderiam ingressar na escola "quasi que gratuitamente" (A FOLHA, 1893, ed.13, p.1), e que a Lei garantiria que seriam cercadas por todas as garantias sociais, já que a criação da Escola tinha como objetivo e missão a instrução popular. Ao prosseguir ele relata que:

> A Escola Normal recém-creada, na animação popular com que foi recebida, no fim por ella visado, no patriotismo dos que se offereceram para sem remuneração pecuniária formarem o seu corpo docente, tem outros tantos elementos de vida e de prosperidade que d'ella farão d'entre em pouco um estabelecimento modelo. (A FOLHA, 1893, ed. 13, p. 1)

Em abril daquele mesmo ano, também circulou notícia de que as matrículas seriam encerradas para que em maio se instalasse a ENMB e começasse a funcionar as aulas do 1º ano, já que a dificuldade de aquisição de um local para o funcionamento da Escola havia sido superada, pois o diretor, José Cypriano Soares Ferreira, havia conseguido um

prédio em boas condições, de propriedade do Sr. A. Cunha[14], localizado na Praça da Intendência.

Também foi notícia, na mesma matéria, que a escola já tinha os materiais e mobiliários necessários, adquiridos com a renda da quermesse, ocorrida no Jardim Municipal, e que o diretor não precisou utilizar a verba aprovada pela Câmara. Ao final disse que a Escola estava preparada com todos os equipamentos necessários para seu funcionamento, atendendo, assim, o Regulamento das escolas do Estado.

A notícia da abertura da ENMB, tão esperada por toda a comunidade de Barbacena, circulou em 07 de maio de 1893, "data memorável é a de hoje nos annaes da vida autônoma deste município. À 1 hora da tarde será instalada a Escola Normal Municipal, começando de amanhã em diante a funcionar com toda a regularidade as aulas do 1º ano". (A FOLHA, 1893, ed. 26, p. 1) Nesse mesmo dia, também ocorreu a primeira reunião da Congregação da Escola Normal Municipal de Barbacena, no edifício destinado ao seu funcionamento. Com o objetivo de registrar sua instalação, estavam presentes o Diretor, José Cyprinano Soares Ferreira, o Secretário, Tomás José da Costa, toda a Congregação, muitos senhores e grande número de cavalheiros (Figura 22). Após as festividades, a Congregação continuou reunida para deliberar sobre o Regimento Interno da ENMB, nomeando como lentes da comissão, Pe. João Pio de Souza Reis, Dr. José Bonifácio de Andrade e Silva e Alfredo Ferreira Dias Paes, para apresentar o projeto do Regimento e estabelecer o horário do 1º ano.

A inauguração da ENMB foi um grandioso acontecimento, toda a comunidade compareceu para prestigiar. A corporação musical Correia de Almeida abrilhantou o evento, estavam presentes quase todos os membros do corpo docente. A sessão inaugural iniciou com o discurso do diretor da escola, José Cypriano Soares Ferreira, em seguida o Pe. João Pio, proferiu a palavra. Seguiu-se de Fernando Napoleão Alencar e José Bonifácio de Andrada e Silva, dirigindo à toda comunidade presente, um discurso expressivo, dizendo que "o fim das Escolas Nomaes é ensinar a ensinar, educar a educar", e prosseguiu falando, "que a base dos governos livres está na instrução popular, no levantamento do nível intelectual, na universalização do ensino", e finalizando disse que:

[14] Sobre o Sr. A. Cunha, não foi possível encontrar fontes que indicassem quem era, sua profissão e família.

> O prestígio e autonomia da Suíssa, no coração do velho continente e cercada de nações cobiçosas de engrandecimento territorial, não eram devido ao gênio aguerrido dos seus filhos, nem aos baluartes de suas montanhas, mas à difusão do ensino que a cada cidadão dá a consciência da sua liberdade, educando o povo na escola da independência e do amor pela pátria. (A FOLHA,1893, ed.27, p.1)

Por fim, para encerrar a sessão, o diretor agradeceu a presença de todos que ali estiveram para prestigiar a inauguração da Escola. Na mesma notícia há a informação de que a banda de música Correia de Almeida, seguida por uma multidão, à noite, do dia 07 de maio de 1893, foi em direção à residência do diretor, José Cypriano Soares Ferreira, para cumprimentá-lo e, em nome do povo, o Pe. João Pio proferiu algumas palavras, seguido por Fernando de Alencar e Baltazar Sodré, finalizando naquele dia as comemorações de inauguração e instalação da ENMB.

3.2 A busca pelo auxílio e reconhecimento

Um projeto criado pelos Deputados Estaduais Eduardo Pimentel e Alexandre Barbosa em 05 de junho de 1893, apresentado ao Congresso Legislativo do Estado de Minas Gerais, estabeleceu em seu art. 1º, um auxílio de dez contos de reis para manutenção da ENMB. No entanto, para que o auxílio fosse encaminhado seria necessário que as escolas estivessem organizadas conforme o Artigo 248 da Lei nº 41, que concedia as mesmas prerrogativas de que gozavam as Escolas Normais às escola organizadas pela municipalidade, quando estas seguissem o planejamento determinado pela Lei e também as exigências estabelecidas pelo Regulamento nº 607, de 27 de fevereiro de 1893,

Os respectivos artigos do Regulamento determinavam: 212, que as Escolas Normais Municipais deveriam comprovar que estavam organizadas de acordo com a Lei nº 41 e com o Regulamento nº 607 também que o espaço escolhido estava em perfeitas condições de higiene e acomodações indispensáveis, além de todos os materiais e mobiliários adequados ao Curso Normal, consequentemente, de acordo com as exigências pedagógicas; 213, que seria designada uma pessoa encarregada de verificar se as exigências do artigo 212 estavam contempladas; 214, que os professores seriam nomeados por meio de concurso em conformidade com o que estabelecia o Capítulo 3, Título 2 do Regulamento; e, por último, o 215, que as Escolas Normais que fossem

equiparadas às do Estado estariam sujeitas à fiscalização, podendo ser fechadas ou suspensas, pelo governo, caso não atendessem todas às exigências estabelecidas.

Constava ainda do Art. 2º:

> [...] que o presidente do Estado formulará instrucção regulando modo e tempo de pagamento desse auxílio e estabelecendo as condições de validade do diploma dos normalistas habilitados por essas escolas para o provimento em cadeiras creadas e mantidas pelo Estado. (MINAS GERAIS, 1893)

Porém, em sessão do Senado Mineiro do dia 12 de junho de 1893, foi rejeitada em 3ª discussão o projeto que concedia auxílio às Câmaras Municipais para manutenção das escolas normais. A esse respeito, o professor Mendes Pimentel destaca:

> Por hoje só nos compete dizer que a de Barbacena fundada com auxílio do povo, **há de manter-se custe o que custar**, porque está cercada de confiança pública e conta com o patriotismo e o desinteresse de seu corpo docente. Mais de espaço nos occuparemos d'este assunto, declinamos os nomes dos senadores que impugnaram tal medida, afim de que o eleitorado d'este município aquilate dos serviços que lhe estão prestando alguns políticos da câmara alta. (A FOLHA, 1893, ed. 46, p.2, grifo nosso)

Acompanhado pela imprensa local, o debate a respeito da concessão de auxílio ganha destaque, especialmente quando contrário à destinação de recursos, como se posicionou o Senador Camilo de Brito, na sessão de 12 de julho de 1893, do senado, rejeitando a verba de auxílio para a ENMB, sob o argumento de que a escola não poderia ser inspecionada regularmente, ficando assim sem o conhecimento do Presidente do Estado, já que os professores que ali se formassem seriam pagos pelo Estado. Segundo Pe. Pio, a notícia "deixa entender que a instrução está mais disseminada no Brazil do que em muitos países da Europa, chegando mesmo a dizer que temos instrução bastante." (A FOLHA, 1893, ed. 50, p. 2) Este diz ainda não compreender por que então foi criada a Lei nº 03 de agosto de 1834, que concedeu às Câmaras Municipais o direito de criar as escolas normais, "franquear os cargos públicos a qualquer que seja porque habilitou-se em institutos do governo fechando-se aos que se prepararão particularmente, é de vez, matar a instrução pública em Minas." (A FOLHA, 1893, ed. 50, p. 2). Como o que ocorreu com o curso de Farmácia, que aos concluintes poderiam ser concedidos diplomas de normalistas.

Pe. Pio concorda que o governo deve inspecionar rigorosamente o ensino, mas que reconhecer como título de habilitação só o que é dado nas escolas do Estado, conforme disse Tavares Bastos, "é quase uma imoralidade." (A FOLHA, 1893, ed. 50, p. 2). Segundo Pe. Pio, "fechar escolas, negar títulos de professor, limitar o ensino é a mais abominável forma de despotismo" (A FOLHA, 1893, ed. 50, p. 2). Refutando a proposta do Senador Camilo Brito, Pe. Pio prossegue refletindo: como estabelecer um diálogo com os países estrangeiros, que garantem maior investimento na instrução pública, se às Escolas Normais de Minas Gerais é negado um pequeno auxílio, de 40 contos? De acordo com ele:

> Nos Estados Unidos a média é de 1 alunno por 7 habitantes e na capital da União Brazileira é de 4 por 42. No estado do Rio a média é 1 por 100, algarismo inferior ao dos negros da Jamaica que é 1 por 13. Um só cantão da Suíça gasta 600 contos com a instrução primária ou 2250 com cada habitante. O estado de Massachusset gasta 4000 ou 3000 rs. por cada habitante. Nova York 4000 rs. por cada habitante, ou 12200 contos com a instrucção primária. Entretanto o estado de Minas gasta 400 rs. por habitante. (A FOLHA, 1893, ed.50, p.2)

Nesse relato verificamos que a instauração da República em 1889 e a promulgação da Constituição de 1891 não estimulou mudanças significativas para a educação popular. Segundo Sousa e Rocha, 2018:

> [...] seria necessária uma política de formação de professores que atendessem a demanda do Estado republicano, o que na prática não aconteceu, uma vez que a responsabilidade pela formação docente era atribuída às províncias, que na maioria das vezes, não tinham condições de arcar com os custos. Assim, a promulgação da Constituição em 1891 não modificou sistematicamente a educação e não trouxe novidades quanto aos métodos e organização escolar. Ela sublinhou a descentralização da mesma (PAIVA, 2003), atribuindo ao munícipio as responsabilidades sobre a instrução e a formação de professores. (SOUSA; ROCHA, 2018, p.7)

Mesmo com tantas dificuldades, a ENMB foi criada e instalada, graças ao empenho de vários professores e da comunidade, permanecendo sem interrupção até os dias de hoje. O reconhecimento da Escola pelo Estado só ocorreu em 07 de janeiro de 1959, por meio da Lei nº 1882. Em 15 de dezembro de 1960, recebeu a denominação de Escola Estadual "Embaixador José Bonifácio" mediante o Decreto nº 6.047.

3.3 Espaços escolares

Os espaços e as estruturas arquitetônicas podem ser considerados uma das "principais facetas que permitem descrever, compreender e analisar as instituições educativas" (Magalhães, 2004, p. 142). Mesmo aqueles espaços escolares que não foram construídos para os fins específicos, mas instalados em prédio adaptado, como é o caso da ENMB, devem ser considerados nos seguintes aspectos:

> [...] localização, projeção e plano arquitetônico, processo de licenciamento, enquadramento paisagístico e urbanístico e tipo de construção, organização dos espaços, estado de conservação adaptações arquitetônicas e espaciais. A implantação do edifício na paisagem física e humana, os acessos e formas de isolamento e/ou de relação refletem, condicionam a relação com a comunidade envolvente. (MAGALHÃES, 2004, p.143)

Conforme Escolano:

> A arquitetura escolar também é por si só um programa, uma espécie de discurso que instaura na sua materialidade um sistema de valores, como os da ordem, da disciplina e da vigilância, quadros de aprendizagem sensorial e motora e toda uma semiologia que abrange diferentes símbolos estéticos, culturais e até ideológicos. Ao mesmo tempo, o espaço educacional obviamente refletiu inovações pedagógicas, tanto em suas concepções gerais, bem como nos aspectos mais técnicos. (ESCOLANO, 1993-94, p.100)

Verificamos que autores como Magalhães (2004) e Escolano (1993) despertam a atenção para a importância que o espaço escolar tem em relação à comunidade, cumprindo sua função cultural e pedagógica. De acordo Frago e Escolano, (1998, p. 30) "o lugar que a escola teve que ocupar na sociedade foi um ponto de especial preocupação para os reformadores dos fins do século XIX e início do século XX." Principalmente no Brasil, essa deveria ser uma pauta de especial atenção já que houve, ao final do século XIX, a instauração da República em 1889 e a promulgação da primeira Constituição da República, em 1891, porém nenhum desses documentos fazem menção à educação e/ou instrução popular.

Segundo Faria Filho (2000), nas primeiras décadas da República, as alterações efetuadas em torno da educação, no Brasil, foram locais e diferenciadas e, aos governos estaduais, cabia a responsabilidade de desenvolver a educação em seus territórios. De acordo com Gatti e Inácio Filho (2011):

> A partir dos ideais republicanos de modernização e escolarização era necessária, então, a construção de prédios próprios onde se pudessem reunir os alunos em um único espaço. O local a ser escolhido precisava ficar em destaque com excelente localização, demonstrando a sua importância no cenário urbano. (*apud* BUFFA; PINTO, 2002, p. 43).

Apesar de não ter iniciado suas atividades em espaço próprio, a ENMB se localizava em um lugar de destaque, onde podia-se visualizar todas as principais construções da cidade: a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade, a Casa de Câmara, diversos casarões e palacetes, situados no entorno da Praça da Intendência, região central do município. A estrutura arquitetônica do primeiro espaço de instalação da ENMB (Figura 4) apresenta uma casa térrea com várias janelas e uma porta, com telhados de quatro águas, erguida no alinhamento, sem recuo frontal ou lateral, com pouco distanciamento da rua e das edificações laterais.

Ainda na Figura 4, é possível perceber que havia várias pessoas em frente à escola, na calçada, o que nos permite indagar: Seriam alunos(as) da ENMB? Seria este o início ou o término de um dia letivo? É possível verificar que vários senhores também estão ali. Seriam professores, pais de alunos? Ou apenas algumas pessoas que por ali transitavam? A imagem nos permite um retorno àquele momento registrado pelo fotógrafo, porém não há um registro escrito, detalhando o que se passava ali, não sendo possível produzir um conhecimento racional e objetivo acerca da situação, somente especulações.

Figura 4 – Prédio de instalação ENMB em 1893

Fonte: http://fotosantigasbarbacena.blogspot.com/

A Escola também foi palco de grandes decisões políticas em Minas Gerais, como a reunião extraordinária do Congresso Mineiro, para tratar da mudança da capital mineira, realizada em dezembro de 1893 “no salão nobre da Escola Normal”. (A FOLHA, 1893, ed. 89, p. 01). Segundo Assis (1997):

> A reunião extraordinária em novembro e dezembro de 1893 aconteceu, no salão nobre da Escola Normal, em Barbacena, devido a rumores em Ouro Preto de que bombas explodiriam no plenário se tão melindroso assunto retornasse aos debates. A sessão fora convocada única e exclusivamente para que seus membros escolhessem definitivamente o local da futura capital, entre cinco localidades: Belo Horizonte, Várzea do Marçal, Paraúna, Barbacena ou Juiz de Fora, obedecendo ao que dispunha o art. 13 das Disposições Transitórias da Constituição Estadual. (ASSIS, 1997, p.155)

No dia 21 daquele mesmo mês, da importante reunião do Congresso Mineiro, de 1893, é veiculada uma notícia sobre a mudança de espaço, “já foi transferida para o prédio n. 6 da Praça da Intendência a Escola Normal de Barbacena” (A FOLHA, 1893, ed. 94, p.1). Na figura 5, podemos verificar as moradias, na Praça da Intendência, com os nomes dos antigos proprietários, identificando o prédio n. 6 como sendo de propriedade do Alferes José Simpliciano de Souza Barretto para onde foi transferida a ENMB.

Figura 5 – Praça da Intendência (1842)

Fonte: http://fotosantigasbarbacena.blogspot.com/2021/03/revolucao-liberal-de-1842-participacao.html

Na Figura 5 é possível visualizar a Praça da Intendência, com a Igreja matriz de Nossa Senhora da Piedade ao fundo, cercada por várias casas e casarões.

Figura 6 – 2º Prédio de instalação da ENMB

Fonte: http://fotosantigasbarbacena.blogspot.com/2021/03/revolucao-liberal-de-1842-participacao.html

Ao realizar a aproximação, Figura 6, percebemos que a casa 6, de propriedade de José Simplíciano, também ficava num lugar estratégico para funcionamento da EMNB, de onde era possível observar todas as casas, acontecimentos e festividades da cidade. A estrutura arquitetônica também muito parecida com a do primeiro espaço de instalação da ENMB: (Figura 4) casa térrea, várias janelas, telhado de quatro águas, erguida no alinhamento da rua, sem distanciamento das outras edificações, bem próxima à Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade.

A mudança de espaço ocorreu porque o prédio seria demolido para construção do prédio do Banco do Brasil (Figura 7). Que também foi demolido para construção de um novo prédio, onde hoje ainda funciona o Banco do Brasil.

Figura 7 - Prédio do Banco do Brasil

Fonte: http://fotosantigasbarbacena.blogspot.com/

A ENMB, símbolo da iniciativa de professores e comunidade, tanto o primeiro espaço, quanto o segundo, estavam numa posição central de grande importância para a comunidade, já que se localizavam onde, em 1748, teve início o Arraial da Igreja Nova de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campolide. Segundo Gatti e Inácio Filho (2002, p. 102), "esse espaço, de ensino e conhecimento deveria ocupar lugar central na cidade, pois onde há escola, há progresso." Um espaço para proporcionar o crescimento intelectual da comunidade era importante ser localizado num ponto estratégico o que ocorreu com a ENMB, quando de suas primeiras instalações.

Os primeiros espaços onde originalmente funcionaram a ENMB, na Praça da Intendência, não existem mais, sendo assim, não foi possível a realização de uma visita ao local, com o objetivo de conhecer o seu interior e buscar elementos que pudessem remeter ao que um dia foi o interior da estrutura arquitetônica da Escola Normal.

O tema sobre a necessidade de construção de um prédio próprio para a escola, voltou a ser discutido em reunião da Congregação, realizada no mês de dezembro de 1898, cinco anos após a criação da Escola, com participação do diretor Antônio José da Cunha, vice-diretor José Severiano de Lima Junior, e os professores, Leonardo Carlos Palhares, José Cypriano Soares Ferreira, Emilio Gonçalves, Alfredo Ferreira Paes, Jovina Amélia de Lima e Silva, Honória Augusta de Souza, Alberto André Delpino, Miguel Murzzi de Abreu e João da Silva Machado, dentre outros objetivos, tratou-se "do meio de obter-se um prédio para a Escola Normal". (ATA DA CONGREGAÇÃO, 1898, nº 20).

A Lei nº 41 que possibilitava "nova organização à instrução pública do Estado de Minas" (MINAS GERAIS, 1882), apesar de não tratar, especificamente, de construção dos prédios das Escolas Normais, no Capítulo XII, "Gabinete, laboratório, biblioteca, material escolar", determina:

> Art. 235 – As escolas normais terão laboratórios e gabinetes de física, de química e ciências naturais, convenientemente preparados, conforme o tipo adotado nas escolas da Capital Federal, para o estudo prático dessas matérias.
>
> Art. 237 – Em cada Escola Normal haverá também uma biblioteca pedagógica, contendo exemplares de todos os compêndios adotados pelas congregações e pelo conselho superior deste Estado e do da

> Capital Federal; obras de consulta sobre todas as matérias ensinadas no curso normal e dicionários portugueses e franceses.
>
> Art. 238 – Para a organização e conservação desses gabinetes, laboratórios e biblioteca, assim como para o fornecimento de mobília e material técnico indispensável às escolas normais, será anualmente consignada no orçamento do Estado a verba determinada na tabela dessa Lei, referente às escolas normas. (MINAS GERAIS, 1892)

Podemos verificar nos Art. 235 e 237 que há exigência de laboratórios, gabinetes de física, de química, de ciências naturais e uma biblioteca pedagógica em cada Escola Normal e que o Art. 238 estabelece que será prevista uma verba no orçamento do Estado para a manutenção desses espaços, no entanto a referida Lei em nenhum momento define diretrizes para construção de prédios para as Escolas Normais, somente para escolas primárias. Como se verifica no Título VII, Prédios e mobílias para escolas primárias, Capítulo Único:

> Art. 331 – Durante dez anos, a contar de 1893, fica o Governo autorizado a fazer, em cada exercício financeiro, operações do crédito até a soma de 330:000$000 anuais, destinados à construção de prédios para as escolas primárias do Estado e aquisição de mobília para as mesmas, tudo pelo modo adiante determinado. (MINAS GERAIS, 1892)

Mesmo assim, havia entre os professores da ENMB uma preocupação com a construção de um prédio próprio para funcionamento da Escola. Desse modo, foi necessário que o diretor e professores da ENMB buscassem outros meios para adquiri-lo, porém até 1913, período delimitado nessa dissertação, a ENMB não havia conquistado esse espaço. Foi um longo caminho percorrido para que a instalação da ENMB, em próprio espaço, ocorresse. Somente em 1973, oitenta anos após a sua criação, a escola adquiriu seu espaço próprio (Figura 8).

Figura 8 - Escola Estadual “Embaixador José Bonifácio” - 2023

Fonte: A própria autora - 2023

3.4 O Regimento

Na primeira Ata da Congregação, são nomeados os lentes: Pe. João Pio de Souza Reis, José Bonifácio de Andrada e Silva e Alfredo Ferreira Dias Paes, para apresentar o projeto do Regimento. Em 18 de junho de 1893, na segunda Ata da Congregação é realizada a leitura do Projeto do Regimento que, após pequenas alterações, foi aprovado e transcrito no livro. Em 09 de maio de 1893, a Lei nº 24, da Câmara Municipal de Barbacena, que estabeleceu o Regulamento da ENMB, foi publicada no jornal A Folha, em 01 de junho de 1893. (Figuras 23 e 24, Anexos B e C)

De acordo com o Regimento, a Escola seguiria os moldes da Escola Normal do Estado, regendo-se pela Lei Estadual nº 41 de 03 de agosto de 1892 e pelo Regulamento 607, com algumas recomendações que não afetariam o Plano Geral de Ensino. O Corpo docente seria composto pelos lentes e professores do Internato do Gynnásio Mineiro, dentre outros professores. O Regimento também definia que as cadeiras de ciências físicas e naturais e agronomia seriam divididas em duas: uma de física e química e outra de ciências naturais e agronomia.

Quanto aos recursos para a manutenção da escola, o Regimento estabelecia que a Câmara deveria dotar um orçamento anual para as despesas e que, se ao final de cada ano, houvesse um saldo, esse seria revertido para a construção de um prédio próprio. Havia ainda a determinação de que a Inspetora de Alunas, nomeada pelo Executivo, por indicação do Diretor, acumularia a função de professora da disciplina "agulhas e corte de roupa branca comum", responsabilizando-se pela disciplina e ordem das alunas, dentro e fora do estabelecimento de ensino.

A reformulação desse Regimento volta a ser pauta na reunião da Congregação na Ata de nº 12, em 16 de novembro de 1897, porém o assunto só é retomado em 16 de junho de 1910, quando em reunião é apresentado ao corpo docente o Regimento que organiza as Escolas Normais do Estado, Decreto nº 2.836 de 31 de maio 1910.

3.5 Sujeitos escolares

Para a realização da investigação sobre alguns dos sujeitos, diretores, professores e alunos inseridos no contexto educacional da ENMB, que fizeram parte do processo

histórico de criação e instalação da Escola, no período de 1893 a 1913, iniciamos uma busca a partir do nome, que segundo Seraphim-Pedruzzi e Jinzenji (2022, p.89) consiste em "unidade de análise inicial" que nos possibilita "reconstruir a teia de relações nas quais os sujeitos estavam inseridos". Percorrendo esse caminho empreendemos a pesquisa para essa dissertação, porém, mesmo assim, não foi possível trazer aqui informações detalhadas sobre todos que contribuíram para que a ENMB permanecesse funcionando entre 1893 e 1913. De acordo com Magalhães, o pesquisador:

> Raramente encontra um corpo documental organizado que permita uma informação coerente e considerada suficiente sobre a totalidade das questões e dos itens em análise, o investigado tem necessidade de fazer opções, pois precisa de informações e eixos significativos diante do objeto de estudo. (MAGALHÃES, 2004, p.150)

Foi necessário articular vários fragmentos para construir uma narrativa que se aproximasse, da melhor forma possível, da dinâmica social que envolveu as atividades profissionais e educacionais dos sujeitos escolares que fizeram parte da ENMB, a partir das iniciativas de criação até os idos de 1913.

3.5.1 Os lentes e professores

Ao buscar compreender quem eram os docentes que trabalharam na ENMB, iniciamos partindo da etimologia das palavras lente e professor, por ser a forma com que eram conhecidos: como lentes os professores do Internato do Gynnásio Mineiro e como professores os que não lecionaram naquele estabelecimento. De acordo com o dicionário Michaelis, etimologicamente, do latim, "der de ler+ente, como lat legens, -ntis, -ntis, que ou aquele que lê; leitor, professor, especialmente docente de escola superior" e professor também derivado do latim, "lat professor, indivíduo que professa sua crença em algum princípio filosófico ou religioso, indivíduo que se dedica a dar aulas sobre certo tema; professador". Para Gasparello e Villela:

> No decorrer da segunda metade do século XIX era visível a existência de um grupo com atividades diversificadas, mas próprias aos homens de letras – escritores, críticos, historiadores, jornalistas, bibliotecários, professores – que formavam redes de sociabilidade em bibliotecas, livrarias, associações científicas, culturais e literárias, além do intercâmbio de ideias na imprensa e por correspondências – construíam, em comum, certas características intrinsecamente ligadas à identidade do grupo e que serviram para reforçar as solidariedades e vínculos sociais. Além disso, eram estreitamente associados a certa independência na realização das suas atividades e à noção de liberdade

> na expressão de suas posições intelectuais e políticas, como letrados e homens de saber. (GASPARELLO e VILLELA, 2009, p. 50)

Galvão e Lopes (2010, p.46) destacam que "recentemente, a história dos intelectuais e do pensamento pedagógico é também realizada com base em novas abordagem e novas fontes", que, no século XIX, "não havia uma distinção nítida entre os campos do conhecimento; homens públicos opinavam sobre assuntos diversos – incluindo a educação", consequentemente:

> [...] ganham relevo hoje os estudos que discutem não apenas as ideias pedagógicas desses sujeitos, mas os processos de formação intelectual, as redes de sociabilidade, as viagens formativas, o papel da imprensa e de outros veículos, as estratégias de legitimação, etc. (GALVÃO e LOPES, 2012, p.46)

O Jornal A Folha (1893), teve um importante papel ao veicular várias notícias sobre a Escola, especialmente, sobre os lentes do Internato do Gynnásio Mineiro e demais professores, que ofereceram seus serviços gratuitos para lecionar, ressaltando que:

> O espírito acentuadamente progressista da corporação municipal foi secundado pelo oferecimento de seus serviços gratuitos por parte dos lentes do Gynnásio Mineiro e professores, deparando-se por tal forma a esta cidade occasião achada para ser dotada com mais um instinto de educação que, a par de sensível desenvolvimento intellectual, importará um novo elemento de vida para a sede d'este município. (A FOLHA, 1893, ed. 02, p.01)

No ano que se seguiu à criação da escola, foi aprovada a Lei Municipal nº 76 de 21 de setembro 1895, estabelecendo, em seu art. 8, que "o ordenado e gratificação da Escola Normal ficaram reduzidos a uma gratificação annual de 800$ que será pago ao Professor que acumular o cargo de secretário". Embora a imprensa tenha destacado a oferta de serviços gratuitos por partes dos lentes e professores, provavelmente não demorou muito para que estes passassem a receber os salários.

No quadro 5 apresentamos as disciplinas lecionadas pelos professores, entre os anos de 1893 e 1899, o que possibilitou conhecer um pouco mais sobre os professores.

Quadro 5 - Primeiros professores e as respectivas disciplinas – ENMB (1893-1898)

Ano/Professor				**Disciplina**
1893	**1894**	**1895**	**1898**	
Antonio José Cunha	-	-	-	História Natural
-	Leopoldo Gustavo Rodrigues Costa	-	-	Química

Ano/Professor				Disciplina
1893	**1894**	**1895**	**1898**	
-	Alberto André Delpino	-	-	Desenho
Alfredo Ferreira Paes	-	-	-	Geografia
Arthur Joviano	Leopoldo Gustavo Rodrigues Costa	Custodio da Silva	-	Ciências Físicas e Naturais
Francisco Mendes Pimentel	-	José Cypriano Soares Ferreira	Emilio Gonçalves Júnior	Português e Literatura Nacional
Padre João Pio	-	Domiciano Rodrigues Vieira	-	Aritmética
José Bonifácio de Andrade e Silva	-		-	Geografia
José Nicodemos	-		-	Ginastica
Leonardo Carlos Palhares	-	Maria Madalena de Oliveira	-	Frances
Henrique Augusto de Oliveira Diniz	-	-	-	Música
-	Maria Madalena de Oliveira	-	-	Caligrafia, Agulhas e Pontos
-	-	José Cypriano Soares Ferreira	-	Pedagogia

Fonte: Arquivo Público Mineiro – APM; Arquivo Histórico Municipal Altair Savassi - AHMAS
Elaboração a própria autora – 2023

Os professores que possibilitaram a criação e instalação da ENMB, em 1893, colaboraram com a qualificação de jovens normalista, num período em que a educação se constituía num dos projetos de reforma muito discutido pela sociedade. A necessidade de instrução pública para preparar o cidadão do "bem e civilizado" repercutia nos debates públicos. Figurava ainda, nos jornais da cidade que era necessária uma escola pública para atender não só os jovens da elite barbacenense, mas também os menos favorecidos:

> Se em geral é de tão grande utilidade a abertura da Escola Normal, sobe ella de importância ao inquirirmos dos benefícios que trará as classes menos favorecidas. As famílias pobres da cidade. Poderão facilmente educar os filhos e, a par de regular instucção deixar-lhes o diploma de professores normalistas com o qual terão conquistado um meio de vida independente e uma profissão nobre e respeitada (A FOLHA, 1893, ed. 13, p. 1).

O redator prossegue dizendo que "A Barbacena cabe a glória de ter comprehendido os instintos liberaes da nova organização política, provendo por si mesma as necessidades que se faz sentir no meio de uma sociedade inteligente e adeantada" (A FOLHA, 1893, ed.13, p.1). Foi nesse cenário que lentes e professores se organizaram para dar início as atividades da ENMB.

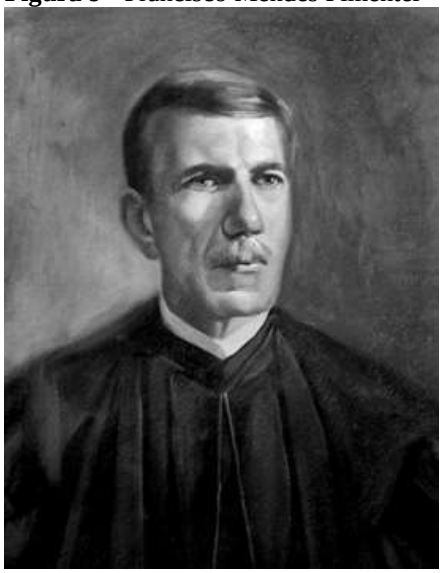
Vários dentre os lentes e professores, que se ofereceram para lecionar na ENMB possuíam uma "formação culta", refinada, muitos com formação superior na Europa, dispostos a trabalhar gratuitamente para que a escola pudesse funcionar. Entre eles: Francisco Mendes Pimentel, Padre João Pio de Souza Reis, José Bonifácio de Andrada e Silva e Alberto André Delpino. No período delimitado para essa dissertação, constatamos que vários alunos, depois de se formarem, começaram a atuar na escola. Dentre estes alunos, destacamos Maria Lacerda de Moura e João Augusto Campos.

Nas seções a seguir trataremos da trajetória de professores e diretores que contribuíram com seu trabalho para o funcionamento da ENMB e alunos que escolheram essa instituição escolar para se profissionalizarem.

3.5.1.1 Francisco Mendes Pimentel (1869-1957)

Mendes Pimentel (Figura 9) nasceu no Rio de Janeiro no dia 21de janeiro de 1869. Ainda jovem mudou-se para Barbacena e estudou nos colégios Providência e Abílio. Foi um dos primeiros professores a lecionar na ENMB participando desde o início da criação da Escola. Ingressou na ENMB, aos 24 anos, lecionando Português e Literatura Nacional.

Figura 9 - Francisco Mendes Pimentel[15]



Fonte: https://www.ufmg.br/copi/medalha-mendes-pimentel/

[15]A figura 9, apresenta a fotografia de Francisco Mendes Pimentel, retirada do site da Diretoria de Cooperações Internacional – COPI, da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, onde é apresentada a Medalha Reitor Mendes Pimentel, concedida pela primeira vez no ano de 2007, como forma de homenageá-lo como primeiro dirigente da UFMG. Disponível em: https://www.ufmg.br/copi/medalha-mendes-pimentel/. Acesso em: 20/10/2022

Conforme noticiado pela imprensa da cidade, Mendes Pimentel foi nomeado vice-diretor da ENMB, por meio da Portaria nº 13 de 15 de junho de 1893, permanecendo por um ano. Em todos os momentos que ali atuou, esteve presente nas reuniões da Congregação, integrando comissões, participando de deliberações, discussões sobre horários e bancas de exames finais, também colaborou na elaboração do primeiro Regimento Escolar.

Mendes Pimentel contribuiu, por intermédio do jornal A Folha, divulgando notícias, diariamente, para que a comunidade fosse informada de todos os acontecimentos locais e sobre a Escola. Como redator do Jornal assim destacou o seu papel:

> A Escola Normal, recém fundada cooperará para a educação do mestre, procurando dar ao ensino nella distribuído, caráter prático, habilitando o portador do diploma por ella conferido a preencher dignamente a tarefa que lhe confia a sociedade – o preparo do futuro. (A FOLHA, 1893, ed. 2, p.1)

Segundo Silva (2010), Mendes Pimentel iniciou suas atividades na imprensa mineira enquanto cursava Direito na Faculdade de São Paulo, "seu ativismo político emergiu num momento de marcantes transformações societárias" (SILVA, 2010, p.26). A mesma autora destaca em sua tese duas questões fundamentais sobre a trajetória política de Mendes Pimentel, "a defesa de princípios republicanos, que considerava ser a base para a consolidação desse regime, e a preocupação com a educação, principalmente, em Minas Gerais" (SILVA, 2010, p.11), e, relata ainda, que Mendes Pimentel teve um breve percurso na política, "atuou como deputado estadual por dois anos, foi eleito deputado federal, mas renunciou antes de completar um ano de mandato." (Silva, 2014. p.329). Ainda segundo Silva (2014), no periódico A Folha:

> Mendes Pimentel explicita o papel fundamental da imprensa como formadora de opiniões e propagadora de ideias, como "guia prudente dos destinos sociais", ou seja, reconhece e adota com esse veículo a função de homem público que busca criar condições de intervenção social, assumindo a tarefa pedagógica de orientar seus leitores. Com o programa de atender à população local, fornecendo-lhe informações sobre os acontecimentos do município e seus distritos, a proposta do novo impresso era discutir temas que pudessem concorrer para o progresso da localidade, sobretudo, acompanhando as reuniões da Câmara Municipal e dos conselhos distritais. (SILVA, 2014, p.241)

A inquietação com a educação estava sempre presente nas publicações de Mendes Pimentel. Durante todo o período em que foi redator do jornal A Folha, sempre se preocupou em dar destaque a ENMB. Numa publicação de primeira página, deixa transparecer todo o seu entusiasmo com a criação Escola Normal, além de evidenciar a importância da sua independência em relação aos cofres públicos. Para além de divulgar a escola, também busca justificar a sua substancialidade: "estão desde 16 do corrente, abertas as matrículas da Escola Normal. É agora occasião de divulgar o plano de ensino d'esse estabelecimento e mostrar a vantagem e a necessidade de sua criação" (A FOLHA, 1893, ed.13, p.1) e prossegue:

> Todos os cidadãos que espontaneamente e gratuitamente vão prestar os seus serviços, leccionando as diversas matérias de que se compõe o curso normal, constituirão um ponto de honra o desempenho do compromisso que assumiram e que há de ser uma honra d'lles próprios, cumprindo com o máximo escrúpulo. Além disso a acertada nomeação para o cargo de diretor, a qual recahia em um moço cujas aptidões são reconhecidas por todos, é garantia da seriedade com que será dirigida a Escola Normal.
>
> A instalação do novo instituto de ensino secundário afigura-se nos facto culminante na vida de nossa cidade: é a instrucção que se generaliza e é igualmente a iniciativa popular que age, desvencilhando-se da dependência servil para com o governo, do qual tudo se esperava, obedecendo-se à tradição centralizadora que condenava nos mulçumanos políticos, à escravidão da inercia e da passividade. (A FOLHA, 1893, ed. 13, p.1)

Guerrero (2020) também assinala que Mendes Pimentel "como parlamentar sempre foi ligado a temas da educação, sendo inclusive o relator da Comissão de Instrução Pública", para ele, "é quase impossível conseguir demonstrar o que Mendes Pimentel representou no seu tempo e a influência de seu legado". (GUERRERO, 2020, p.446)

Na trajetória desse mestre, destaca-se a preocupação com a formação de professor, o que fazia com que ele sempre colocasse em destaque temas relacionados à educação na imprensa e na política. Ao observar a necessidade de disseminar a instrução "na vida da nossa cidade", demonstrou um interesse pela preparação dos professores. Para Mendes Pimentel, preparar bem os professores deveria ser uma ação importante para o progresso do país: "a formação de mestres intelligentes hábeis e instruídos cuja missão será alhanar o caminho do progresso, diffundindo a instrucção por todas as camadas sociais." (A FOLHA, 1893, ed.2, p.1)

De acordo com publicação do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais - IHGMG, por Accacio Paulino de Paiva, no dia de seu falecimento, recebeu diversas homenagens dos Tribunais do País, dentre elas a do Ministro Presidente Delfim Moreira Júnior do Tribunal Superior do Trabalho:

> A inolvidável figura do professor Francisco Mendes Pimentel, advogado militante e glorioso representante de uma nobre geração de juristas brasileiros por seu saber profundo e extenso adquirido no estudo cotidiano de todos os ramos do direito transformou-o num renomado e insuperável mestre, a que ele aliava uma retidão de caráter que nunca foi suplantada e raramente igualada. (IHGMG, [s.d.])

Francisco Mendes Pimentel faleceu no Rio de Janeiro, no dia 20 de agosto de 1957, aos 88 anos.

3.5.1.2 José Bonifácio de Andrada e Silva (1871-1954)

José Bonifácio de Andrada e Silva (Figura 10), nasceu em Barbacena (MG) no dia 29 de setembro de 1871. Segundo Pereira e Faria (2020), era bisneto de José Bonifácio de Andrada e Silva, o "Patriarca da Independência". Iniciou os estudos preparatórios no Colégio Abílio, em Barbacena. Estudou na Faculdade de Direito de São Paulo, sendo diplomado em Ciências Jurídicas e Sociais. Em 1862, retornou a Barbacena, exerceu a profissão de advogado e se tornou professor do Internato do Gynnásio Mineiro, também dirigiu o Liceu, foi colaborador da Revista Sericultura, redator e diretor do Jornal da Tarde. Foi eleito, por várias vezes, vereador, em Barbacena e em outros municípios mineiros: Senhora dos Remédios, Correia de Almeida, Antônio Carlos e Desterro de Melo. Em 1898, fundou a Liga da Lavoura e da Indústria.

Na ENMB, José Bonifácio de Andrada e Silva se fez presente desde as primeiras manifestações de interesse de criação da Escola. Iniciou como professor, aos 22 anos, lecionando Geografia durante 5 anos, de 1893 a 1998, participando regularmente das reuniões da Congregação e ativamente de comissões, bancas de exames, deliberações sobre disciplinas dos alunos. Uma de suas primeiras ações foi contribuir na elaboração, juntamente com outros dois professores, do projeto do Regimento da Escola.

Figura 10 – José Bonifácio de Andrada e Silva

Fonte: Série perfil parlamentar; n. 75

Em uma das reuniões da Congregação, para deliberação sobre o comportamento de algumas alunas, o Professor José Bonifácio demonstra cuidado ao julgar as alunas e faz ponderações bastante relevantes para que não fossem punidas sem justa causa.

Segundo Pereira;

> No ano seguinte ao de sua formatura na Faculdade de Direito de São Paulo, José Bonifácio ingressou no magistério. Pertenceu ao primeiro corpo docente da antiga Escola Normal Municipal de Barbacena [...]. José Bonifácio foi professor do ginásio mineiro, onde era catedrático de geografia, além de diretor do liceu. Foi nomeado lente substituto de geografia em 1893, habilitado em concurso em 5 de maio de 1894, como atesta documento do Palácio da Presidência do estado de Minas Gerais. (PEREIRA; FARIA, 2020, P.56)

José Bonifácio citado dizia:

> Nunca me desviei na minha vida pública de parlamentar deste ponto de vista, mas foi junto da mocidade, instruindo e doutrinando, que eu aprendi a amar o ensino e a defendê-lo, convencido de que as escolas são o viver precioso donde saem os que têm de pleitear pela Pátria, pelo seu engrandecimento, morrendo por ela, na defesa de seu nome e de sua bandeira, se preciso for. (*apud* IBRAHIM, 2005, p. 159)

José Bonifácio faleceu em 24 de fevereiro de 1954, no Rio de Janeiro. Segundo Pereira e Faria (2020) "a notícia da morte do Embaixador José Bonifácio logo se espalhou e foi amplamente comentada nos jornais, principalmente nos do Rio de Janeiro e de Barbacena."

3.5.1.3 Padre João Pio de Souza Reis (1860-1932)

Pe. João Pio de Souza Reis (Figura 11) nasceu em Santana do Ferros, em 04 de dezembro de 1860. Era filho de Reginaldo de Souza Reis e Maira Cândida Dais Duarte. Ele foi professor e político influente durante os primeiros anos da República. Estudou no Colégio do Caraça, tendo ordenado em 05 de novembro de 1882. Foi pároco em São Caetano de Mariana e professor no Colégio onde estudou. Foi deputado Geral e Senador por duas vezes. Era associado ao Partido Republicano Mineiro, órgão no qual também exerceu a função de secretário-geral e presidente. Foi reitor no Internato do Gynnásio Mineiro de Barbacena. (DUARTE, 1994, p. 570).

Figura 11 – Padre João Pio

Fonte: http://historiademuzambinho.blogspot.com/p/conego-joao-pio-de-sousa-reis-nasceu-em.html

O Pe. João Pio começou a lecionar na ENMB aos 33 anos. Por três anos, lecionou Aritmética e em 1897 assumiu o cargo de vice-diretor, permanecendo na escola por mais dois anos. A documentação analisada revela que o Pe. João Pio está presente desde o primeiro intento de criação e instalação da Escola. Sobre a instalação da Escola, a imprensa assim se refere:

> O illustrado Pe. João Pio de Souza Reis, que em phrases brilhantes e enthusiasticas, salientou a fundação política da Escola Normal de Barbacena, mostrando o preparo do povo mineiro para o regime liberal e sua comprhensão do maior dos deveres sociais – a diffusão do ensino. (A FOLHA,1893, ed.27, p.1).

Na primeira Ata da Congregação de instalação da ENMB, em 07 de maio de 1983, Pe. João Pio faz uma saudação aos barbacenenses, “pelo grande melhoramento de que se datava esta cidade já tão celebre pela amenidade de seu clima e hospitalidade de seus filhos” (ATA DA CONGREGAÇÃO, 1893).

Nesta mesma data ele integra a comissão responsável por redigir e apresentar a proposta do Regimento da Escola, para ser apresentado na reunião seguinte e, se aprovado, divulgado para a comunidade. Também participa de deliberações sobre comportamento de alunos, das comissões, bancas de exames. Sua presença sempre foi marcante, manifestando sua opinião em vários assuntos durante as reuniões da congregação.

Na ata do dia 03 de junho 1898, Pe. João Pio estava presente na reunião que tratava da Conduta grosseira, agressiva e altamente insultadora das alunas Violeta Gomes, Gloria Gomes e Onda Gomes. Ao ser indagado, pelo diretor, acerca de sua opinião sobre o ocorrido, responde:

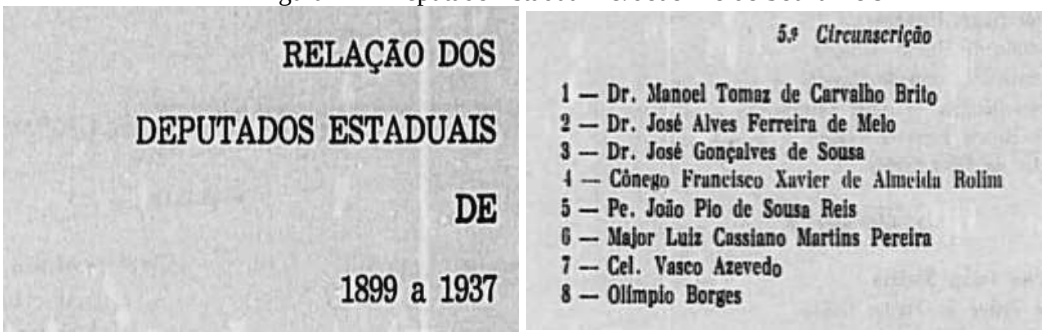
> Que diante do próprio regulamento essas alunnas deviam ser punidas com a pena de expulsão definitiva, porque eram ellas reincidentes, visto como a elle próprio já tinham dirigido palavras grosseiras e offencivas (ATA DA CONGREGAÇÃO, 1898)

Esse trecho nos permite observar o quanto Pe. Pio, era rigoroso com relação à disciplina dos alunos e alunas que estudavam na escola, argumentando que o Regulamento deveria ser seguido.

Pe. João Pio também é retratado no Desenho de Alberto Delpino (Figura 15), por exercer a função de vice-diretor da ENMB, naquele momento. Posteriormente, Pe. Pio, como era conhecido em Barbacena, se torna deputado da 4ª circunscrição.[16] Pe. João Pio faleceu em Congonhas, no dia 11 de dezembro 1932, aos 72 anos.

[16]Espaço geográfico onde se trava determinada eleição. Assim, o país, na eleição do presidente e vice-presidente da República; o estado, nas eleições para governador e vice-governador, deputados federais e estaduais, e senadores; o município, nas eleições de prefeito e vereadores; e o distrito, onde e quando se realiza a eleição pelo sistema distrital. Disponível em: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/glossario/termos-iniciados-com-a-letra-c. Acesso em: 20 out. 2022.

Figura 12 – Deputado Estadual Pe. João Pio de Souza Reis


RELAÇÃO DOS
DEPUTADOS ESTADUAIS
DE
1899 a 1937

5.ª Circunscrição

1 — Dr. Manoel Tomaz de Carvalho Brito
2 — Dr. José Alves Ferreira de Melo
3 — Dr. José Gonçalves de Sousa
4 — Cônego Francisco Xavier de Almeida Rolim
5 — Pe. João Pio de Sousa Reis
6 — Major Luiz Cassiano Martins Pereira
7 — Cel. Vasco Azevedo
8 — Olímpio Borges

Fonte: Arquivo Público Mineiro

3.5.1.4 Alberto André Feijó Delpino (1864-1942)

Mais conhecido como Alberto Delpino (Figura 13)[17] foi pintor, desenhista, caricaturista, nasceu em Porto das Flores, estado do Rio de Janeiro, em 1864. Formou-se no curso de humanidades no Mosteiro de São Bento e, em 1884, foi estudar na Academia Imperial de Belas Artes. Depois de concluir os estudos mudou-se para Barbacena. Antes de lecionar na ENMB, foi professor de Desenho no Internato do Gynnásio Mineiro.

Figura 13 – Alberto André Feijó Delpino

Fonte: http://www.dezenovevinte.net/bios/bio_delpino.htm

Antes de se tornar professor da ENMB, Alberto Delpino presenteou a escola, em 14 de fevereiro de 1894, com um quadro a óleo, de sua autoria, retratando Crispim Jacques Bias Fortes, então Presidente de Minas Gerais. Em 26 de abril de 1894, aos 29

[17] A fotografia do professor Alberto André Delpino, apresentada na Figura 13, foi retirada do site DezenoveVinte (2006-2022) "que procura contribuir para reflexões que restituam ao panorama da arte no Brasil oito-novecentista." Disponível em: http://www.dezenovevinte.net/bios/bio_delpino.htm Acesso em: 20 out. 2022.

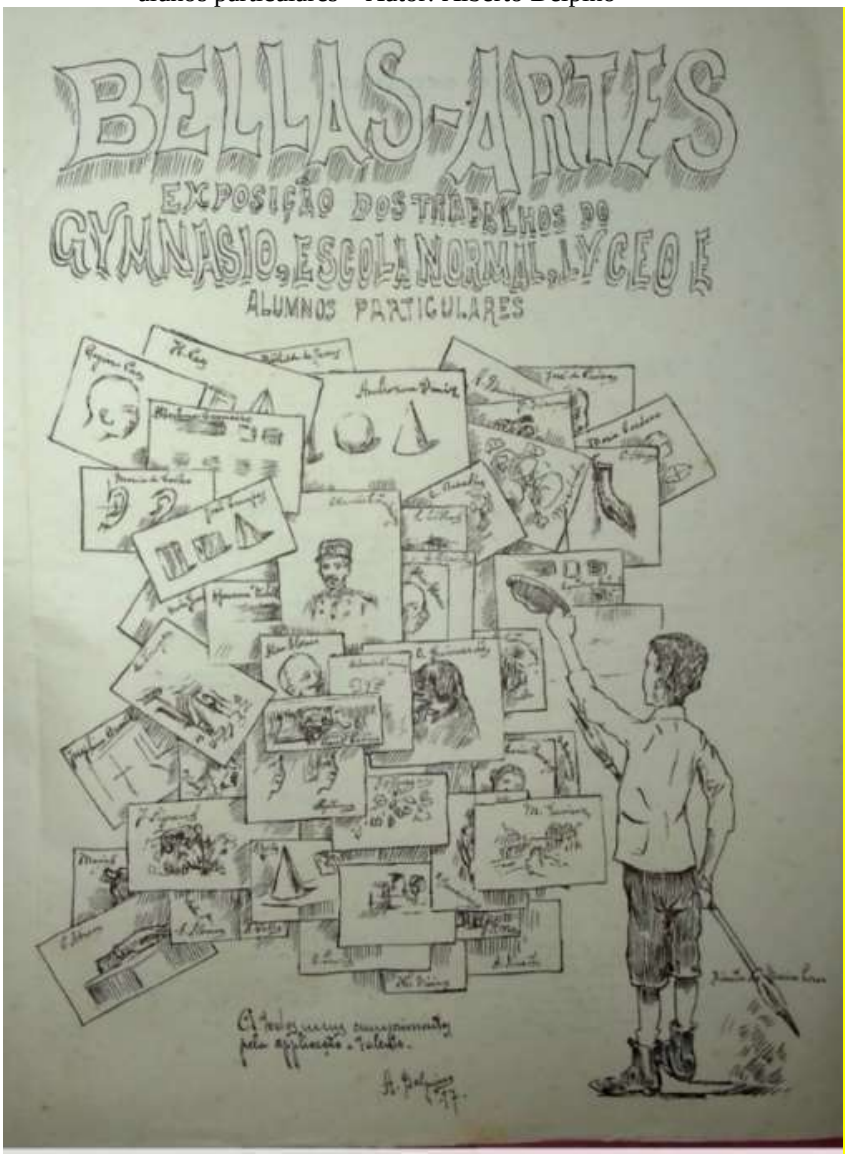
anos, foi nomeado para a disciplina de desenho, lecionando na ENMB entre 1894 e 1904, por 10 anos. Ao longo de sua carreira como professor da ENMB, doou várias obras à escola, inclusive algumas para a Quermesse, que angariou recursos para aquisição de equipamentos contribuindo, assim, para a instalação da ENMB. Nos anos que lecionou na Escola, esteve presente nas reuniões da Congregação, participando de comissões, das bancas de exames finais e bancas de capacidade profissional. Também lecionou gratuitamente, nos dois momentos em que a Escola corria o risco de encerrar suas atividades por falta de auxílio do Estado.

O professor Alberto Delpino teve um grande destaque no cenário internacional. Em 1904, participou da Exposição Universal de Sant Louis, nos Estados Unidos, representando o estado de Minas Gerais, com sua tela em óleo "Anoitecer na Fazenda" e foi premiado, no evento, com medalha de bronze. De acordo com Martins:

> Defensor das ideias republicanas, Delpino recusa-se a receber das mãos do Imperador D. Pedro II a medalha de ouro concedida pelo júri da Exposição Geral de Belas Artes (Egba) pela pintura O Tropeiro, em 1897. O Imperador, no entanto, faz questão de entregá-la pessoalmente a Delpino durante uma aula no conservatório de Música. Na ocasião, Delpino teria saudado D. Pedro II como "grande imperador". (Cf. ANDRADE, Martins de. op.cit. p. 201-207)

Em 1897, Alberto Delpino publica no jornal O Mensal uma matéria sobre a ENMB (Figura 25, Anexo D) para falar sobre a formatura dos primeiros normalistas e da felicidade dos professores e comunidade por terem contribuído com a criação e instalação da Escola. No mesmo jornal, ele publica dois desenhos, o primeiro (Figura 14) retratando a exposição de trabalhos realizados por alunos do Internato do Gynnásio Mineiro, Escola Normal, Lyceo e alunos particulares. Dentre os alunos da ENMB constam os trabalhos de: Afonsina Vidal, Albertina Carneiro, Alice Afonso, Ambrosina Diniz, Heitor Paes, João Campos e Regina Paes. Nossa imaginação divaga ao observar o desenho e nos faz retornar ao passado, nos posicionando, tal qual a imagem do homem com o chapéu, admirando os trabalhos dos alunos e escutando as palavras do professor de desenho "a todos os meus cumprimentos pela applicação e talento".

Figura 14 - Desenho dos trabalhos de alunos do Gynnásio Mineiro, Escola Normal, Liceu e alunos particulares – Autor: Alberto Delpino



Fonte: Arquivo Histórico Público Municipal Altair Savassi – Barbacena

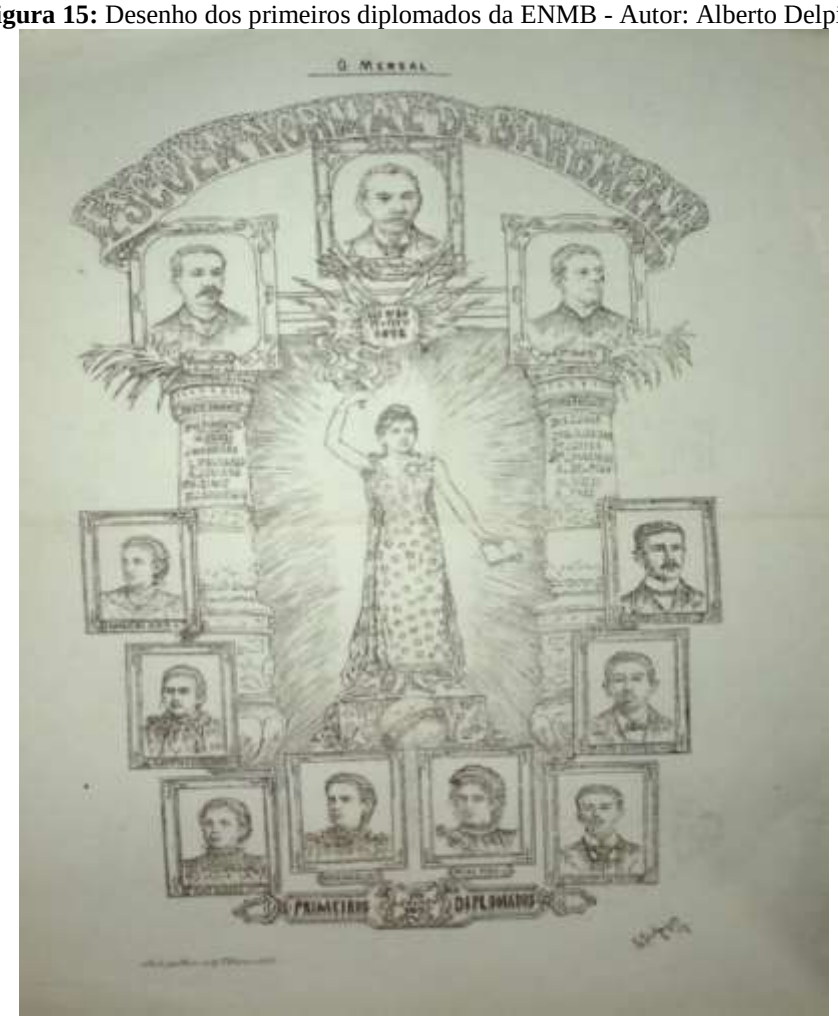
No segundo desenho também do jornal O Mensal, (Figura 15), Alberto Delpino retrata os primeiros diplomados em 1897, reproduzindo as figuras de Crispim Jaques Bias Fortes, presidente da Câmara Municipal de Barbacena, que está ao centro, na parte superior do desenho, José Cypriano Soares Ferreira, diretor da escola, na parte superior, à esquerda e Pe. João Pio de Sousa Reis, na parte superior, à direita.

O desenho apresenta duas colunas com os nomes do vice-diretor, secretário e professores, à direita: Francisco Mendes Pimentel, vice-diretor, Mario Homem Novaes, secretário e os professores, José Nicodemos, Leonardo Carlos Palhares, Arthur Joviano, Henrique Diniz e José Bonifácio de Andrada e Silva; à direita, os professores Antônio José da Cunha, Maria Madalena de Oliveira, Josina de Lima e Silva, Alberto André

Delpino, Miguel Muzzi e Alfredo Paes. É possível perceber que Maria Madalena ao mesmo tempo que é retratada como professora, também aparece junto dos alunos formandos da turma de 1897. Entre os formandos da ENMB, estão cinco mulheres e três homens, iniciando da esquerda para a direita: Ambrosina Diniz, Albertina Carneiro, Alice Afonso, Maria Madalena, Regina Paes, Heitor Paes, João Campos e Álvaro Meniconi.

Ao centro ele esboça a figura de uma mulher sobre um pedestal, com a inscrição "ordem e progresso", segurando em uma das mãos um livro e em outra um bastão com fitas e, logo acima, cita a Lei nº 20, de fevereiro de 1842, porém não foi possível descobrir o que essa Lei estabelece. Podemos observar que há um número maior de alunas concluintes do que alunos. Seria esse o motivo de uma figura feminina ao centro do desenho? Já que, por meio da escola e do ofício de mestre, as mulheres começam, a partir do século XIX, a assumir um novo papel na sociedade, diferente daquele de "dona do lar".

Figura 15: Desenho dos primeiros diplomados da ENMB - Autor: Alberto Delpino



Fonte: Arquivo Histórico Público Municipal Altair Savasse – Barbacena

Segundo relato de Faria Filho (2019, p. 29), Alberto André Delpino, ao se aposentar, deixou Barbacena e foi morar em Belo Horizonte, terminando seus dias de uma forma muito simples, falecendo em 15 de março de 1942, aos 78 anos.

3.5.1.5 Maria Lacerda de Moura (1887-1945)

Maria Lacerda de Moura nasceu em Manhuaçu, Minas Gerais, em 1887. Mudou-se para Barbacena em 1891. Formou-se na ENMB como professora em 1904 e, em 1908, aos 21 anos, começou a lecionar a disciplina de Pedagogia e Higiene, permanecendo como professora por 13 anos, sendo muito atuante na escola e na sociedade Barbacenense. Participava, com frequência, das reuniões da Congregação, redigia atas, contribuía em comissões e bancas de exames finais. Segundo Guimarães (2016), no período em que lecionou na ENMB, Maria Lacerda de Moura solicitou à Secretaria do Interior de Minas Gerais autorização para realizar experiências na área de psicologia experimental, aplicada a Pedagogia, direcionada aos alunos da Escola.

Figura 16: Maria Lacerda de Moura

Fonte: Arquivo Nacional/Fundo Correio da Manhã

Ainda de acordo com Guimarães (2016), Maria Lacerda de Moura:

> Também nesse período, participou da fundação da Liga Barbacenense de Combate ao Analfabetismo, sendo uma das suas principais colaboradoras. Além disso, sua atuação em Barbacena incluiu a fundação de um Lactário, e de uma vila para abrigar pessoas pobres da cidade. Escreveu artigos sobre educação para os jornais locais e realizou palestras na região, o que possibilitou a composição do primeiro livro, Em torno da educação, publicado em 1918.

Há um relato de Maria Lacerda de Moura, transcrito na obra de Roberto (2019, p. 149), em que ela (1929, p.3) onde a professora fala de seus estudos na ENMB e dos

sentimentos em relação à escola, "[...] estudei, depois, na Escola Normal de Barbacena, onde fui professora de Pedagogia e Hygiene. Meio estreitíssimo. Professores na maioria católicos, nem uma ideia. Disciplina de rebanho." Os escritos de Moura (1925) demonstram a preocupação da professora com a educação, naquele momento, e nos fazem perceber como ela estava à frente de seu tempo, ao destacar "[...]a necessidade de tirar as questões educacionais da esfera pura e simplesmente burocrática e política para inseri-las em um contexto de maior valorização e entendimento do aluno e dos métodos de ensino" (GUIMARÃES, 2016, P.172).

Ainda de acordo com Miranda (2006, p. 26), "os textos de Maria Lacerda de Moura chamam a atenção pela perspectiva combativa que apresentam. Instigam porque trazem a avaliação de mundo de uma mulher audaciosa e crítica frente aos problemas que a cercavam.":

> Escrevi principalmente para as alunas de Escolas Normais e para professores primários: para a educação popular. Não há livros didáticos senão para mestres, senão para estudiosos de gabinete, entre nós. A minha linguagem é simples e tenho preocupação didática: a repetição, à etimologia dos vocábulos científicos, técnicos e, por vezes, a singeleza necessária para os cérebros ainda não habituados a esse gênero de estudos. Na nossa língua – tem-se apenas a preocupação de erudição nos livros didáticos, e os estudantes, mormente as moças – cuja mentalidade escravizada através das gerações e através das leituras de boudoir, de novelas e poesias líricas, mal pôde perceber o que há de importante, de grande, de admirável nas investigações desta natureza, - lutam com dificuldades ante os compêndios cheios de teorias obscuras e considerações filosóficas ao alcance apenas dos doutos. (*apud* LIVÉRIO, 2021, p.3).

Segundo Guimarães (2016):

> Maria Lacerda de Moura se colocava não apenas como alguém que se destaca em um determinado meio e a partir de um determinado objeto de estudo ou pesquisa, mas como alguém que se arriscava ao debate, que ousava sair de sua disciplina e que, fortalecida por uma autoridade adquirida, no caso a de professora de Escola Normal, considerava natural e útil misturar sua voz aos grandes debates da cidade. (GUIMARÃES, 2016, p.62)

Porém, como qualquer mulher que se dispunha a lutar por uma causa, também recebia críticas como a destacada por Guimarães ao comentar sobre essa professora em sua pesquisa:

> Uma coisa difícil era, em Minas Gerais, ser anticlerical, contra a padralhada, contra a Igreja Católica, muito difícil, muito raro em Minas. Ela era professora de Escola Normal e era anticlerical, e é claro que era uma mulher malvista [...]. Em Minas ela era criticada pelo anticlericalismo. Ela era elogiada pela gente do povo, que conhecia apenas a professora de Barbacena, ela era amada. (*apud* GUIMARÃES, 2016, p. 62)

Maria Lacerda de Moura segundo Guimarães (2016, p.26) também foi considerada uma mulher desprezível, indecorosa, ao se declarar "individualista, antissocial, anticlerical, antifascista e adepta do amor livre, da maternidade consciente e da emancipação da mulher em relação ao homem e ao capital".

No período em que esteve como professora da ENMB, foi atuante, elaborou projetos, escreveu artigos e livros a partir de suas experiências em sala de aula com os alunos, deixando um legado não só para a sociedade, mas para a Escola. De acordo com Lima (2016, p. 119), Maria Lacerda deixou "uma diversidade de reflexões para os tempos que vieram sem, no entanto, ter visto superadas e resolvidas as críticas que fez." Ela faleceu em 1945, no Rio de Janeiro aos 58 anos.

3.5.2 Os diretores da ENMB (1893-1913)

A ENMB, entre 1893 e1913, teve oito diretores. O Quadro 6, apresenta o nome do diretor, o período de sua gestão e por quantos anos cada um permaneceu no cargo. As nomeações dos diretores se configuravam como notícia muito importante para a sociedade naquela época, e eram veiculadas pelos jornais locais.

Entre eles, observamos que João Augusto Campos foi aluno da primeira turma da ENMB, se formou em 1897, sua imagem está entre os formandos, como destacou Alberto Delpino, no desenho dos primeiros diplomados (Figura 15).

Quadro 6 - Diretores da Escola Normal Municipal de Barbacena (1893 – 1913)

Nº	Nome Diretor	Período	Tempo
1	José Cypriano Soares Ferreira	07/05/1893 a 11/05/1897	4 anos
2	Angelo Xavier da Veiga	16/11/1897 a 11/1898	01 ano
3	Antonio José da Cunha	26/11/1898 a 13/05/1900	1 ano e 5 meses
4	José Cypriano Soares Ferreira	10/05/1901 a 19/09/1906	05 anos
5	Emilio Gonçalves	16/02/1908 a 08/11/1909	1 ano 10 meses
6	João Augusto de Campos	05/03/1910 a 16/03/1912	03 anos
7	Alfredo Paes	16/03/1912	*
8	Maria da Conceição Jardim	1912 a 02/12/1913	11 meses

Fonte: Atas da Congregação de 1893 a 1912 e 1913- 1963 – Elaborado pela própria autora

*Não há informação sobre o tempo em que permaneceu na gestão.

A pesquisa documental demanda do historiador um trabalho bastante apurado e cuidadoso, o que demanda tempo. Nesse sentido fez necessário selecionar alguns diretores para a investigação. Optamos por trazer informações sobre o primeiro diretor, que foi um dos precursores da criação da ENMB atuando na gestão, inicialmente por 4 anos (1893-1897), como professor por 2 anos e 5 meses (1898-1900), retornando à direção por mais 5 anos (1901-1906) e sobre Maria da Conceição Jardim, por ser a primeira mulher a assumir a direção da escola. Dessa forma a pesquisa não se esgota aqui, abre caminhos para que novos estudos sejam realizados.

3.5.2.1 José Cypriano Soares Ferreira (1860-1942)

José Cypriano Soares Ferreira (Figura 17), nasceu em Mariana, no dia 12 de outubro de 1860. Aos 15 anos, foi matriculado no Colégio do Caraça. Em 1880, quando se formou, realizou concurso para Humanidades, em Ouro Preto, permanecendo no Colégio do Caraça até 1882. Depois desse período, conseguiu uma bolsa de estudos para a Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro, porém, durante o curso, contraiu tuberculose, por isso foi necessário trancar o curso e escolheu Barbacena para se tratar, pois a cidade já era conhecida por seu clima moderado, com temperaturas médias bem baixas, o que, supostamente, facilitava o tratamento. Depois de um tempo na cidade, foi convidado para lecionar no Colégio Abílio e em 1890 tornou-se professor do Internato do Gynnásio Mineiro.

Figura 17 – José Cypriano Soares Ferreira

Fonte: https://portalbcn.com.br/jose-cypriano-soares-ferreira/

O professor José Cypriano Soares Ferreira, foi um dos principais idealizadores da ENMB. Para que a escola fosse criada e instalada, se dispôs a lecionar gratuitamente junto com outros Lentes. Foi o primeiro a assumir a direção da escola, nomeado em 22 de janeiro 1893, exercendo a função por quatro anos. Também atuou como professor de Pedagogia durante algum tempo e assumiu a direção novamente por mais cinco anos (1901-1906).

De acordo com Ferreira[18] [s.d.]

> José Cypriano Soares Ferreira foi um ativo educador. Em 1927 participou do Primeiro Congresso de Instrução Primária do Estado de Minas junto a outros importantes professores, educadores e líderes políticos da época, como Cristiano Machado, Antônio Carlos Andrada e Bias Fortes. Se destacou também como poeta usando o pseudônimo de Euripo Carmense publicando extensa obra poética em 1917 – O Tiradentes. Foi sócio e atuou como correspondente do Arquivo Público Mineiro e se aprofundou nas pesquisas sobre a Inconfidência Mineira e sobre a história de Barbacena sendo responsável por ter trazido à luz fontes primárias até então desconhecidas, além de membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Em 22 de setembro de 1922 proferiu histórico discurso durante a visita de Alberto Santos Dumont a Barbacena, quando exaltou o inventor do avião chamando-o de "Pai da Aviação" e afirmando que Barbacena seria o "ninho das águias", termo utilizado muitos anos depois pela FAB para se referir a Academia da Força Aérea em Pirassununga/SP. (FERREIRA, [s.d.])

José Cypriano abriu o primeiro livro de Atas da Congregação em 07/05/1893 e, durante toda sua gestão à frente da ENMB, presidiu as reuniões, direcionando a organização de comissões, inclusive a primeira que foi responsável pela elaboração da proposta do Regimento Escolar. Como diretor, sempre orientou a organização dos horários, encaminhando, ainda, assuntos de ordem disciplinar que envolviam alunos e professores.

[18]Dimas Enéas Soares Ferreira, bisneto de José Cypriano Soares Ferreira, gentilmente me cedeu, seu escrito, Breve História do Professor Soares Ferreira, porém não consta a data e a publicação.

3.5.2.2 Maria da Conceição Jardim - A primeira mulher à frente da direção [s.d.]

Na Ata da Congregação de 27 de fevereiro de 1913, D. Maria da Conceição Jardim assina como Diretora da Escola Normal Municipal de Barbacena, sendo a primeira mulher a assumir esse cargo. Não foi possível localizar fontes que indicassem a posse de D. Maria da Conceição Jardim como diretora. Ela assina como diretora até 02 de dezembro de 1913. Sobre a atuação de D. Maria Conceição Jardim, não localizamos fontes que possam fornecer informações, para além da condução dos assuntos tratados nas reuniões, formação de comissões e bancas de exames finais e admissionais, adaptação da escola ao regime das escolas regionais, início das aulas, horários.

No decorrer da pesquisa, por intermédio de um parente distante, nos foi informado que Maria da Conceição Jardim havia escrito vários livros utilizando o pseudônimo Conceição Garden. Dentre os livros estão: Barbacena – Fundada pelos bandeirantes Paulistas. Berço de grandes vultos. Cidade de poentes de atordoante beleza (1940); Quadros da Franças e de Portugal através da televisão da saudade (1951); Projeções da Itália a Colaboradora Impar do Bandeirante (1954). Conseguimos adquirir dois primeiros livros citados acima (Figura 18), porém em nenhum deles Maria da Conceição Jardim fala do tempo em que esteve na função de diretora da ENMB.

Figura 18 – Livros de Maria da Conceição Jardim (Conceição Garden)

Fonte: Acervo da própria autora - 2023

No livro intitulado “Barbacena. Fundada pelos Bandeirantes Paulistas. Berço de Grandes Vultos. Cidade de Poentes de Atordoantes Belezas”, escrito em 1940, Conceição Garden relata episódios e personagens da cidade de Barbacena, fala de “uma cidade lendária e cheia de poesia suave, que se desprende de horizontes sem rivais, eleva-se por sobre colinas que lembram um punhado de esmeraldas ao espaço”, diz que o futuro da cidade “há de ser sadio e forte” porque o passado foi uma “realização vigorosa”, mas não cita em nenhum momento a ENMB.

Nesse mesmo livro, há uma fotografia de Conceição Jardim (Figura 19), cercada, ao que parece, por alguns parentes. Na descrição da foto ela menciona o relógio do sol, com uma inscrição latina, que se verifica ao fundo da foto, e diz ser esta uma excursão de turismo, com “Srª Jovino Moraes Jardim, D. Maria Antonia Serpa, D. Conceição Jardim; sobrinhas de Maria Lopes de Almeida e casal Monteiro de Andrade”.

Figura 19: Maria da Conceição Jardim

Fonte: JARDIM, 1940, [s.p.]

A autora também descreve um sentimento, no texto do livro que antecede a foto, “saudade – apenas um sentimento que nos provoca a ausência dos entes queridos”. Esta foi a única imagem que conseguimos de Maria da Conceição Jardim. Também não encontramos fontes que indicassem sua data de nascimento e falecimento.

3.5.3 Alunos e alunas

Circulou na imprensa de Barbacena, em 1893[19], uma matéria dizendo que a instituição escolar não existe sem alunos e alunas, sendo assim não seria possível transmitir e gerar conhecimento onde não existissem pessoas dispostas a ensinar e pessoas dispostas a aprender. É nessa disposição do ensinar e aprender, dentro de uma instituição escolar, que vão se configurando histórias, que atravessam o tempo e nos remetem às aprendizagens, aos objetos, atitudes e comportamentos. Segundo Magalhães (2004):

> Como fazer a síntese epistemológica e histórica? Como historiar a "cultura institucional", enquanto síntese que re(nasce), em última instância, pela atualização do *habitus* dos sujeitos educacionais? Na sua realização, o destino de vida dos sujeitos corresponde a uma atualização do *habitus* (apropriação por transferência e aprendizagem de saberes, valores, capacidade, técnicas, atitudes, desequilibrando e ampliando o seu repertório cognitivo, em novos contextos), (re)atualizando a sua formação, no plano antropológico. (MAGALHÃES, 2004, p.118)

Magalhães também nos propõe a reflexão de que a educação é uma "subjetivação" que acontece durante toda a vida, mediante a liberdade do sujeito de ser criativo, reflexivo, responsável, e que a "síntese educacional é por consequência, cultural, antropológica, e materializa-se por referência ao contexto, à instituição e às instituições, num plano sócio pedagógico mais amplo." (MAGALHÃES, 2004, p.118).

Em relação aos alunos e alunas que buscaram se formar na ENMB, nos primeiros anos de funcionamento da escola, destacamos abaixo o currículo estabelecido para a escola nos primeiros anos de funcionamento, os uniformes como objeto histórico e expressão da materialidade que compõe o universo escolar e algumas atitudes e comportamentos ocorridos nesse ambiente escolar.

3.5.3.1 O Currículo

A história da formação de professores, no século XIX e início do século XX, no Brasil, indica que o funcionamento das escolas normais se fazia de modo bastante precário. No entanto, é possível observar que foram ocorrendo alguns avanços, como o aumento do número de alunos, preocupação com a formação dos professores que já

[19]12/03/1893 Ed. 11 Pag. 01, Col. 01 e 02

lecionavam e com os que buscavam o magistério para se profissionalizar, aumento de figuras femininas no magistério e a inquietação com o currículo ministrado nas escolas normais.

A Lei nº 41 de 1892, ao ditar uma "nova organização para a instrução pública no Estado de Minas", determina, em seu art. 160, as disciplinas que deveriam ser objeto de estudo nas escolas normais, durante 4 anos, conforme apresentado no Quadro 7.

Quadro 7 – Disciplinas ministradas nas Escolas Normais em Minas Gerais- 1892

Nº	**1º ano**	**2º ano**	**3º ano**	**4º ano**
1	Português	Português	Português	Português
2	Música e Canto	Música e Canto	Música e Canto	Música e Canto
3	Geografia	Geografia	Geografia	-
4	Aritmética	Aritmética	-	-
5	Caligrafia	Caligrafia	-	-
6	-	Francês	Francês	-
7	-	Geometria	Geometria	-
8	-	-	História	História
9	-	Pedagogia	Pedagogia	Pedagogia
10	-	Instrução Moral e Cívica	Instrução Moral e Cívica	Instrução Moral e Cívica
11	-	Ciência Físicas e Naturais	Ciência Físicas e Naturais	Ciência Físicas e Naturais
12	-	-	-	Noções de literatura brasileira
13	-	-	-	Agrimensura
Total	05	10	09	08

Fonte: Coleção das Leis e Decretos – MG – 1892. Elaboração a própria autora

De acordo com essa mesma Lei, o programa das escolas normais era dividido em dez cadeiras, sendo uma delas, de ginástica, disciplina oferecida para os alunos do sexo masculino. A Lei também estabelecia que deveria haver uma escola prática de ensino primário, anexa às escolas normais. Orientava sobre como deveriam ser os horários das aulas, ressaltando que o ensino seria de caráter profissional e prático e que os professores deveriam envidar esforços para que os alunos desenvolvessem as qualidades intelectuais e morais, habilidades indispensáveis para o professor primário.

Com a Lei nº 41, os legisladores buscaram contemplar a necessidade que se fazia presente, naquela época, para suprir as escolas com professores preparados, já que havia muitos professores lecionando sem a devida formação.

Com a criação da ENMB, era preciso estabelecer, de acordo com a Lei, um currículo para o 1º ano de funcionamento da escola. Por isso, circulou na cidade em 1893,

no jornal A Folha[20], que "estavam cursando as aulas do 1º ano, 21 alunnas, 9 alunnos e 2 assistentes." Nessa mesma edição[21], foi publicado o edital, assinado pelo secretário da ENMB, Sr. José Tomaz de Castro, com os horários das aulas do 1º ano, e as matérias que seriam lecionadas.

> Aula de geographia, (diária) das 10 às 11. De arithmética, (diária) das 11 às 12. Das 12 à 1 intervallo. Aula de portuguez de 1 às 2, às segundas, quartas e sextas. De gynastica (para alunos) de uma às 2, às terças, quintas e sabbados.
>
> Trabalhos de agulhas e pontos, às terças, quintas e sabbados. Aula de música e canto de 1 às 3, às segundas, terças, quartas, sextas e sabbados. De calligrafhia e desenho (diária) de 3 às 4. (A FOLHA, 1893, ed.29, p.1)

3.5.3.2 O uniforme

No final do século XIX, período de instalação da ENMB, pareceu não haver, inicialmente, uma exigência para o uso de uniformes padronizados para os alunos. O art. 18 do Regimento Escolar da ENMB estabelecia que os alunos "deverão apresentar-se descente e modestamente vestidos, ou trajar uniforme quando for determinado". A adoção do uniforme foi objeto de discussão na reunião da Congregação, em 18/06/1893. O assunto surge entre os professores, mas há a alegação de que alguns alunos eram muito carentes para exigir a aquisição do uniforme, por isso, o consenso foi que o assunto voltaria a ser discutido no próximo ano. Na reunião da Congregação de 24/04/1894, o uniforme retorna à pauta de discussão, mas só em 22/07/1913 é decidido pela "adaptação de um uniforme para as alunas que satisfizessem as condições de higiene e asseio".

Segundo Ribeiro e Silva (2012, p.582) "dentre um conjunto de elementos materiais que compõem a escola e sua cultura está o uniforme, materialidade concebida como um dos elementos constitutivos da cultura escolar." Embora distante do recorte temporal desta pesquisa, a imagem seguinte nos permite observar o modelo de uniforme usado pelas alunas da escola, em meados do século XX. Na fotografia, tirada em 1959, é possível observar, que todas vestem o tradicional uniforme composto por camisa branca

[20]A Folha 1893, ed. 29, p. 1, c. 2
[21]A Folha 1893, ed. 29, p. 3, c. 3

de manga longa, saias abaixo dos joelhos, meias brancas e sapatos pretos. Também é possível verificar que há uma luva posta sobre as saias.

Figura 20 - As normalistas

Fonte: https://pt-br.facebook.com/groups/barbarascenas/?mibextid=HsNCOg

Segundo Ribeiro e Silva (2012), houve, por parte da Escola, o desenvolvimento de uma estratégia como forma de interferir sobre os corpos dos alunos, uniformizando-os para apresentar à sociedade. Segundo as mesmas autoras:

> O aparato moral presente nesses discursos irá ter grandes reflexos na indicação dos modelos dos uniformes escolares, principalmente para as alunas e para as professoras, irradiadoras da forma adequada, austera e bem-comportada de vestir-se. A exigência expressa nos regulamentos das escolas sobre a obrigatoriedade de usar uniformes bem-comportados será uma constante no meio escolar e perdurará por décadas, tanto nas escolas públicas quanto nas particulares. Para as alunas e professoras, a regra é blusas sem decotes e saias com comprimento abaixo dos joelhos (RIBEIRO E SILVA, 2012, p. 582).

Ainda de acordo com Carvas e Azevedo (2015, p. 240), "a utilização do uniforme escolar também era um importante elemento de formalização do comportamento no espaço escolar", como um dispositivo de controle para adequar a conduta individual e coletiva às regras institucionais.

A intenção inicial para adoção dos uniformes, como vimos, revelou-se em uma das primeiras Atas da Congregação da ENMB, e, apesar de ter sido descartado por um

período, não deixou de ser adotado, seja como objeto de controle dos corpos, e/ou como forma de dar visibilidade à Escola.

3.5.3.3 Atitudes e comportamentos

Conforme determinação da Lei nº 41, Art. 85, serão estabelecidos em regulamento e regimento interno "[...] as penas disciplinares aplicáveis aos alunos." (MINAS GERAIS, 1893). No Regimento Interno da ENMB, Capítulo 4º, são definidas as normas disciplinares:

> Art. 17 Os alunnos respeitarão o diretor, os lentes e à inspetoria.
> Art. 18 Deverão apresentar-se descente e modestamente vestidos, ou trajar uniforme quando for determinado.
> Art. 19 Deverão esperar as aulas ou passar as aulas no lugar que lhes for indicado.
> Art. 20 É absolutamente proibido às alunnas dirigir-se a quem quer que seja a não ser por intermédio da inspetoria.
> Art. 21 A presença das alunnas é obrigatória, e aquela que tiver 40(quarenta) faltas justificadas, ou 20(vinte) não justificadas terá baixa na matrícula, substituindo-lhe o direito de frequentar as aulas como ouvinte e requerer exames na época própria.
> Parágrafo único: São motivos justificados: enfermidade comprovada por atestado médico, nojo por falecimento de ascendentes ou descendentes, e outras cuja apreciação ficará ao critério do diretor.
> Art. 22 Os alunnos deverão evitar alterações ou troca de palavras ofensivas à boa educação.
> Art. 23 Será expulso da escola, depois de ouvida a congregação, o alunno que cometer falta contra a moralidade (ATA DA CONGREGAÇÃO, 1893, p.6-7).

Uma reunião extraordinária da Congregação, convocada pelo diretor, no dia 03 de junho de 1898, realizada em uma das salas da ENMB, teve como finalidade discutir sobre a conduta das alunas Violeta Gomes, Gloria Gomes e Onda Gomes, em relação ao resultado obtido no exame da matéria de ciências sociais, o que não agradou as alunas, submetendo-as às normas disciplinares. Conforme relatado em ata, os professores João da Silva Machado e Alberto André Delpino disseram:

> Que pelo que tinha colher particularmente, soube que as alunnas, Violeta Gomes, Gloria Gomes e Onda Gomes, depois de terem tido notícia do resultado do exame de Sciências Naturais, dentro do Edifício da Escola Normal e fora delle dirigiram phases grosseiras, aggressivas e altamente insultuosas a banca examinadora e os próprio estabelecimento, chegando a alunna Onda Gomes a entrar, sem a necessária licença na secretaria onde manifestou-se de modo offensivo

> ao secretário e professor de Sciências Naturais que tinha servido na banca examinadora. (ATA DA CONGREGAÇÃO, 1898, p.43).

A referida Ata, registra ainda que:

> As alludidas alunnas entre outras palavras alludidas e grosseiras e graves disseram: - "Escola de canalhas, bajuladores, que approvam de antemão as alunnas de famílias ricas e importantes". Fora do estabelecimento chegaram a declarar que iam escrever ao Ex. D. Secretário do Interior pedindo a demissão do Secretário e Professor de Sciências Naturais. (ATA DA CONGREGAÇÃO, 1898, p.43).

A reunião prosseguiu com a palavra do diretor dizendo que "as alunnas se achavam incursas na parte disciplinar do regimento". Em seguida, solicitou que a congregação se posicionasse a respeito da punição. O professor Pe. João Pio pediu a palavra e falou "que diante do próprio regulamento essas alunnas deviam ser punidas com a pena de expulsão definitiva, porque eram ellas reincidentes". O professor José Bonifácio seguiu dizendo:

> Que não se trata de reincidência, porque ainda mesmo que o Reverendo Pe. João Pio tivesse sido offendido pelas referidas alunnas, a Congregação não teve conhecimento disso, nem foram ellas punidas, sendo improcedente a proposta para a imposição de pena no nº5 do art. 193 – A pena, que no conceito desse professor, deve ser aplicada e a de suspenção do direito de frequência e exames durante um anno." (ATA DA CONGREGAÇÃO, 1898, p.43).

Depois de ouvidos esses professores, o diretor colocou em votação, sendo a proposta do Professor Pe. João Pio rejeitada por todos, mas prevaleceu em discussão se as três a alunas deveriam receber a mesma punição, ou apenas Onda Gomes e Violeta Gomes. Retomada a votação, ficou decidido pela maioria dos professores que todas receberiam a mesma punição. O professor José Bonifácio solicitou a palavra e declarou:

> Votei impondo às alunnas Onda Gomes e Violeta Gomes nas penas do nº4 do art. 193, diante da informação prestada pelos professores João da Silva Machado e Alberto André Delpino, que affirmaram ter as alludidas alunnas se referido em termos grosseiros, offensivos e altamente insultuosos à banca examinadora de Sciências Narturais, e a congregação da Escola. Em relação a alunna Glória Gomes, resolvi, digo, votei que deve ser apenas advertida pelo diretor porquê das mesmas declarações não pude concluir de modo claro que tivesse tomado parte direta no facto, embora estivesse em companhia das mesmas. (ATA DA CONGREGAÇÃO, 1898, p.44).

Em 26 de julho de 1908, a congregação se reuniu para "trazer ao corpo docente da Escola um facto de suma gravidade, ocorrido em véspera, na aula do professor, Sr.

Moraes Carneiro, de geografhia, história, e educação moral e cívica,". Consta em ata que o aluno havia faltado à aula prática e, ao ser advertido, este "se levantou de sua carteira e, exaltado, atirou, com violência", os livros no rosto do professor. Ao final da reunião todos deliberam pela expulsão do aluno, com abstenção do professor, Sr. Moraes Carneiro, "por se considerar parte interessada".

Novamente em 01 de dezembro de 1910, é convocada uma reunião para levar à Congregação outro fato grave ocorrido com o professor Sr. Alfredo Paes, que relatou: "vindo, hoje de manhã, à escola, visitar a exposição de trabalhos de costura, com o Inspetor Técnico de Ensino, Sr. Bento Ernesto Júnior, em um dos salões estava a aluna, Leonor Fernandes Tafuri, que obstinadamente se recusava a apresentar o trabalho". O professor argumenta que a professora, Maria Lacerda de Moura, insistiu delicadamente com a aluna para apresentar o trabalho, porém a aluna "negou-se a fazê-lo e em termos ásperos" disse, "que não faria, porque o trabalho era seu e isso dependia de sua vontade". Ficou estabelecido que a aluna deveria comparecer à escola com seu trabalho e pedir desculpas ao Inspetor e aos professores. A ata registra ao final que "a aluna fez a mesma declaração" negando-se terminantemente a apresentar seu trabalho. Não há registro, nesta ou em outras atas, de que a aluna tenha sofrido alguma punição.

Chamam a atenção a preocupação com a moral e a boa conduta da aluna. Havia uma inquietude voltada à preparação de professores para que fossem capazes de educar alunos segundo os princípios de uma boa conduta. Nas discussões expressas nas atas da congregação, alguns professores defendiam a necessidade de se estabelecer a "ordem e a civilidade." Porém, percebe-se que havia professores que não se preocupavam apenas em punir os alunos, mas em apurar verdadeiramente os fatos ocorridos e prescrever uma punição que permitisse ao aluno refletir sobre seu comportamento e assim prosseguir nos estudos.

3.5.3.4 Os(as) alunos(as) que "preencheram dignamente a tarefa que lhes foi confiada"[22]

Verificamos também que alunos e alunas da ENMB trilharam os caminhos do magistério, alguns tornaram-se diretores e/ou professores com relevante destaque na sociedade. No Quadro 12 (Apêndice E), que apresenta os Resultados de Exames, aparece Maria Madalena de Oliveira, como aluna ouvinte, porém, no jornal A Folha, foi notícia que Maria Madalena assumiu a disciplina de caligrafia. O jornal destaca: "foi nomeada para reger a cadeira de Francês, durante o impedimento do respectivo lente, a intelligente normalista D. Maria Magdalena de Oliveira" (Cidade de Barbacena, 1898, ed.3, p.2, c.1), ela permaneceu como professora, na escola, até 1927, por 29 anos. Verificamos aqui, a presença marcante de uma figura feminina, que inicia seus estudos na ENMB e, mesmo antes de se formar, assume a regência e continua por vários anos lecionando na mesma escola conforme se verifica nas assinaturas das Atas de reunião da Congregação.

João Augusto de Campos formou-se na primeira turma. No dia 11 de maio de 1899, ele assina a Ata da Congregação como professor, e, em 1910, assume a direção da escola, permanecendo por três anos.

A aluna Maria Lacerda de Moura, se formou em 1904 na ENMB e começou atuar como professora em 1908, na mesma escola. Seus pensamentos e ações a transformaram numa figura feminina importante. Segundo Miranda (2006, p.18) Moura "defendeu a educação enquanto meio de emancipação humana, lutou contra o fascismo, contra a guerra, o analfabetismo, o clericalismo, e principalmente contra a submissão da mulher ao homem e da humanidade ao capital".

Esse capítulo nos permitiu conhecer um pouco mais sobre a história da ENMB e dialogar com autores que se dedicaram a pesquisar sobre outras Escolas Normais. Percorremos pelos primeiros espaços onde a escola funcionou. Verificamos que havia regras com normas disciplinares que se ancoradas na legislação nos permitindo identificar elementos de enfrentamento e resistência de alguns alunos no ambiente escolar. Conhecemos alguns dos professores que idealizaram a escola, alguns alunos-professores

[22]A expressão "dignamente a tarefa que lhes foi confiada", foi utilizada pelo jornal A Folha, em uma reportagem sobre a Escola Normal Municipal de Barbacena, 22/01/1893 Ed. 02 Pag. 01, Col. 01 e 02.

que construíram sua história profissional nessa escola. Ao caminhar para o final, sabemos que ainda há muito estudo e pesquisa para se realizar sobre a Escola Normal Municipal de Barbacena, nesse 130 anos de sua existência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa dissertação, apresentamos uma proposta de pesquisa sobre a história da Escola Normal Municipal de Barbacena. Após a análise da produção científica brasileira, verificamos que não havia trabalhos que problematizassem nosso objeto, a ENMB, encontrando sinais para prosseguirmos com a pesquisa. Portanto, acreditamos que, ao finalizar a presente dissertação, estamos abrindo caminhos para novos estudos, porque as discussões aqui estabelecidas não se concluem, abrem novos horizontes.

Observamos que, ao final do século XIX e início do século XX, a formação de professores estava em processo de reorganização e institucionalização, buscando se ajustar ao novo regime republicano. Os Relatórios dos Presidentes da Província de Minas Gerais e os Anais do Senado Mineiro relatam um amplo debate nas reuniões sobre a criação e o auxílio que o Estado deveria fornecer, tanto às escolas normais reconhecidas pelo Estado, quanto àquelas criadas pela municipalidade e até a necessidade de reconhecimento dessas pelo Estado.

Quanto à principal questão que orientou a pesquisa: como ocorreu o processo de criação e instalação da Escola Normal Municipal de Barbacena, no recorte temporal de 1893 a 1913? Constatamos que a ENMB foi criada pela Lei Municipal de 17 de janeiro de 1893 e instalada em 07 de maio de 1893; que a iniciativa partiu de lentes e professores que lecionavam no Internato do Gynnásio Mineiro e com a colaboração da comunidade foi possível a instalação da ENMB; que os professores se dispuseram a lecionar gratuitamente, para que a ENMB pudesse prosseguir com suas atividades e não as encerrar, como aconteceu com diversas escolas em Minas Gerais, por falta de assistência do Estado. Isso ocorreu não só no início, quando a ENMB foi instalada, mas também em um período em que o Estado deixou de subvencionar as Escolas. O grupo que assumiu a tarefa de manter em funcionamento a escola fazia parte da elite intelectual mineira, pertencentes a famílias proeminentes empenhada em construir uma nação republicana onde à escola cabia educar e instruir.

É difícil não se impressionar com a sagacidade e a tentativa de instalação da ENMB, sem prédio próprio, sem equipamentos, com professores e comunidade custeando as primeiras instalações. Porém, apesar de todas as dificuldades, ela foi se estabelecendo, criando raízes, enfrentado os desafios, se tornado tradicional na cidade. Até os dias de

hoje é lembrada como “a Escola Normal”, mesmo após a mudança do nome para Escola Estadual “Embaixador José Bonifácio”.

Nesse período que delimitamos para a pesquisa, 1893-1913, observamos, por meio dos estudos que várias Escolas Normais, precisaram interromper seu funcionamento, o que não ocorreu com a ENMB, mesmo diante de vários obstáculos e dificuldades, como a redução dos recursos, a falta de um espaço próprio, ela permaneceu funcionando, graças ao seu corpo docente que não mediu esforços e àqueles que cederam espaços para a instalação da Escola.

A pesquisa nos permitiu afirmar que os primeiros espaços de funcionamento da Escola Normal Municipal de Barbacena não existem mais, foram demolidos. Sendo assim, não foi possível realizar uma visita *in loco* com o objetivo de conhecer o seu interior e buscar elementos que pudessem remeter ao que um dia foi a estrutura arquitetônica da Escola Normal. Porém, verificamos que os primeiros espaços por ela ocupados possuíam uma excelente localização, um lugar de destaque, já que se localizavam na praça central da cidade, e de suas dependências era possível acompanhar e participar de todos os principais acontecimentos.

Os diretores também exerceram um papel importante na gestão da escola. As ações desempenhadas pelo primeiro diretor, José Cypriano Soares Ferreira, foram fundamentais para a criação da Escola e para que não encerrasse suas atividades, estando presente nos momentos mais difíceis e conclamando os professores a continuarem na luta pela instrução pública. Verificamos que, após dezenove anos de instalação da Escola, uma mulher assumiu a direção, mesmo por pouco tempo, representando uma significativa mudança para a sociedade da época, momento em que poucas mulheres ocupavam lugares de destaque.

Identificamos, ainda, na trajetória pessoal e profissional de alguns professores envolvidos no processo de criação da ENMB que eles eram jovens republicanos e acreditavam que a educação seria o caminho para o progresso da nação. Após alguns anos lecionando na Escola, vários professores resolveram percorrer novos caminhos, alguns se engajaram na política, assumindo papel de destaque no cenário nacional, sendo até hoje lembrados por suas contribuições. Muitos professores que tiveram um papel importante

na criação e instalação da ENMB ficaram esquecidos no tempo e quase não há informações, nas bases consultadas, sobre eles.

Os alunos e alunas também foram contemplados na pesquisa. Verificamos, nas notícias de jornais e nos registros das Atas da Congregação, como era o cotidiano do discentes. Foi possível observar: como eram as normas regimentais, as resoluções tomadas após condutas indevidas dos(as) alunos(as); que havia alunos(as) que se destacavam entre os demais; houve também uma percepção do crescente número de figuras femininas que buscavam se formar professoras, frente ao baixo número de figuras masculinas.

Não houve, nas primeiras décadas de funcionamento da escola, uma exigência de que os alunos fossem para a aula uniformizados. Ao menos foi isso que conseguimos compreender por intermédio da leitura das Atas da Congregação. O assunto surgiu em algumas reuniões, mas somente 1913 ele é retomado e o uniforme adotado.

No período delimitado para a pesquisa, 1893-1913, mesmo seguindo todas as normas estabelecidas pela legislação, nesse intervalo, a ENMB não teve seu reconhecimento pelo Estado para funcionar com as mesmas vantagens das outras Escolas Normais. Porém, essa pesquisa nos mostrou como essa instituição foi significativa para a formação de professores na cidade de Barbacena e o quanto se aproximou de outras instituições, responsáveis pela formação de professores e reconhecidas pelo Estado, que funcionaram nas primeiras décadas da República. Esse trabalho nos remete àqueles que se propõem a estudar as instituições escolares de formação de professores, nos fazendo refletir que não é possível esquecer a importância histórica da ENMB, criada num momento em que uma série de novas ideias surgiram e ganharam força através do movimento republicano.

A caminhada para que essa dissertação se consolidasse não foi fácil. No entanto, foi suficiente para percebermos como é importante a preservação da memória institucional, por meio de seus arquivos como fontes, para que pesquisas sejam realizadas e possam identificar a história de instituições responsáveis pela educação de cidadãos e cidadãs, contribuindo com o progresso de uma comunidade, como foi o caso da Escola Normal Municipal de Barbacena – ENMB.

Outras pesquisas, no âmbito da História da Educação, ainda pouco exploradas no município de Barbacena, podem colaborar para preservação da memória e da história de instituições escolares centenárias do município que, assim como a Escola Estadual "Embaixador José Bonifácio", mais conhecida como Escola Normal, ainda tem muito para ser pesquisada, como o estudo de outros períodos históricos, valiosos conhecimentos esquecidos das práticas escolares, informações que podem ser obtidas por meio da história oral, dentre outras.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDE, Fernando. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais:** Pesquisa Quantitativa e Qualitativa – Editora: São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4630889/mod_resource/content/4/Mazzotti_Gewandsznajder_Paradigmas.PDF Acesso em 15 maio de 2022.

ANDRADE, M. de. Vida e Obra de um Pintor (A. A. Delpino). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte, v. 3, p. 202, 1948.

ARRUDA, M. A. Profissão docente e educação feminina em São João Del-Rei: a Escola Normal do Colégio Nossa Senhora das Dores (1905-1910). **Anais do V Congresso Brasileiro de História da Educação.** Sergipe. p. 4. 2008. Disponível em: https://saojoaodelreitransparente.com.br/files/docs/FORMA%C3%87%C3%83O_DOCENTE_EM_S%C3%83O_JO%C3%83O_DEL-REI_NO_FINAL_DO_S%C3%89CULO.pdf Acesso em: 25 abr. 2022.

ASSIS, L. F. de. A Mudança da capital: sessão extraordinária do Congresso Mineiro – Barbacena/1893. **Caderno Escola Legislativo**, Belo Horizonte, 3(6): 3-191, jul./dez. 1997. Disponível em: https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/987/3/000987.pdf Acesso em: 22/11/2022.

BARBOSA, A. M. **Apresentação de um livro:** Redesenhando o Desenho: educadores, política e história. Revista Matéria-Prima, Belo Horizonte, vol. 3, 2015. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/31391/2/ULFBA_MATERIAPRIMA5_p20-36.pdf Acesso em: 20 jan. 2023.

BARROS, J. A. O projeto de pesquisa – aspectos introdutórios. **Revista Travessia**. Petrópolis: Vozes, 2008. Disponível em: file:///C:/Users/rosar/Downloads/O_Projeto_de_Pesquisa_em_Histria_-_aspectos_introdutrios._Travessias_Unioeste.pdf Acesso em: 10 jan. 2023.

BRASIL. Constituição (1824). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 24 de março de 1824. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 22 mai. 2022.

BUENO, A. P. **Intelectuais brasileiras e seus projetos formativos para a emancipação da mulher: a pedagogia feminista em disputa (1910-1940).** Tese (Pós-graduação em Educação) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019. Disponível em: https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/71103/R%20-%20T%20-%20ALEXANDRA%20PADILHA%20BUENO.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 18 mar. 2022.

BUENO, Francisco da Silveira. **Grande dicionário etimológico-prosódico da língua portuguesa.** São Paulo: Saraiva, 1963.

BUFFA, Ester; NOSELLA, Paolo. **Instituições Escolares:** por que e como pesquisar. 2. ed. Campinas: Alínea, 2013.

CARVALHO, José Murilo. Rui Barbosa e a Razão Clientelista. **Dados**. vol.43 n.1 Rio de Janeiro 2000. Disponível em: http://antigo.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/a-j/FCRB_JoseMuriloCarvalho_Razao_clientelista.pdf . Acesso em: 17 Abr. 2023.

CARVAS, G. M. A; AZEVEDO, D. S. de. O processo de criação e os primeiros anos de funcionamento da Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora (1896 - 1930). **Cadernos de História da Educação** – v. 14, n. 1 – jan./abr. 2015. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/32123/17343 Acesso em: 25 abr. 2022.

CASTRO, R, J, de. **Educação e emancipação feminina na obra de Maria Lacerda de Moura (1919-1935)**. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. https://www.bdtd.uerj.br:8443/bitstream/1/10290/1/Tese_Jodar%20de%20Castro%20Roberto.pdf Acesso em: 18 mar. 2022.

CELLARD, A. A análise documental. In J. Poupart. **A pesquisa qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução Ana Cristina Nasser. Petrópolis. RJ. Ed. Vozes, 2008. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1932953/mod_resource/content/1/CELLARD%2C%20Andr%C3%A9_An%C3%A1lise%20documental.pdf Acesso em: 20 mar 2022

CHARTIER, R. **A História Cultural entre Práticas e Representações**. Coleção Memória e sociedade. 2 ed. Lisboa, Difel, 1988. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4862954/mod_resource/content/1/Roger%20Chartier%20-%20Hist%C3%B3ria%20Cultural%20entre%20pr%C3%A1ticas%20e%20representa%C3%A7%C3%B5es.pdf Acesso e: 24 out. 2022.

CHIZZOTTI, Antonio. **A Constituinte de 1823 e a Educação**. In: A educação nas constituições brasileiras 1823 – 1988 / Osmar Fávero (org). – 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. – (Coleção memória da educação).

CUNHA, M. T. S. **Acervos escolares:** olhares ao passado no tempo presente. His. Educ. (online), v. 19, n. 47, p. 293-296, set./dez 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/heduc/a/T58GwwdtZtdHbhkFzqT8bsL/?lang=pt Acesso em: 26 out 2022.

DURAES, Sarah Jane Alves Acerca do valor de ser professor(a): remuneração do trabalho docente em Minas Gerais (1859-1900). **Revista Brasileira de História da educação**. Campinas: Autores Associados, n. 14, p.145-176, Maio/Ago., 2007. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/5761/576161075008.pdf . Acesso em: 17 Abr. 2023.

ESCOLANO, A. La arquitectura como programa. Espacio - escuela y curriculum. **Historia de La Educación.** Vol. XII – XIII, 1993. Disponível em: file:///C:/Users/rosar/Desktop/Bakp%2021/Documentos/Mestrado%20Hist%C3%B3ria%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%202022/Prof%C2%BA%20Irlen/La_arquitectura_como_programa_espacio-escuela_y_cu.pdf Acesso em: 06 fev. 2023.

FARIA FILHO, L. M. de. Ilustração elementar no século XIX. In. LOPES, Eliane Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cyntia Greuve. **500 anos de**

educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, P.95-134, 2000. Disponível em: http://www.ia.ufrrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2008-2/2SF/Lia/Instru%E7%E3o%20elementar%20no%20s%E9culo%20XIX.pdf Acesso em: 10 mar. 2023.

FARIA FILHO, L. M. de; VIDAL, D. G. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), n. 14, p. 19-34, 2000. (Número Especial: 500 anos de educação escolar) Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/rjhxvFpJQ97LDYVJxkXybbD/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 10 mar. 2023.

FAVERO, O. (org.). **A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988.** Autores associados, Campinas, SP, 2014. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=oC4xDQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT2&dq=assembleia+constituinte+de+1824+educacao&ots=-qYmQW0ROc&sig=uKbFRKJL-vcpvbyF1Ep25x6ZSQw#v=onepage&q=assembleia%20constituinte%20de%201824%20educacao&f=false Acesso em: 25 out 2022.

Febvre, L. **Vers âne autre histoire, em "Revue de métaphysique et de morale", LVIII**; atualmente também ibid., pp. 419-38. 1949.

FERNANDES, A. B.; JINZENJI, M. Y. A formação de professoras/es primárias na escola normal de Sabará-MG (1882-1904). *In.* Maciel; Francisca Izabel Pereira; Santos, Sônia Maria dos; Rocha, Juliano Guerra. (Orgs.) **História da formação de alfabetizadoras em Minas Gerais.** Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. Disponível em: https://issuu.com/navegandopublicacoes/docs/livro_completo_alfabetiza__o-compressed Acesso em: 20 mar. 2022

FERREIRA, D. C. Educação Infantil: Uma análise do pensamento social de Maria Lacerda de Moura em Lições de Pedagogia (1925). **Anais IV ENID / UEPB**. Campina Grande: Realize Editora, 2014. Disponível em: file:///C:/Users/rosar/Downloads/Modalidade_1datahora_13_10_2014_17_59_19_idinscrito_841_85ec7ea177eaac7676d814dde4e46407.pdf Acesso em 25 abr. 2022.

FONSECA, D. F. M. **Prescrições sobre higiene na cidade e na escola normal**: São João Del-Rei, final do século XIX e início do XX. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social), Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-9EAHTY/1/dissertacao_daniela_fonseca.pdf Acesso em: 25 de abr. 2022.

FRAGO, A. V.; ESCOLANO, A. **Currículo, espaço e subjetividade:** a arquitetura como programa. Tradução de: VEIGA NETO, Alfredo. Rio de Janeiro: DP&A, 1998. Disponível em: http://www.edufrn.ufrn.br/bitstream/123456789/130/41/ARQUITETURA%20COMO%20PROGRAMA.%20Curr%C3%ADculo%2C%20espa%C3%A7o%20e%20subjetividade.%20FRAGO%2C%20Antonio.%20ESCOLANO%2C%20Aust%C3%ADn.%202001..pdf Acesso em 10 jan. 2023.

GAIO SOBRINHO, Antonio. **História da educação em São João Del-Rei**. São João Del-Rei: Funrei, 2000.

GASPARELLO, A. M.; VILLELA, H. de O. S. Intelectuais e professores: identidades sociais em formação no século XIX brasileiro. **Revista Brasileira de História da Educação**, n° 21, p. 39-60, set./dez. 2009. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/5761/576161062006.pdf Acesso em: 09 set. 2022.

GATTI, G. C. do V.; INÁCIO FILHO, G. I.; JÚNIOR, D. G. A escola na cidade: a criação das instituições escolares em Uberlândia, Minas Gerais na primeira metade do séc. XX. **Cadernos de História da Educação** – nº. 5 – jan./dez. 2006. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/288/270 Acesso em: 25 abr. 2022.

GATTI, G. C. V; INÁCIO FILHO, G. Cidade urbanizada e o espaço escolar do Gymnásio Mineiro de Uberlândia de fins do século XIX a primeira metade do século XX**. Cadernos de História da Educação** – v. 10, n. 1 – jan./jun. 2011. Disponível em: file:///C:/Users/rosar/Downloads/Cidade_Urbanizada_Eo_Espaco_Escolar_Do_G%20(1).pdf Acesso em 11 maio 2022.

GATTI JUNIOR, Décio. História e historiografia das instituições escolares: percursos de pesquisa e questões teórico-metodológicas. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 28, n. 14, p. 172-191, jan./jun. 2007. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/5639/563959960009.pdf Acesso em: 25 abr. 2022.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; LOPES, Eliane Marta Teixeira. **Território plural:** a pesquisa em história da educação. São Paulo: Ática, 2010.

GODOY, Ana Boff de. Arquivos de Barbacena, a Cidade dos Loucos: o manicômio como lugar de aprisionamento e apagamento de sujeitos e suas memórias. **Revista Investigações (online)**, v. 27, n. 2, jul. 2014. Disponível em: file:///C:/Users/rosar/Downloads/1217-3012-2-PB.pdf Acesso em: mai. 2017.

GONÇALVES NETO, W.; CARVALHO, C. H. de. Cultura escolar e disciplina na formação de professores: a Escola Normal de Montes Claros (1888-1903). **Revista Educ. Pub**., v. 27, n. 65/1, p. 507-528, mai./ago. 2018, Cuiabá. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/pdf/repub/v27n65s1/2238-2097-repub-27-65-s1-507.pdf Acesso em 24 out. 2022.

GONÇALVES, I. A.; NOGUEIRA, V. L. Espaços de formação do trabalhador em minas gerais no alvorecer da república(1891-1920). **Revista Brasileira de História da Educação**, 18(48), e025, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbhe/a/wZY6bvsFYNSsMdZY7gwPLFj/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 24 out. 2022.

GUERRERO, H. V. Francisco Mendes Pimentel: as glórias e tragédias de um homem. **Rev. Fac. Direito UFMG**, Belo Horizonte, n. 76, pp. 445-453, jan./jun. 2020. Disponível em: file:///C:/Users/rosar/Downloads/2060-Texto%20do%20Artigo-3876-1-10-20200114.pdf Acesso em 20 set. 2022.

GUIMARÃES, P. C. D. **Maria Lacerda de Moura e o "estudo científico da criança patrícia" em Minas Gerais (1908-1925)**. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-AA3ET9/1/tese_doutorado_paula_c_david_guimar_es.pdf tese_doutorado_paula_c_david_guimar_es.pdf Acesso em 18 mar. 2022.

GUIMARÃES, P. C. D. Um projeto para estudar cientificamente a criança: Maria Lacerda de Moura e sua contribuição para a educação em Minas Gerais, 1908-1921. **História, Ciências, Saúde.** Manguinhos, v. 29, n.1, p.121-143, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/hcsm/a/7F4KKP6XSZX4G66WrFtYvLz/?lang=pt Acesso em 18 mar. 2022.

JARDILINO, J. R; PEDRUZZI, J. A Escola Normal de Ouro Preto - um percurso marcado por crises e reestruturações (1835-1852). **Cadernos de História da Educação**. v. 15, n. 2, 25 de ago. p. 679–99. 2016. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/pdf/che/v15n2/1982-7806-che-15-02-679.pdf Acesso em 25 abr. 2022.

JEAN, P; JEAN-PIERRE, D; LIONEL-H., G; ANNE, L; ROBERT, M. **A pesquisa qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução: Ana Cristina Arantes Nasser. 3 ed. Petrópolis: Vozes. 2008. 464 p. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1932953/mod_resource/content/1/CELLARD%2C%20Andr%C3%A9_An%C3%A1lise%20documental.pdf Acesso em: 12 de maio 2022.

JINZENJI, M. Y. Formação de professoras primárias em Minas Gerais e os princípios para a escolarização de meninas (Século XX). **Cadernos de História da Educação**, v. 10, n. 1, p.169-182, jan./jun. 2011. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/13153/7515 Acesso em: 07 abr. 2022.

JULIA, D.; tradução, SOUZA, G. de. A cultura Escola como objeto Histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, ed. 1, p. 10, jan./jul., 2001. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4250681/mod_resource/content/1/273-846-1-PB.pdf Acesso em: 24 out. 2022.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História.** São Paulo: Ateliê Editorial, 200.

LAGE, A. C. P. Política e educação: o ensino normal na cidade de Campanha (MG). **ANPUH – XXIII Simpósio Nacional De História** – Londrina, 2005. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206572_80718e3049667167149917bc06a24655.pdf Acesso em: 17 abr. 2022

Le Goff, J. **História e memória.** Tradução Bernardo Leitão. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf Acesso em 22 mai. 2022.

LIMA, N. F. de. **Maria Lacerda de Moura na revista Estúdios (1930 1936): anarquismo individualista e filosofia da natureza.** Dissertação (Universidade

Tecnológica Federal do Paraná), Curitiba, 2016. Disponível em: http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/1993/1/CT_PPGTE_M_Lima%2C%20Nabylla%20Fiori_2016.pdf Acesso em 18 mar. 2022.

LIVÉRIO, A. O. **Maria Lacerda de Moura ensina a ensinar: um estudo sobre suas lições de pedagogia (década de 1920)**. Dissertação (Mestrado em Cultura, Filosofia e História da Educação), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48135/tde-25062021-161043/publico/ANDRESSA_OLIVEIRA_LIVERIO.pdf Acesso em 25 abr. 2022.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. Rio de janeiro: DP&A, 2001.

LOURENÇO FILHO, M. B. **A formação de professores:** da Escola Normal à Escola de Educação / Manoel Bergström Lourenço Filho, organização: Ruy Lourenço Filho. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2001. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/historia_da_educacao/a_formacao_de_professores_da_escola_normal_a_escola_de_educacao.pdf Acesso em: 15 out. 2022.

MACIEL, F. I. P.; SANTOS, S. M. DOS; ROCHA, J. G. (Org.) **História da formação de alfabetizadoras em Minas Gerais.** Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. Disponível em: https://www.editoranavegando.com/_files/ugd/35e7c6_6c63a7412a534029a768c17e81986a63.pdf#page=93 Acesso em 20 out. 2022.

MADEIRA, S. V. **Mulheres em movimento feminismo em Goa, Brasil e Portugal na primeira metade do século XX**. Tese (Programa de Pós-Graduação em Literatura Portuguesa), Universidade de São Paulo, 2022. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8150/tde-13052022-202559/publico/2022_VivianeSouzaMadeira_VCorr.pdf Acesso em: 18 mar. 2022.

MAGALHÃES, J. P. de. **Tecendo nexos:** história das instituições educativas. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004. https://repositorio.ul.pt/handle/10451/5924 Acesso em: 24 set. 2022.

MANINI, M. P. **Imagem, Memória e Informação:** um tripé para o documento fotográfico. Domínios da Imagem, Londrina, ano IV, n. 8, p. 77-88, maio, 2011. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/12864/1/ARTIGO_ImagemMemoriaInformacao.pdf Acesso em: 15 out. 2022

MARINHO, N. A fotografia como fonte para a história da educação: um olhar sobre a escola profissional feminina – Rio de Janeiro. **Cadernos de História da Educação** – v. 13, n. 2 – jul./dez. 2014. Disponível em: file:///C:/Users/rosar/Downloads/admin,+nilda+marinho%20(1).pdf Acesso em 20 out. 2022.

MARTINS, A. M. S. Breves reflexões sobre as primeiras escolas normais no contexto educacional brasileiro, no século XIX. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.35, p. 173-182, set.2009. Disponível em:

https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639621/7189 Acesso em 20 abr. 2022

MARTINS, A. M. S; COSTA, N. M. Movimento feminista e educação: cartas de Maria Lacerda de Moura para Bertha Lutz (1920-1922). **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 11, n. 21, jan./jul. de 2016. Disponível em: file:///C:/Users/rosar/Downloads/2539-8304-3-PB%20(1).pdf Acesso em: 20 mai. 2022.

MARTINS, L. G. F. A etimologia da palavra desenho (e design) na sua língua de origem e em quatro de seus provincianismos: desenho como forma de pensamento e de conhecimento. **III Fórum de Pesquisa Fau.mackenzie**. 2007. Disponível em: file:///C:/Users/rosar/Downloads/A_ETIMOLOGIA_DA_PALAVRA_DESENHO_E_DESIGN.pdf Acesso em: 20 out. 2022.

MELO, R. S. M. de. Memórias de normalistas: inserção profissional de professoras. **Cadernos de História da Educação**, v. 18, n. 1, p.266–77, 2019. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/47664/25750 Acesso em 31 mar. 2022.

MINAS GERAIS. [Constituição (1891)]. **Constituição do Estado de Minas Gerais. Minas Gerais**: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

MINAS GERAIS. **Portaria/UEMG nº 034, de 17 de março de 2020**. Regulamenta a suspensão das aulas presenciais no âmbito da Universidade do Estado de Minas Gerais, conforme Deliberação do Comitê extraordinário COVID-19 de nº 01, de 16 de março de 2020, e dá outras providências. Diário do Executivo, caderno 1, 19 de mar. 2020.

MIRANDA, J. V. De. **Recuso-me'! Ditos e escritos de Maria Lacerda de Moura.** Dissertação (Programa de Pós-graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006. Disponível em: https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/16458/1/JVMiranda1DISSPRT.pdf Acesso em 22 abr. 2022.

MORENO, A.; SEGANTINI, V. C.; FERNANDES, G. de Á.; JESUS, L. J. de. "Gesticulação nobre, sympathica e attitude digna": educação do corpo na formação de professoras (Escola Normal Modelo da Capital, Belo Horizonte, 1906-1930). **Revista Brasileira de História da Educação,** v. 12, ed. 1, p. 221–42, 2022. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38781/20311Acesso em: 18 mar.2022.

MOSTARO, C. M. N. da S. **Combatendo a ignorância, garantindo a ordem pública e o progresso da nação: ideias e ações educacionais de Francisco Mendes Pimentel.** Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação), Universidade do Estado de Minas Gerais. Minas Gerais, 2010. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/FAEC-8G3HK5/1/disserta__o___final.pdf Acesso em: 24 abr. 2022.

MOURA, M. L. de. **Lições de Pedagogia.** São Paulo: TYP. Paulista, 1925.

NETO, W. G. O município e a educação em Minas Gerais: a implementação da instrução pública no início do período republicano. **Revista História da Educação**,

ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 13, n. 28 p. 159-185, Maio/Ago. 2009. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/29021/pdf Acesso em: 22 mai. 2022.

NETO, W. G.; CARVALHO C. H. de. Cultura escolar e disciplina na formação de professores: a Escola Normal de Montes Claros (1888-1903). **Revista de Educação Pública.** Cuiabá, v. 27, n. 65/1, p. 507-528, maio/ago. 2018. Disponível em: https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/6594/4285 Acesso em: 18 mar. 2022.

OLIVEIRA, A. L. **A Escola Normal de Uberaba (1881-1905):** memória e cotidiano. 2018. Dissertação. (Programa de Pós-Graduação em Educação). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia (MG), 2018. Disponível em: https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/22267/1/EscolaNormalUberaba.pdf Acesso em: 18 mar. 2022.

OLIVEIRA, D. G. de. Memórias e representações acerca da Escola Normal de Juiz de Fora**. Cadernos de História da Educação** – v. 3 – p. 85-95, 2004. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/367/355 Acesso em: 21 mar. 2022.

OLIVEIRA, L. H. M. M.; GATTI JÚNIOR. D. História das Instituições Educativas: Um Novo Olhar Historiográfico. **Cadernos de História da Educação** - v. 1, n. 1, jan./dez., 2002. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/310/302 Acesso em: 21 mar. 2022.

OLIVEIRA, M. T. de (Org.). **Cinco estudos em história e historiografia da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

PACHECO, J. O. **O pensamento de Maria Lacerda de Moura sobre a emancipação feminina: contribuições e desafios para a educação contemporânea**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2010. Disponível em: http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/2003/JoicePachecoEducacao.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 18 mar. 2022.

PEREIRA, L. M. L.; FARIA, M. A. de. **José Bonifácio, líder parlamentar da revolução de 1930 e embaixador do Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2020. Disponível em: file:///C:/Users/rosar/Downloads/Perfil_parlamentar_Andrada.pdf Acesso em 07 mar. 2023.

VERAS, E. **Pinacoteca Barão de Santo Ângelo:** Catálogo Geral – 1910–2014 / Organização Paulo Gomes; textos Ana Carvalho, Blanca Brites, Eduardo Veras, Paula Ramos, Paulo Gomes [e] Paulo Silveira. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. 2 v. (688 p.): il.; 21×28 cm. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/219118/000982052.pdf?sequence=1 Acesso em: 22 Ago. 2023.

RAGAZZINI, D. **Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação?** Tradução de Carlos Eduardo Vieira. Ed. UFPR, Curitiba, n.18, p.13-28. 2001. Disponível em:

https://www.scielo.br/j/er/a/stdS9BXTz783zPQkKvcFCsF/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 25 out 2022.

RESENDE, E. M. Do debate político à notícia: a imprensa periódica em Barbacena - séculos XIX e XX. **Mal-Estar e Sociedade**, Ano V - n. 8, p. 15-40, Barbacena, jan./jun. 2012. Disponível em: https://revista.uemg.br/index.php/gtic-malestar/article/view/185/186 Acesso em 15 jan. 2023

RIBEIRO, Ivanir e SILVA, Vera Lucia Gaspar da. Das materialidades da escola: o uniforme escolar. **Educ. Pesqui. [online]**, 2012, vol.38, n.03, pp.575-588. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/pdf/ep/v38n03/v38n03a03.pdf . Acesso em 19 Abr. 2023.

RIBEIRO, J. S. **História Econômica do Município de Barbacena** v.1 (1889-1930) – Tempos de Esperança/Silvério Ribeiro/Barbacena: Gráfica e Editora Cidade de Barbacena, 2012, 704p.

ROBERTO, J. de C. **Educação e emancipação feminina na obra de Maria Lacerda de Moura (1919-1935).** Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação) Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://www.bdtd.uerj.br:8443/bitstream/1/10290/1/Tese_Jodar%20de%20Castro%20Roberto.pdf Acesso em: 21 mar. 2022.

ROSA, W. M. Instrução pública e formação de professores em Minas Gerais (1825-1852). **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 3, n. 6, p. 87-103, jul./dez. 2003. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38697/20226 Acesso em: 21 mar. 2022.

SAVASSI, A. J. **Barbacena 200 anos**. Editora Lemi S.A., Belo Horizonte, MG, 1991.

SAVIANI, D. Instituições Escolares: Conceito História, Historiografia e Práticas. **Cadernos de História da Educação**, n. 4, jan./dez., 2005. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/382/363 Acesso em: 25 mar. 2022.

SAVIANI, D. O legado educacional no século XIX. **InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, Campo Grande, MS, v.15, n.29, p.292-299, jan./jun. 2009. Disponível em: https://periodicos.ufms.br/index.php/intm/article/view/3467/2726 Acesso em: 20 out.2022.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação** v. 12 n. 34 jan./abr. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?format=pdf&lang=pt Acesso em: mar. 2022.

SERAPHIM-PEDRUZZI, J.; JINZENJI, M. Os homens e a docência no século XIX: trajetórias de egressos da Escola Normal de Ouro Preto (Minas Gerais, Brasil, 1877-1889). **História y sociedade**, ed. 42 p. 85-110, 2022. Disponível em: http://www.scielo.org.co/pdf/hiso/n42/2357-4720-hiso-42-85.pdf Acesso em: 07 abr. 2022.

SILVA, A. A. B. M. Embates representacionais em busca de uma personagem: Maria Lacerda de Moura no tráfico de luzes e sons. **Revista Estudos Feministas**, v. 17, p. 527–46, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/PnBNKSv3KjsK9fZ3hCBPSYC/?lang=pt Acesso em: 22 abr. 2022.

SILVA, C. M. N. da. **Combatendo a ignorância, garantindo a ordem pública e o progresso da nação: ideias e ações educacionais de Francisco Mendes Pimentel (Minas Gerais, 1893-1910).** Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/FAEC-8G3HK5/1/disserta__o___final.pdf Acesso em 20 mar. 2022.

SILVA, C. M. N. da. Sob a pena de um publicista: disputas políticas e imprensa mineira pela atuação de Mendes Pimentel na primeira década republicana. **Lócus: Revista de História**, v.20, n. 2, p. 237-259, 2014. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20781/22240 Acesso em: 22 mar. 2022.

SILVA, S. S. de O. A conservação de acervos e [ou] arquivos em instituições escolares de Mato Grosso do Sul: busca por uma herança educativa. **Cadernos de História da Educação**, v.16, n.3, p. 832-845, set.-dez. 2017. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/pdf/che/v16n3/1982-7806-che-16-03-832.pdf Acesso em mai. 2022.

SOUSA, G. de; ROCHA, J. G. A escola normal e a formação docente em Minas Gerais: Diamantina, 1913 a 1938. **Pedagogia em Foco**, Iturama (MG), v. 13, n. 9, p. 6-19, jan./jun. 2018. Disponível em: file:///C:/Users/rosar/Downloads/350-1162-1-PB%20(4).pdf Acesso em 20 mai.2022.

SOUSA, G. M. de. SANTOS, S. M. dos. Memórias de normalistas da Escola Normal Oficial de Uberaba, 1948 a 1959. **Devir Educação**, v.1, n.2, p. 97-115, 2017. Disponível em: http://devireducacao.ded.ufla.br/index.php/DEVIR/article/view/49/47 Acesso em: 21 mar. 2022.

TANURI, L. M. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação.** ANPED, n. 14, p. 61-88, mai/ago. 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/HsQ3sYP3nM8mSGSqVy8zLgS/?format=pdf&lang=pt Acesso em 20 out. 2022.

TEIXEIRA, Aleluia Heringer Lisboa. **A "Gynnastica" no "Gynnásio Mineiro"– Internato e Externato (1890-1916)**. Dissertação (Mestrado Faculdade de Educação UFMG) Belo Horizonte, 2004.

VEIGA, C. G. A expansão da educação escolar na organização da federação brasileira: escolas normais em Minas Gerais na primeira república. **Poíesis Pedagógica**, Catalão-GO, v.12, n.2, p. 209-230, jul./dez., 2014. Disponível em: https://periodicos.ufcat.edu.br/poiesis/article/view/33678 Acesso em: 22 out. 2022.

VELOSO, G. M. Imprensa e Escola Normal: representações de progresso e civilização na produção de um imaginário social - 1918-1938. **Revista Brasileira de Educação**, v.14, p. 488–504, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/N5hCw6Zrc9mDYW98ySvG3Px/?lang=pt Acesso em: 17 mar. 2022.

ZANLORENZI, C. M. P.; Nascimento, M. I. M. Revista "A Escola" e as teses do Congresso de Professores Públicos do Paraná: ideologia liberal. **Revista de Educação** PUC-Campinas, v. 26, e214881, 2021. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/pdf/edpuc/v26/2318-0870-edpuc-26-e214881.pdf Acesso em: 23 mar. 2022.

FONTES

Anais do Senado Mineiro do Estado de Minas Gerais

Anais do Senado Mineiro – Terceira Sessão da Primeira Legislatura – Ouro Preto – Imprensa Oficial de Minas Gerais – 1893

Anais do Senado Mineiro – Sexta Sessão Preparatória – Ouro Preto – Imprensa Oficial de Minas Gerais – 1905

Anais do Senado Mineiro – Quarta Sessão da Quarta Legislatura – Belo Horizonte – Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais – 1905

Arquivo Público

Arquivo Público Mineiro. Acervo/Leis Mineiras. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/leis_mineiras/search.php?query=&andor=AND&dt1=&dt2=&notacao=&nantiga=&ordenar=30&asc_desc=10&submit=Executar+pesquisa&action=results&id_REQUEST=0a94dda04639b057c378d68c46f298c0 Acesso em: abr. 2022.

Arquivo Público Mineiro. Acervo/Jornais Mineiros. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornais/search.php?query=&andor=AND&dt1=&dt2=&notacao=&nantiga=&ordenar=30&asc_desc=10&submit=Executar+pesquisa&action=results&id_REQUEST=0a94dda04639b057c378d68c46f298c0 Acesso em: abr. 2022.

Arquivo Público Mineiro. Acervo/Guia de Fundos e Coleções. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos_colecoes/listagem.php. Acesso em: 30 set. 2022

Arquivo Histórico Municipal "Altair Savassi" - Jornal Cidade de Barbacena de janeiro/1898 a 1913.

Arquivo Histórico Municipal “Altair Savassi” - Jornal Folha de Barbacena de janeiro/1893 a 1895.

Arquivo Histórico Municipal “Altair Savassi” - Jornal O Mensal – 1897.

Arquivo Histórico Municipal de Barbacena Altair Savassi – Jornal A Folha, de janeiro/1893 a junho/1894.

Arquivo Histórico Municipal de Barbacena Altair Savassi – Jornal O Popular – 1890.

Legislação

BRASIL. Coleção de Leis do Império do Brasil, 1827. Disponível em: https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/18299/browse?type=dateaccessioned&order=desc Acesso em: 20 abril 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Legislação. Disponível em: https://www.camara.leg.br/legislacao Acesso 15 out. 2022

MINAS GERAIS, Biblioteca Digital da Assembleia Legislativa do. Leis Mineiras. Disponível em: https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/3104 . Acesso em: 12 dez. 2022.

MINAS GERAIS, Instrução Pública. Livro das Leis Mineiras (Arquivo Público Mineiro). Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/leis_mineiras/search.php?query=&andor=AND&dt1=&dt2=&notacao=&nantiga=&ordenar=30&asc_desc=10&submit=Executar+pesquisa&action=results&id_REQUEST=0a94dda04639b057c378d68c46f298c0 Acesso em: 10 maio 2022.

Manuscritos

Livro de Atas Congregação da Escola Normal Municipal de Barbacena, 1893-1912.

Livro de Atas Congregação da Escola Normal Municipal de Barbacena, 1913- 1963.

Livro de Atas de Exames da Escola Normal Municipal de Barbacena, 1906-1912.

Livro de Registro de Diplomas da Escola Normal Municipal de Barbacena 1909/1918.

Relatórios dos Presidentes do Estado de Minas Gerais

MINAS GERAIS, Assembleia Legislativa do Estado. Mensagem dirigida pelo presidente do Estado de Minas Gerais Dr. Afonso Augusto Moreira Penna ao congresso mineiro em sua terceira sessão ordinária da 1.ª legislatura. Ouro-Preto, Imprensa do Estado de Minas Gerais, 1893.

MINAS GERAIS, Assembleia Legislativa do Estado. Mensagem dirigida pelo presidente do Estado de Minas Gerais Dr. Chrispim Jacques Bias Fortes ao congresso mineiro em sua primeira sessão ordinária da segunda legislatura. Ouro-Preto, Imprensa do Estado de Minas Gerais, 1895.

MINAS GERAIS, Assembleia Legislativa do Estado. Mensagem dirigida pelo presidente do Estado de Minas Gerais Dr. Chrispim Jacques Bias Fortes ao congresso mineiro em sua quarta sessão ordinária da segunda legislatura. Ouro-Preto, Imprensa do Estado de Minas Gerais, 1895.

MINAS GERAIS, Assembleia Legislativa do Estado. Mensagem dirigida pelo presidente do Estado de Minas Gerais Dr. Chrispim Jacques Bias Fortes ao congresso mineiro em sua quarta sessão ordinária da segunda legislatura. Ouro-Preto, Imprensa do Estado de Minas Gerais, 1898.

MINAS GERAIS, Assembleia Legislativa do Estado. Mensagem dirigida pelo presidente do Estado de Minas Gerais Dr. Francisco Silviano de Almeida Brandão ao congresso mineiro em sua primeira sessão ordinária da terceira legislatura. Cidade de Minas, Imprensa do Estado de Minas Gerais, 1899.

MINAS GERAIS, Assembleia Legislativa do Estado. Mensagem dirigida pelo presidente do Estado de Minas Dr. Francisco Silviano de Almeida Brandão ao congresso mineiro em sua terceira sessão ordinária da terceira legislatura. Cidade de Minas, Imprensa do Estado de Minas Gerais, 1901.

Sites

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/ . Acesso em: 15 set. 2022

Dicionário Bibliográfico de Minas Gerais – Período Republicano 1889/1891, v.1. Disponível em: file:///C:/Users/rosar/Downloads/128%20V%201.pdf Acesso em: 22 set. 2022.

ANEXOS

Anexo A

Figura 21 – Publicação da Lei de criação da ENMB - 1893

CAMARA MUNICIPAL

O Povo do Municipio de Barbacena, por seus Vereadores, decretou, e eu em seu nome publico e mando executar a seguinte lei :

LEI N. 20
DE 17 DE JANEIRO DE 1893,.

CRÊA UMA ESCOLA NORMAL NA CIDADE.

A Camara Municipal de Barbacena decreta :

Art. 1º Fica creada nesta Cidade uma Escola Normal modelada pela Escola Normal da Capital do Estado.

Art. 2º Fica fixado em seis contos de reis annuaes a despeza com a referida Escola.

Art 3º Para occorrer a essas despezas ficão cedidas as verbas dos §§ 18, 22. 28 da lei n. 18 de 14 de Novembro de 1892 e a verba cedida para a Escola Agricola, caso não seja levada a effeito.

Art. 4º Serão approveitados com annuencia do Governo do Estado para as diversas cadeiras da Escola Normal—os professores do Internato do Gymnasio Mineiro desta Cidade, que gentilmente se offerecem gratuitamente.

Art. 5º Fica desde já autorisado o Chefe Executivo a mandar dar as verbas acima cedidas e dar regulamento.

Art. 6º Revogão-se as disposições em contrario.

Dado nesta Cidade de Barbacena, aos 17 dias do mez de Janeiro do anno de 1893.

CHRISPIM JAQUES BIAS FORTES

Fonte: Arquivo Público Mineiro –

Anexo B

Figuras 23 – Publicação do Regimento da ENMB – 1893 – Parte 1

Fonte: Arquivo Público Municipal

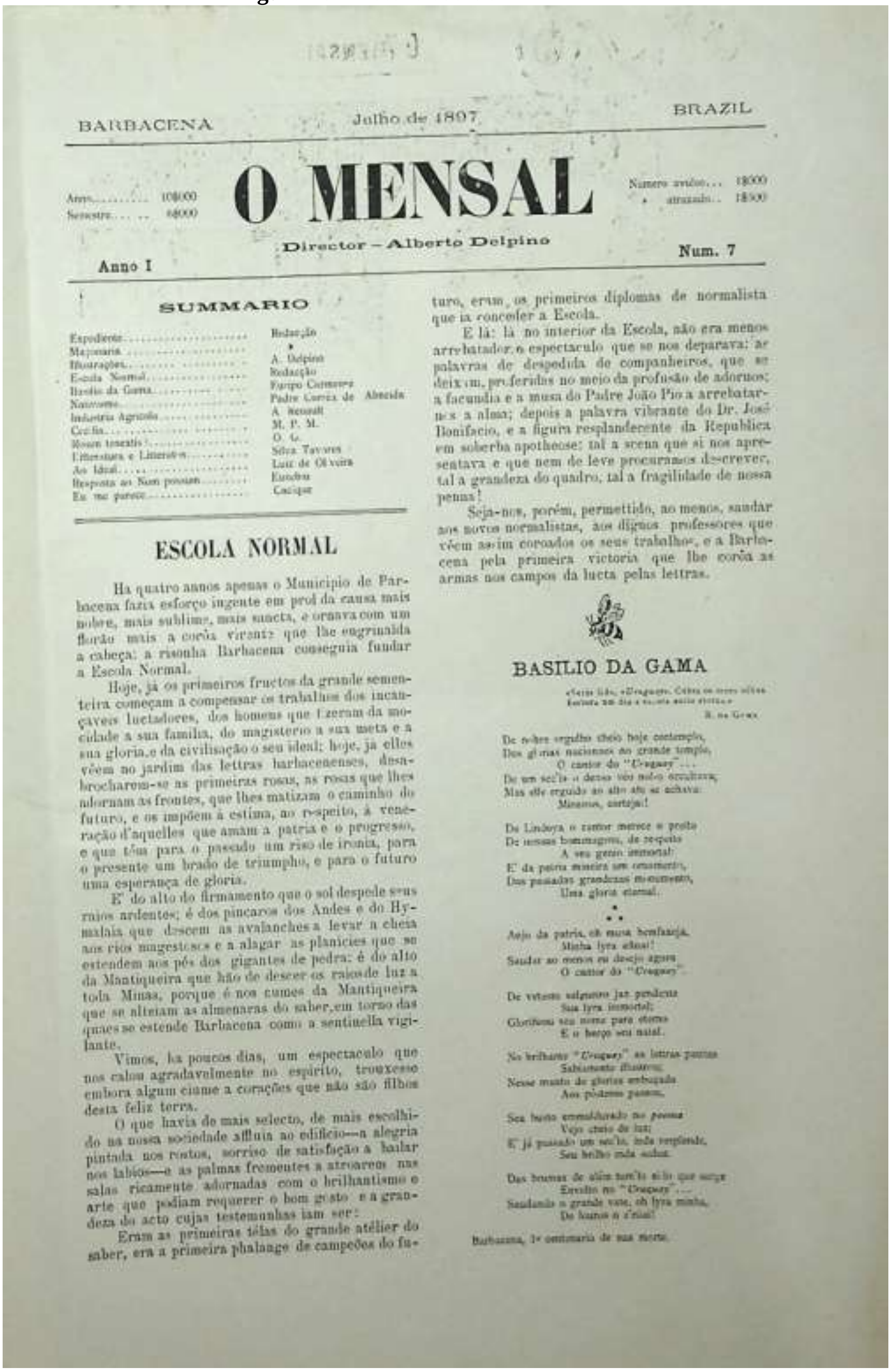
Anexo C

Figuras 24 – Publicação do Regimento da ENMB – 1893 – Parte 2

Fonte: Arquivo Público Municipal

Anexo D

Figura 25 - Matéria sobre a ENMB



BARBACENA — Julho de 1897 — BRAZIL

O MENSAL

Anno........ 10$000
Semestre...... 6$000

Numero avulso... 1$000
» atrazado.. 1$500

Director – Alberto Delpino

Anno I — Num. 7

SUMMARIO

Expediente	Redacção
Maçonaria	»
Illustrações	A. Delpino
Escola Normal	Redacção
Basilio da Gama	Furtado Camargo
Nazareno	Padre Corrêa de Almeida
Industria Agricola	A. [illegible]
Cecilia	M. P. M.
Rosam teneatis!	O. G.
Litteratura e Literatos	Silva Tavares
Ao Ideal	Luiz de Oliveira
Resposta ao Non possum	Eurydice
Eu me pareço	Cacique

ESCOLA NORMAL

Ha quatro annos apenas o Municipio de Barbacena fazia esforço ingente em prol da causa mais nobre, mais sublime, mais sancta, e ornava com um florão mais a corôa virente que lhe engrinalda a cabeça: a risonha Barbacena conseguia fundar a Escola Normal.

Hoje, já os primeiros fructos da grande sementeira começam a compensar os trabalhos dos incançaveis luctadores, dos homens que fizeram da mocidade a sua familia, do magisterio a sua meta e a sua gloria, e da civilisação o seu ideal: hoje, já elles vêem no jardim das lettras barbacenenses, desabrocharem-se as primeiras rosas, as rosas que lhes adornam as frontes, que lhes matizam o caminho do futuro, e os impõem á estima, ao respeito, á veneração d'aquelles que amam a patria e o progresso, e que têm para o passado um riso de ironia, para o presente um brado de triumpho, e para o futuro uma esperança de gloria.

E' do alto do firmamento que o sol despede seus raios ardentes; é dos pincaros dos Andes e do Hymalaia que descem as avalanches a levar a cheia aos rios magestosos e a alagar as planicies que se estendem aos pés dos gigantes de pedra: é do alto da Mantiqueira que hão de descer os raios de luz a toda Minas, porque é nos cumes da Mantiqueira que se alteiam as almenaras do saber, em torno das quaes se estende Barbacena como a sentinella vigilante.

Vimos, ha poucos dias, um espectaculo que nos calou agradavelmente no espirito, trouxesse embora algum ciume a corações que não são filhos desta feliz terra.

O que havia de mais selecto, de mais escolhido na nossa sociedade affluia ao edificio—a alegria pintada nos rostos, sorriso de satisfação a bailar nos labios—e as palmas frementes a atroarem nas salas ricamente adornadas com o brilhantismo e arte que podiam requerer o bom gosto e a grandeza do acto cujas testemunhas iam ser:

Eram as primeiras télas do grande atélier do saber, era a primeira phalange de campeões do futuro, eram os primeiros diplomas de normalista que ia conceder a Escola.

E lá: lá no interior da Escola, não era menos arrebatador o espectaculo que se nos deparava: as palavras de despedida de companheiros, que se deixam, proferidas no meio da profusão de adornos; a facundia e a musa do Padre João Pio a arrebatarnos a alma; depois a palavra vibrante do Dr. José Bonifacio, e a figura resplandecente da Republica em soberba apotheose: tal a scena que si nos apresentava e que nem de leve procuramos descrever, tal a grandeza do quadro, tal a fragilidade de nossa penna!

Seja-nos, porém, permettido, ao menos, saudar aos novos normalistas, aos dignos professores que vêem assim coroados os seus trabalhos, e a Barbacena pela primeira victoria que lhe corôa as armas nos campos da lucta pelas lettras.

BASILIO DA GAMA

[illegible]

B. da Gama

De nobre orgulho cheio hoje contemplo,
Das glorias nacionaes no grande templo,
O cantor do "Uraguay"...
De um seculo o denso véo nol-o occultava;
Mas elle erguido ao alto alto se achava:
Mineiros, cortejai!

Da Lindoya o cantor merece o preito
De nossas homenagens, de respeito
A seu genio immortal:
E' da patria mineira um ornamento,
Dos passados grandezas monumento,
Uma gloria eternal.

Anjo da patria, oh musa [illegible],
Minha lyra afinai!
Saudar ao menos eu desejo agora
O cantor do "Uraguay".

De vetusto salgueiro [illegible] pendente
Sua lyra immortal;
Glorifica seu nome para eterno
E o berço seu natal.

No brilhante "Uraguay" as lettras patrias
Sabiamente illustrou;
Nesse manto de glorias embuçado
Aos [illegible] passou.

Seu busto [illegible] no poema
Vejo cheio de luz;
E já passado um seculo, inda resplende,
Seu brilho inda seduz.

Das brumas de além tumulo [illegible] que surge
[illegible] no "Uraguay"...
Saudando o grande vate, oh lyra minha,
De hymnos o [illegible]!

Barbacena, 1º centenario de sua morte.

Fonte: Arquivo Histórico Municipal Altair Savassi – AHMAS

APÊNDICES

Apêndice A

Quadro 8 – Trabalhos que fazem referência às Escolas Normais de Minas Gerais

Nº	Título	Autor	Ano
1.	Os homens e a docência no século XIX: trajetórias de egressos da Escola Normal de Ouro Preto (Minas Gerais, Brasil, 1877-1889)	Seraphim-Pedruzzi, Jumara e Jinzenji; MônicaYumi	2021
2.	A Escola Normal e a formação docente em Minas Gerais: Diamantina, 1913 a 1938	Sousa, Gabriela Marques de e Rocha; Juliano Guerra	2018
3.	Cultura escolar e disciplina na formação de professores: a Escola Normal de Montes Claros (1888-1903)	Gonçalves Neto, Wenceslau; Carvalho, Carlos Henrique de	2018
4.	Memórias de normalistas da Escola Normal Oficial de Uberaba, 1948 a 1959	Sousa, Gabriela Marques de; Santos, Sônia Maria dos	2017
5.	A Escola Normal de Ouro Preto - um percurso marcado por crises e reestruturações (1835-1852)	Jardilino, José Rubens Lima; Pedruzzi, Jumara Seraphim	2016
6.	O processo de criação e os primeiros anos de funcionamento da Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora (1896 - 1930)	Carvas, Giovanna Maria Abrantes; Azevedo, Denilson Santos de	2015
7.	A expansão da educação escolar na organização da federação brasileira: Escolas Normais em Minas Gerais na primeira república	Veiga, Cynthia Greive	2014
8.	“Gesticulação nobre, sympathica e attitude digna”: educação do corpo na formação de professoras (Escola Normal Modelo da Capital, Belo Horizonte, 1906-1930)	Moreno, Andrea; Segantini Verona campos; Fernandes, Gyna de Ávila; Jesus, Luciano Jorge de	2012
9.	A formação de professoras primárias em Minas Gerais e os princípios para escolarização de meninas (século XIX)	Jinzenji, Mônica Yumi	2011
10.	Imprensa e Escola Normal: representações de progresso e civilização na produção de um imaginário social – 1918-1938	Veloso, Geisa Magela	2009
11.	A escola na cidade: a criação das instituições escolares em Uberlândia, Minas Gerais na primeira metade do séc. XX.	Gatti, Giseli Cristina do Vale; Filho, Geraldo; Júnior, Gatti Décio	2006
12.	Política e educação: o ensino normal na cidade de Campanha (MG)	Lage, Ana Cristina Pereira	2005
13.	Memórias e representações acerca da Escola Normal de Juiz de Fora	Oliveira, Delaine Gomes de	2004
14.	Instrução pública e formação de professores em Minas Gerais (1825-1852)	Rosa, Walquíria Miranda	2003

Fonte: A própria autora

Apêndice B

Quadro 9 - Artigos, Dissertações e Teses com as palavras-chaves: Escola Normal, Barbacena

Nº	Tipo	Título	Autor	Ano
1.	Artigo	Embates representacionais em busca de uma personagem: Maria Lacerda de Moura no tráfico de luzes e sons	Silva, Ana Amélia Brasileiro Medeiros	2009
2.	Artigo	Sob a pena de um publicista: disputas políticas e imprensa mineira pela atuação de Mendes Pimentel na primeira década republicana	Silva, Carolina Mostaro Neves da	2014
3.	Artigo	Movimento feminista e educação: cartas de Maria Lacerda de Moura para Bertha Lutz (1920-1922)	Martins, Ângela Maria Souza; Costa, Nailda Marinho	2016
4.	Artigo	Um projeto para estudar cientificamente a criança: Maria Lacerda de Moura e sua contribuição para a educação em Minas Gerais, 1908-1921	Guimarães, Paula Cristina David	2022
5.	Dissertação	"Recuso-me"! Ditos e escritos de Maria Lacerda de Moura	Miranda, Jussara Valéria De	2006
6.	Dissertação	Combatendo a ignorância, garantindo a ordem pública e o progresso da nação: ideias e ações educacionais de Francisco Mendes Pimentel (Minas Gerais, 1893-1910)	Silva, Carolina Mostaro Neves da	2010
7.	Dissertação	Educação e sociedade: lições pedagógicas de Maria Lacerda de Moura (1887-1945)	Ferreira, Denise Cristina	2012
8.	Dissertação	Maria Lacerda de Moura na revista estúdios (1930 1936): anarquismo individualista e filosofia da natureza	Lima, Nabylla Fiori de	2016
9.	Dissertação	Maria Lacerda de Moura ensina a ensinar: um estudo sobre suas lições de pedagogia (década de 1920)	Livério, Andressa Oliveira	2021
10.	Tese	Maria Lacerda de Moura e o "estudo científico da criança patrícia" em Minas Gerais (1908-1925)	Guimarães, Paula Cristina David	2016
11.	Tese	Intelectuais brasileiras e seus projetos formativos para a emancipação da mulher: a pedagogia feminista em disputa (1910-1940)	Bueno, Alexandra Padilha	2019
12.	Tese	Educação e emancipação feminina na obra de Maria Lacerda de Moura (1919-1935)	Castro, Roberto Jodar de	2019
13.	Tese	Mulheres em movimento feminismo em Goa, Brasil e Portugal na primeira metade do século XX	Madeira, Viviane Souza	2022

Fonte: A própria autora

Apêndice C

Quadro 10 – Leis e Regulamentos para a Escola Normal – Minas Gerais (1835-1912)

Nº	Leis/Regulamentos	Determinação
1.	Lei nº 13 – 1835 Tomo 1, Parte 1, Folha 4	A instrução nas escolas públicas
2.	Regulamento 3 da Lei nº 13, 1835 - Tomo 1, Parte 1, Folha 81	Regulamento das escolas da instrução primária
3.	Regulamento nº 28, Lei nº 516, título 5, 10/01/ 1854	Condições para exercer o magistério: ter 25 anos, regularidade de conduta, conhecimentos especiais, ser católico apostólico romano, não ter sido acusado de crimes infames.
4.	Regulamento nº 44, Lei nº 960 05/06/1858	Regulamento do Ensino Provincial em Minas Gerais
5.	Decreto nº 20 de 01/12/ 1890	Capítulo II das Escolas Normais
6.	Decreto nº 354 de 30/01/1891 pág. 70	Reduz o vencimento dos porteiros e dá outras providências.
7.	Lei nº 41 de 03/08/1892	Dá nova organização à instrução pública do Estado de Minas.
8.	Decreto nº 8162 de 20 de janeiro de 1928	Regulamento do Ensino Normal Minas Gerais
9.	Lei nº 318, de 16 de setembro do 1901, pag. 21, Cap. III, pág. 22, art. 7º	Suspenção da Escolas Normais do Estado e taxa de matrícula.
10.	Lei nº 395, de 23 de dezembro do 1904, pág. 48, art. 11.	Modifica a Lei 393 de 19 de setembro de 1904
11.	Decreto 1.788 de 31 de janeiro de 1905, pag. 10	Aprova as instruções para execução da Lei 395/1904, na parte referente a suspenção das escolas normais.
12.	Lei nº 439 de 28/09/1906, pag. 20	Autoriza o governo a reformar o ensino primário, normal e superior.
13.	Escolas Normais 31/05/1906, pag. 57	Instruções para execução Decreto 1.098 de 28/05/1906
14.	Decreto nº 1.960 de 16/12/1906 Regulamento a que se refere o Decreto nº 1906. Pag. 156, Título II, Cap. I	Do ensino normal
15.	Decreto nº 3.738 de 05/11/1912, pag. 835	Aprova o Regulamentos das Escolas Normais Regionais.

Fonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerias – Leis Mineiras –
Elaboração a própria autora

Apêndice D

Quadro 11 – Publicações de doações feitas à ENMB

Nº	Publicação	Doação
1.	A Folha 25/05/1893, ed. 31, p. 01, col. 04	5 volumes de História Natural e uma escrivaninha.
2.	A Folha 01/06/1893 ed. 33, p. 01, col. 01	Mapas
3.	A Folha 02/07/1893, ed. 42, p. 01, col. 01	Registro de obras doadas à biblioteca
4.	A Folha 02/07/1893, ed.42, p.02, col. 01	Registro de obras doadas à biblioteca
5.	A Folha 09/07/1893, ed. 44, p. 01, col. 03 e 04	Registro de obras doadas à biblioteca
6.	A Folha 13/07/1893, ed. 45, p. 01, col. 03 e 04	Registro de obras doadas à biblioteca
7.	A Folha 16/07/1893 Ed. 46 Pag. 03, Col. 01	Registro de obras doadas à biblioteca
8.	A Folha 20/07/1893 Ed. 47 Pag. 02, Col. 01	Donativos em dinheiro para a biblioteca pedagógica
9.	A Folha 27/07/1893, ed. 49, p. 02, col. 01	Registro de obras doadas à biblioteca
10.	A Folha 30/07/1893, ed.49, p. 02, col. 01	Registro de obras doadas à biblioteca
11.	A Folha 06/08/1893 Ed. 52 Pag. 01 Col. 2	Registro de obras doadas à biblioteca
12.	A Folha 20/08/1893, ed. 56, p. 02, col. 2	Donativos em dinheiro
13.	A Folha 27/08/1893, ed. 58, p. 02, col. 3	Registro de obras doadas à biblioteca
14.	A Folha 03/09/1893, ed. 60, p. 02, col. 04	Registro de obras doadas à biblioteca
15.	A Folha 17/09/1893, ed. 64, p. 02, col. 02	Registro de obras doadas à biblioteca
16.	A Folha 24/09/1893, ed. 66, p. 02, col.01	Registro de obras doadas à biblioteca
17.	A Folha 22/10/1893, ed. 74, p. 01, col. 05	Registro de obras doadas à biblioteca
18.	A Folha 29/10/1893, ed. 76, p. 01, col.04	Donativos em dinheiro
19.	A Folha 07/12/1893 ed. 90, p. 01, col. 03	Registro de obras doadas à biblioteca
20.	A folha 11/02/1984, ed. 15, p. 02, col. 02	Registro de obras doadas à biblioteca
21.	A Folha 16/02/1984, ed. 19, p. 01, col. 04	Registro de obras doadas à biblioteca
22.	A Folha 14/03/1983, ed. 4, p. 02, col. 02	Registro de obras doadas à biblioteca
23.	A Folha 20/04/1894, ed. 45, p. 02, col. 03 e 04	Registro de obras doadas à biblioteca
24.	A Folha 12/04/1894, ed. 62, p. 02, col. 01	Registro de obras doadas à biblioteca
25.	A Folha 24/04/1894, ed. 72, p. 01, col. 04	Registro de obras doadas à biblioteca
26.	A Folha 12/06/1894, ed.112, p. 02, col. 01	Donativos em dinheiro

Fonte: Arquivo Histórico Municipal Altair Savassi – AHMAS – Elaboração a própria autora

Apêndice E

Quadro 12 – Resultado de alguns exames publicados no jornal A Folha (1893-1897)

Aprovados com:	**Aritmética**	**Geografia**	**Português**	**Concluintes anos 1897**
Distinção	1 - Ernestina de Castro; 2 - Maria José de Castro; 3 - Fabiola Lima; 4 - Alfredo J. de Castro; 5 – Álvaro Meniconi 6 – Heitor Paes **Dia 28** 7 – Ambrosina Diniz; 8 – Albertina Diniz; 9 – Amazihles de Castro; 10 – Regina Paes; 11 – Maria Madalena de Oliveira (ouvinte)	1 – Ernestina de Castro; 2 – Maria José de Castro; 12 – Mathilde Mara de Jesus; 3 – Fabíola de Lima; 4- Alfredo J. Castro; 5 – Álvaro Meniconi; 6 – Heitor Paes; 15 – João Augusto Campos. **Dia 29** 7 – Ambrosina Diniz; 10 – Regina Paes; 8 – Albertina Diniz; 11 – Maria Madalena (ouvinte)	2 – Maria José de Castro; 3 – Fabiola M. de Lima; 1 – Ernestina A. de Castro; 4 – Alfredo José de Castro; 7 – Ambrosina Diniz; 8 – Albertina Diniz; 11 – Maria Madalena de Oliveira (ouvinte)	1 -Ambrozina Diniz; 2 -Albertina Carneiro Diniz; 3 - Alice Afonso; 4 - Maria Madalena de Oliveira; 5 - Regina Paes; 6 - Álvaro Meniconi; 7 - João Augusto Campos; 8 - Heitor Ferreira Paes;
Plenamente	12 – Mathilde M. de Jesus; 13 – Tarcilla Valle; 14 – Alberto de Araújo; 15 – João Augusto Campos **Dia 28** 16 – Alice Afonso; 17 – Ignácia de Campos; 18 – Maria Petrina; 19 – Onda Gomes; 20 – Zilpa Boa Morte.	**Dia 29** 9 – Amazildes de Castro; 16 – Alice Afonso;	13 – Tarcilla Vale; 12 – Mathilde Maria de Jesus; 15 – João Augusto Campos; 6 – Heitor Ferreira Paes; 5 – Álvaro Meniconi; 14 – Alberto de Araújo 10 – Regina Paes; 9 – Amazildes de Castro; 18 – Maria Petrina; 16 – Alice Afonso.	
Simplesmente	21 – Elisa C. de Miranda; 22 – Arnaldo de Castro; 23 – Galdino Abranches **Dia 28** 24 – Celuta Maia; 25 – Glória Gomes; 26 – Violeta Gomes	13 – Tarcilla Vale; 14 – Alberto de Araújo; 21 – Elisa de Miranda; 23 – Galdino de Abranges; 22 – Arnaldo de Castro **Dia 29** 24 – Celuta Maia; 17 – Ignácia Campos;	21 – Elisa Carneiro de Miranda; 23 – Galdino Abranches; 22 – Arnaldo de Castro 25 – Glória Gomes; 24 – Celuta Maia; 26 – Violeta Gomes; 20 – Zilpa da Boa Morte; 17 – Ignácia Campos; 19 – Onda Gomes	

Aprovados com:	Aritmética	Geografia	Português	Concluintes anos 1897
		25 – Glória Gomes; 18 – Maria Pedrina; 19 – Onda Gomes; 20 – Zilpa da Boa Morte; 26 – Violeta Gomes		
Total	26	26	26	08
Gênero	Masculino (07) Feminino (19)	Masculino (07) Feminino (19)	Masculino (07) Feminino (19)	Masculino (03) Feminino (05)

Fonte: Arquivo Público Mineiro – APM; Arquivo Histórico Municipal Altair Savassi - AHMAS
Elaboração a própria autora

Apêndice F

Quadro 13 – Professores da ENMB nomeados entre 1893 a 1898

Nº	**Disciplina**	**Nome/ano professores nomeados**		
		1893	**1984**	**1898**
1.	Química	Antonio José Cunha	Leopoldo Gustavo Rodrigues Costa	-
2.	Desenho	-	Alfredo Alberto Delpino	-
3.	Geografia	Alfredo Ferreira Paes		-
4.	Ciências Físicas	Arthur Joviano	Leopoldo Gustavo Rodrigues Costa	-
5.	Português e Literatura Nacional	Francisco Mendes Pimentel	-	Emílio Gonçalves Júnior
6.	Aritmética	José Bonifácio de Andrada e Silva	-	-
7.	Ginastica	José Nicodemos	-	-
8.	Frances	Leonardo Carlos Palhares	-	-
9.	Música	Henrique Augusto de Oliveira Diniz	-	-
10.	Caligrafia, Agulhas e Pontos	-	Maria Madalena de Oliveira	-

Fonte: Arquivo Público Mineiro – APM; Arquivo Histórico Municipal Altair Savassi - AHMAS
Elaboração a própria autora

Apêndice G

Quadro 14 – Levantamento de dados sobre professores da ENMB

Nome	**Ano de Nascimento e Falecimento**	**Ano e idade de ingresso na escola**	**Tempo que lecionou na escola**	**Matéria que lecionou**
Francisco Mendes Pimentel	1869/1957	1893 – 24 anos	1893 a 1895 2 anos	Português e Literatura Nacional
Alberto André Feijó Delpino	1864/1942	1894 – 29 anos	1894 a 1908 14 anos	Desenho
Pe. João Pio de Souza Reis	1860/1932	1893 – 33 anos	1893 a 1895 2 anos	Aritmética
José Bonifácio de Andrada e Silva	1871/1954	1893 – 22 anos	1893 a 1998 5 anos	Geografia
Maria Lacerda de Moura	1887/1945	1908 – 21 anos	1908 a 1921	
Maria Madalena de Oliveira	-	-	1894 a 1927 33 anos Inicialmente como professora substituta, nomeada após a formatura em 1897	Caligrafia Frances
Diretores	Ano de Nascimento e Falecimento	Ano e idade de ingresso na escola	Tempo de direção	-
José Cypriano Soares Ferreira	1860/1942	1893 – 33 anos	-	-
Maria da Conceição Jardim	[s.d.]	[s.d.]	-	-

Fonte: Arquivo Público Mineiro – APM, Atas da Congregação e artigos publicados. Elaboração a própria autora